

FRANCISCO MORAES PAZ

NO JOGO ELEITORAL,  
AS ARTIMANHAS DA POLÍTICA

Dissertação apresentada para  
obtenção do título de mestre em  
História, no Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná

CURITIBA

1989

**NO JOGO ELEITORAL, AS ARTIMANHAS DA POLÍTICA**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de concentração em História Social do Brasil, da Universidade Federal do Paraná.

**Comissão examinadora:**

Prof. Dr. Ana Maria de Oliveira Brumester, orientador - UFPR  
Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca - UNICAMP  
Prof. Dr. José Miguel Razia - UFPR/IPARDES

Curitiba, 18 de agosto de 1989.

Agradecemos à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal do Paraná - UFPR, e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.

Ainda, aos membros do projeto História Política do Paraná (IPARDES) e, em especial, Maria Cristina Colnaghi, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães e Marise Manoel.

## SUMARIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vii
A GUISA DE INTRODUÇÃO.....	1
1 ESTILO ACIMA DE CONTEÚDO ?	
A PROPÓSITO DAS CAMPANHAS POLÍTICAS.....	11
2 DE SAQUAREMA A LUZIA:	
SOBRE OS (DES)CONCEITOS DA POLÍTICA.....	24
3 ESTRATÉGIAS ELEITORAIS:	
COMO (NÃO) DESPERDIÇAR RECURSOS.....	45
3.1 "MICTÓRIOS PÚBLICOS - CURITIBA PRECISA VOLTAR A SORRIR".....	53
3.2 STALLONE E SCHWARZENEGGER x FRUET, ALGACI, ENÉAS E AIRTON.....	73
3.3 "AGORA SIM, JAIME COM CERTEZA".....	94
4. O GRAU ZERO DA HISTÓRIA:	
AS PERVERSÕES DA POLÍTICA.....	108
ILUSTRAÇÕES .....	123
TABELAS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ARENA - Aliança Renovadora Nacional
- ED - Esquerda Democrática
- FRT - Frente Rural Trabalhista
- MDB - Movimento Democrático Brasileiro
- PCB - Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB - Partido Comunista do Brasil
- PCD - Partido Cristão Democrático
- PDC - Partido Democrata Cristão
- PDS - Partido Democrático Social
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- PFL - Partido da Frente Liberal
- PH - Partido Humanista
- PL - Partido Liberal
- PMB - Partido Municipalista Brasileiro
- PMC - Partido Municipalista Comunitário
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PN - Partido Nacionalista
- PR - Partido Republicano
- PRP - Partido de Representação Popular
- PRP - Partido Republicano Progressista
- PRT - Partido Rural Trabalhista
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático  
PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira  
PSP - Partido Social Progressista  
PST - Partido Social Trabalhista  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN - Partido Trabalhista Nacional  
PTR - Partido Trabalhista Renovador  
PV - Partido Verde  
UDN - União Democrática Nacional

## LISTA DE TABELAS

- 1 - Pesquisa de preferência da opinião pública sobre os candidatos à Prefeitura Municipal, em Curitiba - 1988 .....139
- 2 - Eleição para Prefeitura Municipal, segundo partido/coligação, em número absoluto e relativo, em Curitiba - 1954-88 .....140
- 3 - Eleição para Câmara Municipal, segundo partido, em número absoluto e relativo, e cadeira, em Curitiba - 1947-62 .....141
- 4 - Eleição para Câmara Municipal, segundo partido, em número absoluto e relativo, e cadeira, em Curitiba - 1968-76 .....142
- 5 - Eleição para Câmara Municipal, segundo partido, em número absoluto e relativo, e cadeira, em Curitiba - 1982-88 .....143
- 6 - Desempenho partidário, segundo nível eleitoral, em número absoluto e relativo, em Curitiba - 1982-88 .....144
- 7 - Eleição para Senado da República, segundo partido/coligação, em número absoluto e relativo, em Curitiba - 1986 .....145
- 8 - Eleição para Câmara Federal, segundo partido/coligação, em número absoluto e

	relativo, em Curitiba - 1986 .....	146
9 -	Eleição para Governo do Estado, segundo partido/coligação, e candidato, em número absoluto e relativo, em Curitiba - 1986 .....	147
10 -	Eleição para Assembléia Legislativa, segundo partido/coligação, em número absoluto e relativo, em Curitiba - 1986 .....	148
11 -	Eleição para Senado da República, segundo partido/coligação, e candidato, em número absoluto e relativo, no Paraná - 1986 .....	149
12 -	Eleição para Câmara Federal, segundo partido/coligação, em número absoluto e relativo, no Paraná - 1986 .....	150
13 -	Eleição para Governo do Estado, segundo partido/coligação, e candidato, em número absoluto e relativo, no Paraná - 1986 .....	151
14 -	Eleição para Assembléia Legislativa, segundo partido/coligação, em número absoluto e relativo, no Paraná - 1986 .....	152



## A GUISA DE INTRODUÇÃO

Derrotada a experiência estadonovista brasileira, em 1945, Getúlio Vargas é afastado do governo. Com ele, no plano estadual, também o são seus interventores. Isso, contudo, não significa o ocaso do getulismo. A medida que as instituições democráticas eram restauradas, a influência de Getúlio fazia-se presente. De sua fazenda, no interior do Rio Grande do Sul, articulava a eleição de Eurico Gaspar Dutra, homem de sua confiança. Ainda, ao mesmo tempo que concorria a Senado da República - elegendo-se pelos estados do Rio Grande do Sul (PSD/PTB) e São Paulo (PTB) -, determinava os novos rumos da vida partidária. PSD e PTB, ambos pró-Getúlio, firmavam-se, já nas eleições de 1945 e 1947, como duas das mais importantes agremiações partidárias do período, junto com a UDN.

A níveis estaduais, o getulismo conservava sua importância. No caso do Paraná, por exemplo, o ex-interventor Manoel Ribas, principal figura política local daquele período (interventor de 30.01.1932 a 12.01.1935 e 10.11.1937 a 03.11.1945, governador de 12.01.1935 a 10.11.1937), assegura as condições necessárias para o desenvolvimento da máquina pessedista, que elege Moysés Lupion, em 1947, com aproximadamente 60% dos votos.<sup>1</sup> Lupion confirmava o peso do PSD no Paraná. Nas eleições de 1945, Gaspar Dutra obtivera 70% dos votos. O mesmo favoritismo fôra evidenciado nas eleições

ao Senado (43,5% dos votos, elegendo os dois candidatos do partido), à Câmara Federal (45,3% dos votos, elegendo seis entre nove deputados) e à Assembléia Legislativa (29,4% dos votos, assegurando uma bancada de 16 entre 37 deputados).

Curiosamente, naquele mesmo ano em que Lupion, o herdeiro político de Manoel Ribas, elegia-se, a UDN - coligada com outros partidos - conquistava as duas vagas ao Senado. Esse dado, por si só, já deixa antever certas tendências partidárias expressas nas eleições governamentais de 1950. Bento Munhoz da Rocha Netto, PR por laços familiares e candidato por uma coligação liderada pela UDN, elege-se governador com aproximadamente 63% dos votos. Foi o mais alto percentual das eleições ao governo do estado observado até hoje.

Sua vitória, em certa medida, representou o retorno político das famílias que governaram o Paraná antes da Revolução de 30.<sup>a</sup> Por laços de casamento, Bento unia os Munhoz da Rocha e os Camargo. Na opinião de alguns analistas, através dele voltavam a se expressar os setores mais dinâmicos da economia local - grupo ervateiro e madeireiro -, excluídos por Vargas.<sup>2</sup> Segundo interpretações já consagradas pela historiografia brasileira, em 30, os setores "modernos" de nossa economia ascenderam politicamente, e, os setores tradicionais foram afastados. No caso do Paraná, teria ocorrido o oposto. Os Munhoz da Rocha e os Camargo, que representavam a "modernidade" proposta por Vargas e ensaiavam experiências industrializantes no estado, foram afastados. O governo local foi entregue a Manoel Ribas, cuja

sustentação política repousava nos setores "tradicionais" da economia, isto é, nos grupos ligados à pecuária.

Aliando isso à sua condição de intelectual, Bento, embora eleito pela "conservadora" UDN, expressa uma nova "modernidade" local. Também contribui para isso seu propósito de dotar a capital de uma moderna infra-estrutura administrativa, viária e cultural. Datam de seu governo, por exemplo, as obras do Centro Cívico, do Teatro Guaíra e da Biblioteca estadual. Para tanto, conta com os recursos provenientes da cafeicultura, então setor dinâmico da economia local.

Nessa mesma eleição (1950), a UDN venceu a disputa ao Senado (53,6% dos votos) e igualou sua bancada na Câmara Federal (30,4% dos votos, elegendo três deputados) à do PSD. Contudo, uma terceira força partidária já fazia sentir seu peso: era o PTB, que também elegia três deputados federais (27,2% dos votos) e duplicava sua bancada na Assembléia Legislativa (23,9% dos votos e 12 cadeiras), perdendo somente para o PSD. Ainda, nas eleições presidenciais do mesmo ano, Getúlio (PTB/PSP) obtém 61,6% dos votos. Considerando-se, pois, as eleições para presidente, governador e deputado estadual, vê-se que o eleitorado paranaense, simultânea e respectivamente, vota no PTB, UDN e PSD ...

Já nas eleições majoritárias seguintes (1955), Lupion (PSD/PDC/PTN) volta ao Governo estadual, embora com menor percentual de votos (40,8%). Quanto à Presidência, contrariando o favoritismo nacional de Juscelino Kubitschek (24.0% dos votos locais), o paranaense apóia Adhemar de Barros

(28,1%). Em parte, isso se explica pela oposição de Lúcion, uma liderança local expressiva, a Juscelino que, eleito, "esqueceu-se" do Paraná. Outro dado importante foi o desempenho do integralista Plínio Salgado (22,8%) que, inclusive, foi o mais votado em Curitiba (39,7% dos votos, contra 15,7% para Juscelino, 16,3% para Juarez Távora e 25,7% para Adhemar).

Quanto às eleições ao Senado, Câmara e Assembléia ocorridas no ano anterior (1954), os votos ficaram distribuídos entre o PTB, UDN e PSD. Este assegurou 51,1% dos votos para senador e elegeu seus dois candidatos. Em 1958, o PTB elege seu primeiro senador e, pelo seu desempenho na disputa à Câmara e Assembléia, deixa antever uma polarização com o PSD para as próximas eleições ao Governo estadual.<sup>1</sup> Assim, em 1960, o PTB indica Abillon de Souza Naves, candidato tido com imbatível, e o PSD, Plínio Costa. A morte do candidato petebista leva à indicação de Nelson Maculan, ao mesmo tempo que Ney Braga (PDC/PL) cresce na preferência do eleitorado e, contrariando as expectativas iniciais, acaba vitorioso (35,3% dos votos). Nessa mesma ocasião, Jânio Quadros, candidato à Presidência pelo PDC, recebe 51,2% dos votos paranaenses. Essas duas vitórias, no entanto, não expressam uma preferência partidária. Devem-se, isso sim, ao desempenho pessoal dos candidatos.

Na disputa pelo Senado, em 1962, PTB (24,0%) e UDN (19,9%) elegem seus candidatos. Já as eleições proporcionais deixam antever uma nova polarização partidária, que poderia se refletir na próxima eleição governamental.<sup>2</sup> Dessa feita, o

eleitorado parecia se dividir entre PTB e PDC. Tanto que, para a Assembléia Legislativa, cada qual elege 12 deputados. O trabalhismo, que avançava nacionalmente, no Paraná confrontava-se com a democracia-cristã capitaneada por Ney Braga.

As candidaturas de 1965, por si só, já contrariaram a polarização prevista. Atropelando as pretensões de Ney, Paulo Pimentel lançou-se candidato pelo PTN. Como concorrente, mais uma vez aparecia Bento Munhoz (PR/PSP/PTB/PRP), de difícil identificação com o trabalhismo. Embora contando com a preferência dos eleitores da região de Curitiba e do chamado Paraná Tradicional, Bento (45,1%) perdeu para Pimentel (51,1%), que contava com o apoio decisivo no Norte paranaense. Essa região já se constituía no principal reduto eleitoral do estado (52,4%) e garantiu para Pimentel a maioria de seus votos (28,7%).\*

Logo após essas eleições, o quadro partidário vigente, por força de lei, foi extinto, dando lugar ao bipartidarismo. Antes, cabe relembrar alguns dados das eleições municipais em Curitiba. Nas disputas pela Prefeitura, em 1954, Ney Braga (PSP/PR) obtém 28,7% dos votos; em 1958, Iberê de Mattos (PTB) atinge 33,4% dos votos; e, em 1962, Ivo Arzua (PDC/UDN/PL) elege-se com 42,1% dos votos (ver tabela 2). Quanto à Câmara Municipal, considerando-se as eleições de 1947 a 62, o PTB, PSD, UDN e PDC foram, no geral, os partidos que apresentaram melhores desempenhos.

No período do bipartidarismo, os resultados eleitorais observados no Paraná confirmam as tendências nacionais. Em

1966, a ARENA, embalada pela máquina governamental, logrou vitórias expressivas nas eleições ao Senado (58,0%), Câmara (67,4% dos votos, conquistando 20 das 25 cadeiras) e Assembléia (69,8% dos votos, garantindo 37 das 45 cadeiras). A maioria na Assembléia Legislativa, até 1982, garantiu ao governo federal a indicação dos próximos governadores.<sup>7</sup> Já nas eleições de 1970, a campanha do voto branco/nulo, feita pelas oposições, embora não alterasse significativamente a condição majoritária do partido do governo, serviu para esboçar uma primeira reação eleitoral ao regime militar. Nas eleições ao Senado, por exemplo, mais de 30% dos paranaenses engajaram-se nessa reação.

No pleito de 1974, o MDB garantiu suas primeiras vitórias decisivas. Para o Senado, obteve 51,3% dos votos, elegendo Francisco Leite Chaves. Para a Câmara, fez 40,6% dos votos, elegendo a metade da bancada paranaense. Aqui, os votos de Alvaro Dias (175.434), Antonio Belinati (150.698) e José Alencar Furtado (84.413) - mais da metade do total dos votos do partido -, pelo sistema proporcional, foram fundamentais. O MDB elegeu deputados com menos de 5 mil votos, enquanto candidatos da ARENA com mais de 20 mil votos não foram eleitos. Já para a Assembléia, a ARENA contabilizou 42,8% dos votos, ocupando 29 de 54 cadeiras. Contudo, os votos de Enéas Faria (86.595), Oswaldo Macedo (59.912) e Maurício Fruet (51.912), dentro do mesmo sistema proporcional, garantiram a eleição de candidatos com menos de 10 mil votos, ao contrário da ARENA.

Embora o governo federal continuasse se desgastando - politicamente, em especial, pelas críticas à ditadura - , em 1978 o MDB não apresentou o mesmo desempenho. Individualmente, Tullio Vargas, candidato da ARENA, obteve mais votos. José Richa foi eleito pelo esquema das sublegendas, que lhe permitiu computar os votos de Enéas Faria. Para a Câmara, com 46,1% dos votos, a ARENA garantiu 19 das 34 cadeiras e para a Assembléia, com 47,7% dos votos, obteve 34 das 58 vagas. No caso das eleições à Câmara, Paulo Pimentel (128.267) e Arnaldo Busato (118.818) garantiram uma proporcionalidade expressiva para a ARENA; pelo PMDB, somente Alvaro Dias (127.903) ultrapassou a casa dos 50 mil votos. Ainda, no caso das eleições à Assembléia, a ARENA fez os 10 candidatos mais votados.

Quanto ao voto dos curitibanos, nas eleições ao Senado observa-se igual comportamento. Para a Câmara Federal, o voto municipal reproduz a tendência estadual, salvo em 1978, quando o MDB obtém 43,9% dos votos contra 37,4% da ARENA. O mesmo ocorre nas eleições à Assembléia. Já nos pleitos municipais, a tendência do eleitorado somente pode ser observada na disputa das cadeiras da Câmara Municipal, visto que os prefeitos eram nomeados.

Entre 1968 e 1976, a ARENA ultrapassou os 50% dos votos dos curitibanos, garantindo de 12 a 15 cadeiras. Somente em 1976 o MDB, com 42,3% dos votos, retirou-lhe a maioria absoluta (ver tabela 4). Cumpre ressaltar o expressivo número de votos em branco e nulos dessas eleições, superando a marca

dos 10%, quando nas eleições anteriores chegaram a ser reduzidos a 3%.

Finalmente, com o retorno do pluripartidarismo, novas agremiações partidárias passaram a disputar as eleições. Em 1982, o PMDB - mesmo sem o Plano Cruzado ... - obteve seus melhores desempenhos no estado. Das eleições ao Senado, à Câmara Municipal, passando pelas do Governo, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, o PMDB garantiu mais de 55% dos votos (ver tabela 6). Excetuando-se o PDS, especialmente pelo peso político de Ney Braga, que concorria a uma vaga ao Senado, os demais partidos tiveram um desempenho sofrível, sempre muito abaixo dos votos em branco e nulos.

Situação semelhante aconteceu em 1986, garantindo uma vitória absoluta ao PMDB local. No entanto, cabe destacar que, a despeito dos benefícios políticos trazidos pelo Plano Cruzado - que lhe garantiu uma vitória nacional indiscutível -, os índices do PMDB caíram. Na disputa ao Senado, por exemplo, a sublegenda Enéas Faria/Afonso Camargo obteve 27,6% dos votos e José Richa, 20,3%. Enquanto isso, os votos em branco e nulos totalizaram 24,3%. Considerando-se que Richa, após um mandato no Senado (1978-82), fôra eleito governador, em 1982, com 60,6% dos votos e que concluíra seu mandato com altos índices de aprovação pública, é surpreendente vê-lo perder para brancos/nulos.

Igualmente elevados foram esses índices nas eleições à Câmara Federal (13,6%) e Assembléia Legislativa (19,7%), constituindo-se numa segunda expressão política das eleições de 1986. Pelo Governo, Alvaro Dias garantiu 49,4% contra 31,7%



dos votos de Alencar Furtado, que concorria por uma coligação liderada pelo PDT. Mesmo assim, os brancos/nulos atingiram 13,1%, muito acima dos demais concorrentes. Embora 1986 seja apontado como o ano eleitoral do PMDB, a comparação com os resultados de 1982 e o crescimento do percentual de eleitores que não apostaram em nenhum dos partidos/candidatos mostram que já havia algo de podre no reino da Dinamarca ...

Isto posto, o trabalho que apresentamos objetiva, a partir de um processo eleitoral recente - as eleições municipais de 1988 -, analisar algumas artimanhas da política brasileira e os recortes produzidos pela história. As organizações partidárias, enquanto espaço institucional de expressão política da sociedade, foram privilegiadas no texto. Contudo, não as consideramos forma primeira e única de manifestação popular. Sua importância reside, isto sim, no papel que buscam ocupar dentro de um processo político mais amplo, entendido como cultura partidária.

Partidos e eleições, antes de submeterem as representações políticas de uma sociedade, são dados como as expressões mais aparentes de uma essência mais ampla. Essa essência, contudo, não se contrapõe à sua própria natureza; pelo contrário, a revela numa de suas feições. Relembrando Foucault, temos que a parte emersa de um iceberg tão somente reproduz aquilo que está submerso... Se duvidamos dessa parte é porque não conhecemos aquela. Ou, o que nos parece pior, porque negamo-nos às evidências da própria história...

## NOTAS

<sup>1</sup>Sobre os resultados locais, ver, IPARDES - Fundação Edison Vieira. Resultados eleitorais: Paraná 1945-82. 2 ed. Curitiba, 1989. Os dados referentes às eleições posteriores estão nas tabelas que integram este estudo.

<sup>2</sup>Caetano Munhoz da Rocha, vice-presidente do estado de 1916 a 1920, foi presidente do estado entre 1920-24 e 1924-28. Afonso Alves de Camargo, vice-presidente do estado de 1912 a 1916, foi presidente do estado entre 1916-20 e 1928-30, quando foi substituído pelo interventor Mário A. Monteiro Tourinho. Ainda, entre 1924-28, Marins Alves de Camargo foi vice-presidente do estado. Ver, PARANÁ. Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte. Biblioteca Pública do Paraná. Governadores do Paraná: de 1853 a 1983. Curitiba, 1985.

<sup>3</sup>Ver, IPARDES - Fundação Edison Vieira. Sobre a política paranaense: entrevistas. Curitiba, 1988. /documento interno/.

<sup>4</sup>Sobre as eleições de 1958, no Paraná, ver, MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. R. bras. de estudos políticos, 8:229-54, abr. 1960.

<sup>5</sup>Sobre as eleições de 1962, no Paraná, ver, SANTOS, José Nicolau dos. Comportamento eleitoral no Paraná nas eleições de 1962. R. bras. de estudos políticos, 16:227-50, jan. 1964.

<sup>6</sup>Ver, IPARDES - Fundação Edison Vieira. O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba, 1987. p. 196.

<sup>7</sup>São eles, Haroldo Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Souza, Emilio Hoffman Gomes, Jayne Canet Júnior e Ney Braga.

## 1 ESTILO ACIMA DE CONTEÚDO ?

### A PROPÓSITO DAS CAMPANHAS POLÍTICAS

As eleições municipais de 1988, vistas por muitos como um ensaio das eleições presidenciais de 1989, confirmaram diversas suspeitas e propiciaram algumas surpresas significativas. Partindo dos resultados verificados nas capitais estaduais e em alguns dos principais municípios do interior, evidenciou-se uma derrota expressiva do PMDB, o grande vitorioso nas eleições de 1986.<sup>1</sup> Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre foram varridas pelo voto contrário ao governo, assim como Campinas, Santos ou São Bernardo. No Paraná, tradicionais redutos peemedebistas, como Curitiba e Londrina, também acompanharam essa atitude plebiscitária de repúdio à ação governamental ou, conforme as críticas mais comuns, aos sintomas de desgoverno.

Dentre as surpresas, certamente a mais significativa foi a vitória de Luiza Erundina, pelo PT, em São Paulo. Inicialmente considerada "sem carisma e com pouco cacife para empolgar o eleitorado" (Jornal do Brasil, 19.07.88), Erundina superou as expectativas de uma vitória de Paulo Maluf (PDS) ou João Leiva (PMDB), candidatos que se mantiveram à frente das pesquisas de opinião pública até poucos dias antes das eleições. Além disso, o PT conquistou outras importantes

vitórias em São Paulo e em capitais como Porto Alegre (Olívio Dutra) e Vitória (Vitor Buaiz).

Não menos importante foi o desempenho do PDT no Rio de Janeiro (Marcelo de Alencar) e em Curitiba (Jaime Lerner); a vitória de Jackson Lago, em São Luís, candidato pedetista, significou uma derrota quase pessoal do presidente Sarney. O PFL venceu em Recife (Joaquim Francisco), Maceió (Guilherme Palmeira), João Pessoa (Wilson Braga); o PSDB, em Belo Horizonte (Pimenta da Veiga); o PDS, em Florianópolis (Esperidião Amin). Salvador (Fernando José), Fortaleza (Ciro Gomes) e Goiânia (Nion Albernaz), acabaram sendo as poucas vitórias significativas do PMDB.

De imediato, surge a constatação do avanço de partidos considerados de esquerda - PT e PDT - e a confirmação dos líderes desses partidos, Luís Ignácio da Silva e Leonel Brizola, respectivamente, como fortes candidatos à Presidência da República. O deputado Gastone Righi, líder do PTB na Constituinte, já afirmara: "(....) as urnas municipais vão definir as forças que têm chances na disputa para o Planalto." (Veja, 09.09.88).

Os resultados de 1988, contudo, apresentam implicações maiores, dificultando seu entendimento, como o caso da composição das alianças partidárias. Em Maceió, Renan Calheiros apresentou-se pelo PSDB, PMDB, PTB, PCdoB, PTR, PMB, PN, PH, PMC e PV; em Teresina, Myriam Portela concorreu pelo PDS, apoiada pelo PCB e PCdoB; em Belém, Sahid Xerfan candidatou-se pelo PTB, PDS e PFL. Por outro lado, nas aparentes brincadeiras, a população manifestou sua

desaprovação aos dirigentes, apostando no macaco Tião como, no passado, fizera com o rinoceronte Cacareco. O macaco Tião, conhecido dos frequentadores do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, pelo seu mau humor e gestos mal-criados, foi lançado como candidato a prefeito do Rio de Janeiro, numa piada dos humoristas do jornal O Planeta Diário, e rapidamente transformou-se no símbolo do anti-eleitorado carioca, ou seja, daquele segmento da população que preferiu apostar no voto nulo. A mesma atitude deu margem à organização de um comitê em torno da cadela Amarelinha, em Olinda, e do papagaio Xereta, em Vitória. A campanha pelo voto nulo reproduziu o comportamento do eleitorado paulista nas eleições municipais de 1959, que resultou em cem mil votos no Cacareco, um recorde para à Câmara Municipal. Como fenômeno periódico, o voto nulo, ou a tendência pelo voto nulo, expressa o peso do descrédito popular pelas eleições e pelos casuísmos políticos.

A mobilização em torno das eleições de 1988 apresentou números surpreendentes: foram disputadas 46.300 cadeiras nas câmaras municipais e 8.600 lugares nas prefeituras. Como postulantes aos cargos, tivemos 1,3 milhão de candidatos. Não menos surpreendente foi o número de partidos concorrentes - cerca de 30 - e os custos financeiros das eleições. Segundo cálculos apresentados pela revista Veja (09.10.89), a Justiça Eleitoral gastou mais de US\$ 10,8 milhões; uma campanha de peso para prefeito de São Paulo não saiu por menos de US\$ 2,8 milhões; o custo mínimo de uma candidatura a vereador daquela cidade não baixou de US\$ 65 mil.

Em Curitiba, os custos de campanha e eleições também foram elevados. Pelos cálculos do TRE, em julho, uma eleição em dois turnos requeria cerca de US\$ 1 milhão, isto é, trinta vezes mais do que as eleições de 1986 (Indústria e Comércio, 15.07.88). Para a disputa da prefeitura, o PL fez uma previsão de gastos da ordem de US\$ 162 mil; o PMDB, de US\$ 138 mil; o PTB, de US\$ 108 mil. A previsão de 15 partidos foi de US\$ 3,5 milhões, sendo US\$ 898 mil do PMDB, US\$ 863 mil do PTB, US\$ 682 mil do PL, US\$ 504 mil do PFL, US\$ 276 mil do PDT, US\$ 138 mil do PT, US\$ 27 mil do PSC e US\$ 2 mil do PH. Ainda, considerando que US\$ 618 mil foram destinados a oito candidatos das eleições majoritárias, o custo médio de uma campanha para prefeito é da ordem de US\$ 77 mil; e, que os mesmos partidos empregaram cerca de US\$ 2,7 milhões nas eleições proporcionais, onde havia 731 candidatos, o custo médio de uma campanha para vereador é de US\$ 3,7 mil (Jornal do Estado, 20.10.88).

A campanha tomou proporções maiores a partir de 29 de setembro, quando começou a propaganda gratuita no rádio e na televisão. Mais uma vez os ensinamentos da antropóloga Margaret Mead, assessora de Jimmy Carter na sua primeira campanha presidencial, foram lembrados: estilo acima de conteúdo. Candidatos e partidos com maiores recursos buscaram cercar-se dos ensinamentos do marketing político, entendendo que não basta uma boa mensagem. É necessária uma forma convincente de apresentação do candidato e de sua mensagem, isto é, do seu produto. Num país com quase trinta milhões de aparelhos de televisão, esse se transformou no instrumento

mais rápido e eficiente de veiculação de uma imagem política e poucos são os candidatos familiarizados com sua linguagem. Diversos políticos já "tropeçaram" em si mesmos e acabaram passando uma imagem insegura ou imprópria de sua candidatura ou pessoa, afugentando o eleitor, normalmente atento a uma idealização de homem público. Em 1985, quando concorria ao governo paulistano, Fernando Henrique Cardoso (PMDB) colheu os resultados de um desempenho sofrível diante das câmaras de televisão, ao contrário de Alvaro Dias (PMDB) e de Fernando Gabeira (PT) - candidatos, respectivamente, aos governos do Paraná e Rio de Janeiro, em 1986 -, considerados pelos especialistas como excelentes produtos televisivos.

Durante quase três meses, as imagens dos candidatos foram ao ar, confirmando preferências, revelando novos favoritos ou revertendo tendências. Não raras foram as brigas entre os partidos e os tribunais regionais eleitorais, por alguns segundos a mais no tempo de propaganda. Os comícios, mais uma vez confundiram-se com shows, cabendo aos artistas a tarefa de atrair o público.

As pesquisas de opinião pública revelaram um número elevado de eleitores indecisos nos meses que antecederam às eleições. A caça desses votos tornou-se a preocupação central dos candidatos, pois tais eleitores representavam a possibilidade de desempate ou reversão da tendência das urnas. São Paulo, mais uma vez, foi o exemplo maior desse comportamento. As pesquisas do Instituto Gallup, no início de outubro, indicavam 26,2% de eleitores indecisos, número suficiente para que João Leiva (21,4%) ou Luiza Erundina

(11,0%) pudessem reverter o favoritismo inicial de Paulo Maluf (31,0%). Enquanto Maluf e Leiva caíam e os indecisos faziam sua opção, a candidatura de Erundina assumia a preferência do eleitor, atingindo a marca de 29,0% nos últimos dias. Situação semelhante foi a verificada em Porto Alegre, onde Antonio Brito (PMDB: 24,3%) iniciou como preferido, ficando Olívio Dutra (PT: 9,9%) numa incômoda posição, enquanto o número de indecisos era elevado (23,8%). No decorrer da campanha, Brito foi perdendo pontos nas pesquisas sobre a preferência popular e os indecisos foram se definindo. Em 13 de novembro, Brito tinha 13,8% das preferências, Dutra 31,1% e os indecisos eram 10,5% do eleitorado.

Não menos surpreendente foi o desenrolar desse processo em Curitiba. Maurício Fruet (PMDB) iniciou como um candidato considerado imbatível. Ex-prefeito da capital, era reconhecido pela população por sua administração anterior e contava com o apoio do governador Alvaro Dias e do prefeito Roberto Requião, dois campeões locais de popularidade.<sup>2</sup> Numa campanha de fraca mobilização popular, logo considerada "morna", o candidato peemedebista mantinha-se à frente de seus opositores. Entre 09 e 12 de outubro, Fruet tinha 36,7% das preferências eleitorais, enquanto Algacy Túlio (PDT) tinha 16,3% e Enéas Faria (PTB), 15,2%. Os demais candidatos, Airton Cordeiro (PFL: 5,7%), Claus Germer (PT: 3,7%), Antonio Fernando Macedo (PSC: 0,1%), Osvaldo Buskei (PTR: 0,1%), Ellíria Timm (PH: 0,4%), Teolino Mendonça (PMC: 0,2%) e Nain Ackel Filho (PL: 0,3%), não pareciam concorrentes (Gazeta do Povo, 14.10.88).



Contudo, em 02 de novembro, após uma sentença favorável do Tribunal Superior Eleitoral, quanto ao prazo mínimo de domicílio eleitoral, com base na nova Constituição, que o reduziu de 12 para 4 meses, e a dispensa da "interstícia" (prazo de tempo entre uma transferência e outro do título eleitoral), face sua condição de servidor público, prevista no Código Eleitoral, Lerner apresentou-se como candidato, com o slogan "Agora sim!". O caráter "morno" da campanha cedeu a uma série de denúncias sobre a candidatura de Jaime Lerner e as renúncias de Algacy Túlio, Aírton Cordeiro e Enéas Faria.

Nessa sucessão de acusações foram usadas, inclusive, outras imagens televisivas, como "Odete Roitman" - a vilã da novela das oito, levada ao ar pela Rede Globo com grande penetração popular - uma empresária inescrupulosa, que foi apresentada em jornais de propaganda como defensora da candidatura Lerner (fig. 1). O que seus opositores parecem não ter percebido é que, dentre os demais personagens da novela em questão, poucos assemelhavam-se ao perfil ideal de herói, e os que correspondiam a ele, como a empresária "Raquel Acioli", vivida por Regina Duarte, não apresentavam carisma. Pelo contrário, passavam por chatos e ingênuos. Ainda, a incursão daquela vilã no campo da política foi exatamente numa associação com um político tradicional, que concorria a uma prefeitura do Nordeste. A novela buscou enfatizar a corrupção e o jogo de interesses pessoais subjacentes a uma eleição, quando a empresária vilã financiava a campanha do candidato, em troca de favorecimentos numa transação imobiliária que visava à construção de um complexo turístico na região.

Enfatizava-se, portanto, a idéia do candidato corrupto, de modo a reforçar as críticas ao clima nacional de impunidade e à descrença popular nas instituições políticas e sociais. Ou seja, "vale tudo", como sugeria o título da novela.

A estratégia não parece adequada, pois, ao dizer que o candidato pedetista tinha o apoio dos empresários locais - como na novela -, trazia à tona a crítica ao político tradicional. Ao mesmo tempo, Lerner enfatizava a sua condição de técnico, não a de político, o que parecia correto diante das dúvidas populares em relação à política institucionalizada. A tendência decrescente da candidatura Fruet acentuou-se e Lerner acabou impondo uma derrota ao PMDB paranaense : 325.815 votos (48,5%) contra 198.348 (29%).

A imprevisibilidade no campo da política não chega a ser um dado novo. A derrota de Maurício Fruet, impensada nos primeiros meses de campanha, pode ser vista como uma reação do eleitorado ao político tradicional ou como uma contestação ao governo - em que pese a estratégia peemedebista de tentar vincular o candidato do PDT ao governo Sarney, dizendo que o presidente o apoiava e que fazia disso uma represália àqueles que, como Maurício Fruet, foram contrários ao mandato presidencial de cinco anos (fig 2). Associar a vitória de Lerner a um voto equivocado é recair numa antiga tese udenista de que o povo não sabe votar. As pesquisas sobre o comportamento do eleitor mostram, historicamente, que ele sabe votar e que usa seu voto como instrumento de mudança. Marcos Faria Figueiredo, a partir de seus estudos sobre o comportamento eleitoral, afirma : "Quando se diz que o povo

vota errado ou tem memória curta, está-se querendo desculpar as elites partidárias que traçam uma estratégia eleitoral vesga ou oferecem candidatos ruins e depois se queixam do eleitor." (Veja, 09.11,88. p. 6).

No jogo eleitoral, as armadilhas da política apresenta-se, pois, como o resultado do estudo do processo eleitoral em Curitiba, a partir dos discursos produzidos pelos partidos e candidatos desse pleito. Como instrumental de análise, são tomados o material de propaganda dos candidatos, os registros fotográficos da campanha, o material de imprensa e os programas apresentados na televisão, dentro do horário gratuito do Tribunal Regional Eleitoral. Também, são utilizados os resultados eleitorais fornecidos por esse Tribunal e os dispositivos jurídicos reguladores do pleito.

O estudo não parte do pressuposto de uma desconexão entre a ação partidária e o discurso político. Consideramos, isto sim, que a ação e o discurso são peças de um mesmo universo político, estando um sustentado no outro, um informando o outro. Da mesma forma, busca incorporar algumas das questões que estão colocadas à história política, um campo minado pelas suas próprias inquietações teóricas e metodológicas.

Mais do que uma simples reinterpretação de fatos, a história política brasileira vem buscando resgatar outros

agentes e formas de manifestação. Nesse sentido, ela parece se beneficiar dos resultados obtidos pela chamada história social, que tem transitado entre as discussões foucaultianas, sobre disciplina industrial, e thompsonianas, sobre cultura operária.<sup>4</sup> De Foucault temos, entre outros, os estudos sobre as manifestações capilares do poder, isto é, das relações de poder que sustentam o edifício social.<sup>5</sup> Thompson, por sua vez, não poupa críticas aos reducionismos causados pela vulgata althusseriana sobre luta de classes, sobre o "motor da história".<sup>6</sup> Tomando-os, no conjunto, vemos emergir uma nova compreensão das práticas cotidianas, das formas de resistência e das utopias sociais.

Outros tantos pensadores têm influenciado decisivamente os estudos sobre as questões políticas na história. Ao par das omissões de nomes igualmente importantes, cumpre destacar Hannah Arendt e Eric Hobsbawm. Após a publicação de The origins of totalitarianism (1951),<sup>7</sup> Arendt transformou-se numa referência obrigatória a todo aquele preocupado em entender os mecanismos que dissolveram as bases tradicionais de nosso mundo político, a destruição do indivíduo nas experiências políticas totalitárias ou a importância do público na sociedade contemporânea. Ainda, junto com Habermas, forneceu o instrumental de análise que informou toda uma corrente da historiografia política. Hobsbawm, por sua vez, representa uma contribuição fundamental na análise do movimento operário, ressaltando, entre outras coisas, as formas de inserção das práticas políticas no seu cotidiano. Ao enfatizar que "(....) o 'modelo' tradicional de desenvolvimento do movimento

operário era uma seleção (parcialmente viciada) de fatos, que classificava alguns como centrais e marginalizava outros, ou os excluía",<sup>8</sup> Habermas sentenciava as ortodoxias da mesma forma que Thompson sentenciou a vulgata althusseriana.

Contribui também a lingüística que, em seu repensar epistemológico, fornece-nos os instrumentos da análise do discurso. Esse método estabelece uma relação entre a linguagem e a exterioridade, e parte do texto para as representações sociais. A análise do discurso tem no texto a sua unidade de análise (o seu exemplar de discurso) e o observa segundo as suas condições de produção (historicamente dadas).<sup>9</sup>

Desse debate, chega-se a considerações como a dos interlocutores sendo peças de uma mesma formulação discursiva que, ao romper com as limitações ideológicas, resgata o sentido de verdade produzido numa economia de discursos. Foucault, por exemplo, investiga o problema do regime discursivo, isto é, dos efeitos de poder subjacentes ao jogo enunciativo. A "verdade" repousa, segundo ele, na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem.<sup>10</sup> Marilena Chauí, por sua vez, refere-se ao discurso verdadeiro como o discurso competente, ou seja, aquele que é instituído. Ele confunde-se, portanto, com a linguagem institucionalmente permitida, na qual os interlocutores, os lugares e as circunstâncias estão previamente definidos e reconhecidos.<sup>11</sup> É na tensão da atividade enunciativa que se forma o sentido de verdade, a qual independe da vontade dos interlocutores, prendendo-se, sim, ao que é possível dizer para outro em determinado lugar.

Sem pretender avançar no debate acerca dos novos caminhos da história, ou das contribuições resultantes da interdisciplinaridade, cabe-nos refletir sobre o resgate de sujeitos e práticas silenciados por uma dada produção e cristalização do conhecimento. Essa breve incursão no campo da teoria buca, tão somente, assinalar os limites de nossa leitura. As questões teóricas e conceituais estão diluídas ao longo do texto.

A análise, por sua vez, dirige-se a dois discursos. De um lado, o discurso jornalístico formulado em torno das eleições municipais de 1988, visto como produtor de uma opinião pública e gerador de fatos políticos. A análise volta-se, portanto, para o acompanhamento e entendimento dessas construções discursivas e dos efeitos produzidos. De outro, temos o material de propaganda dos partidos, onde novamente aparece a preocupação com os efeitos produzidos e a imagem pretendida pelos partidos e candidatos diante dos eleitores. Tais discussões são precedidas de comentários sobre alguns conceitos da política, considerando a necessidade de revisá-los.

## NOTAS

<sup>1</sup>Segundo levantamento realizado pela revista Veja, junto as 100 maiores cidades brasileiras, correspondentes a 40% do eleitorado, o PMDB obteve 4,6 milhões de votos; o PTB, 1,7; o PFL, 1,6; o PSDB, 1,4. Ainda, confrontados os resultados eleitorais de 1982 e 1986, nesses mesmos municípios, observa-se que embora o PMDB conserve o primeiro lugar, esse foi seu pior desempenho nos últimos anos. Já o PT, passou de um 5º lugar, em 1982 (1,3 milhão de votos), para 3º em 1986 (2,6) e 2º, em 1988. Ver, Veja, 21.12.88. p.28-31.

<sup>2</sup>Nas eleições de Curitiba, temos o caso do recurso do PT-PV, protocolado no TSE, em Brasília, através do qual esses partidos se opuseram à distribuição do tempo de propaganda gratuita pelo TRE. O recurso alega que o PMDB foi beneficiado com um minuto a mais, por dia, e que o PT-PV estavam lesados em doze segundos diários. Dessa forma, a referida coligação tentava elevar de 4'21" para 4'33" o seu tempo de propaganda gratuita. O resultado do TSE, favorável ao PT-PV, saiu no antepenúltimo dia de campanha.

<sup>3</sup>Segundo pesquisa do Instituto Gallup, realizada na primeira quinzena de novembro, em Curitiba, e publicada na Isto é Senhor (16.11.88), destacam-se como políticos mais simpáticos à população local, Álvaro Dias (39,5%), Roberto Requião (10,9), Nei Braga (8,3%) e Leonel Brizola (8,0%). Essa preferência, contudo, não foi transferida ao candidato dos dois primeiros. Na mesma ocasião, Lerner tinha 33,3% e Fruet, 24,8% das intenções de voto.

<sup>4</sup>A tentativa de definição do significado exato de história social, dado que para muitos "toda história é social", vem desencadeando um profícuo debate. Nesse sentido, são fundamentais, HOBBSBAM, Eric. From social history to the history of society. Daedalus, 100(1):20-45, Winter, 1971; GENOVESE, Elisabeth & GENOVESE, Eugene. The political crisis of social history: a marxian perspective. Journal of social history, 10(2):205-19, Winter, 1976; FONTANA, Josep. Historia: analisis del pasado y proyecto social. Barcelona, Grijalbo, 1982.

<sup>5</sup>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1983; \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

<sup>6</sup>THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria - ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar, 1981; ver, também, BONAFÉ, Mario Garcia e outros. Hacia una historia socialista. Barcelona, Ediciones del Serbal, 1983.

<sup>7</sup>ARENOD, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Dom Quixote, 1978; publicado no Brasil, pela Documentário, em três volumes: Anti-semitismo: instrumento do poder (1975); Imperialismo: a expansão do poder (1976); Totalitarismo: o paradoxismo do poder (1979).

<sup>8</sup>HOBBSBAM, Eric. Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. p.20. Ver, também, \_\_\_\_\_. Trabalhadores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>9</sup>Sobre a análise do discurso, ver, entre outros, DUCROT, O e ANSCOMBRE, J.C. Provar e dizer: leis lógicas e argumentativas. São Paulo, Global, 1981.; GADET, F. e PÉCHEUX, M. La langue introyable. Paris, Maspero, 1981; ORLANDI, Eni. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. São Paulo, Brasiliense, 1983; OSAKABE, Haquira. Argumentação e discurso político. São Paulo, Kairós, 1979.

<sup>10</sup>FOUCAULT, Michel. Microfísica ...; ver, também, \_\_\_\_\_. El orden del discurso. Barcelona, Tusquets, 1982; \_\_\_\_\_. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985; \_\_\_\_\_. História da loucura. São Paulo, Perspectiva, 1979.

<sup>11</sup>CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1982.

## 2 DE SAQUAREMA A LUZIA:

### SOBRE OS (DES)CONCEITOS DA POLÍTICA

A experiência parlamentarista do Império atribuiu ao imperador o poder moderador e, por conseguinte, a competência para nomear e demitir ministérios. A estabilidade política do II Império parece, pois, depender da habilidade do chefe do estado em alternar, face a crises e impasses, o chefe de governo e todo seu gabinete. Saquaremas (conservadores) e luzias (liberais) sucedem-se à frente do executivo, na tentativa de uma harmonia imperial.

O exato momento de formação desses, que foram os primeiros partidos políticos brasileiros, constitui uma questão controvertida. Os partidos políticos datam da Regência e, segundo Joaquim Nabuco, estão associados à reação monárquica de 1837.<sup>1</sup> Para Afonso Arinos de Melo Franco<sup>2</sup> e Vamireh Chacon<sup>3</sup>, o Partido Liberal definiu-se quando da elaboração do anteprojeto do Ato Adicional, e o Conservador, quando da interpretação desse Ato. De junho de 1840 a novembro de 1889, segundo Chacon, foram constituídos 15 gabinetes, sendo 7 liberais, 7 conservadores e 1 de conciliação ...<sup>4</sup>

Como se não bastasse essa primeira ironia, cumpre acrescentar outra que já integra o anedotário político brasileiro: não havia nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. O 15 de novembro parece pouco ter contribuído para desfazer essa imagem ou para elevar o nível



de credibilidade da opinião pública sobre a experiência partidária nacional.

Aliás, essa prática, por si só, leva-nos a questionar a pertinência da aplicação de modelo gramsciano na análise dos partidos brasileiros. Para Gramsci, o "moderno príncipe", isto é, os partidos funcionam como intermediários entre o estado e a sociedade civil, comportando-se como uma espécie de "instância de filtragem" das demandas dessa para com aquela.<sup>3</sup> O historiador, por sua vez, ao invés de se ater aos pequenos fatos internos do partido, deverá compreender sua força real, bem como "(....) a sua força determinante, positiva e negativa, a sua contribuição para criar um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verifiquem."<sup>4</sup>

A despeito da aplicabilidade desse modelo em outros países, cabe repensar seu sentido face às nossas experiências partidárias, pois os dispositivos institucionais que antecederam à organização dos partidos determinaram seus limites e formas de atuação. A Constituição de 1946, por exemplo, vetou a possibilidade de existência dos partidos regionais, exigindo-lhes uma configuração nacional. Além desse tipo de artificialismo, visto que até então os partidos tinham feições locais e não se encaminhavam num sentido diferente, outras perversões contribuíram para tal descaracterização. Disso resulta, entre outras coisas, uma prática eleitoral centrada mais nos indivíduos do que nas agremiações partidárias, reforçando a antiga idéia de que um saquarema pouco se diferenciava de um luzia.

Assim, nos anos 50, por exemplo, os votos eram atribuídos ao "doutor Getúlio" ou ao "brigadeiro" (Eduardo Gomes) sem que, necessariamente, se os identificassem com o PSD/PTB ou UDN. Em todo o caso, se eles concorressem por outros partidos, o eleitor não estaria constrangido por uma identificação partidária, aliás, quase sempre nula. Jânio Quadros é, certamente, um dos maiores exemplos dessa desvinculação: os votos recebidos nas eleições presidenciais de 1960 vêm de seu carisma e não de suas cores partidárias. Quantos, hoje, lembram por qual partido ele concorria ?

Claro, existem outras situações quando, no caso, uma atitude de repúdio gera uma espécie de voto plebiscitário, fustigando uma dada sigla partidária identificada com sinais de desgoverno ou de frustrações sociais. Contrariando o apoio dado ao PMDB, em 1986, o eleitor repudiou-o pelas decepções que sucederam àquela eleição. Em 1988, o eleitor nem sempre tinha certeza sobre o destinatário de seu voto; sabia, isto sim, que não seria peemedebista. Tais casos parecem ser a exceção que confirma a regra...

Da confluência desses fatos com as reflexões da historiografia, referidas anteriormente, resultam novos entendimentos sobre a história. Nesse sentido, o período republicano apresenta-se como um campo especialmente fértil às inquietações, a começar pelo próprio conceito de república, pois as repúblicas que surgiram no século XIX, em tese, contrariavam o que fora tematizado no século XVIII. Montesquieu, no Espírito das leis, observava que a república é o reino da virtude - ao contrário do despotismo, reino do

medo, ou da monarquia, reino da honra - e que suas possibilidades estavam na razão inversa à extensão do território. Rousseau, no Contrato social, confirma esse princípio, vendo na proximidade física dos indivíduos uma condição básica às virtudes cívicas.

Para equacionar essa questão da territorialidade com o conceito de república, os norte-americanos adotaram o princípio do federalismo, tomando a multiplicidade dos centros de poder como resposta possível. Os brasileiros não fizeram por menos e, do Manifesto Republicano de 1870' à defesa da Nova República, sempre que as virtudes cívicas são lembradas, o federalismo é reafirmado. A idéia de união passa, assim, pela descentralização, numa tentativa de definir e estabelecer uma prática política.

Outra questão que se coloca aos ideários da ordem social é o comprometimento e envolvimento das massas num mesmo sentimento público. José Murilo de Carvalho, por exemplo, ao analisar a proclamação da República, evidencia a surpresa dos políticos com a indiferença dos cariocas. A mudança do regime político em nada afetava suas existências, restando-lhes, pois, responder com seu silêncio; na sua visão de mundo, "bestializados" foram aqueles que prestaram atenção no 15 de novembro.<sup>9</sup> Num outro artigo, Carvalho analisa o esforço da imprensa carioca para dar um sentido popular a esse fato; naquele dia, tanto a Gazeta da Tarde como o Diário do Commercio diziam do papel dos militares nesse acontecimento. Contudo, davam a impressão de ser um golpe caudilhesco que acabara com o Império, o que não interessava à imagem interna

e externa do Brasil. Assim, nos dias seguintes, esses e outros jornais operaram um verdadeiro milagre político-discursivo: a cada notícia dada, o movimento militar era mais associado às camadas populares, fazendo-as participativas nessa antiga e comum aspiração... Ainda, dizia-se ser o mesmo sentimento público já visto na Independência e na Abolição ... Assim, a República que nem os cariocas viram nascer, assumiu feições de uma mobilização nacional; os republicanos "(....) construíram criatura e criador. E o criador foi feito à imagem da criatura."

Instituída a República, novos grupos de poder se estabeleceram e a política do "café com leite" aparece como princípio de sustentação. Sérgio Buarque de Holanda já dizia que o império dos fazendeiros só começa com a queda do Império, numa constatação dos limites de expressão dos fazendeiros na antiga ordem política.<sup>10</sup> Contudo, tal império não chegou a existir em toda sua extensão, pois a nova ordem é mais complexa, considerando que os interesses dos cafeicultores não se restringiam à lavoura e que, a despeito do peso do café nas pautas de exportação, o governo federal não era necessariamente um comitê central daqueles produtores. Além de seus próprios interesses, o governo precisava conciliar os das demais regiões e os interesses econômicos e financeiros internacionais.

A política do "café com leite", conforme um recente artigo de Boris Fausto, não significou uma total identificação das conveniências dos paulistas com as dos mineiros.<sup>11</sup> Por um lado, enquanto a elite política paulista se vinculava à

oligarquia local, a mineira derivava da própria política; por outro, o peso político desses parceiros não era igual. Entre 1894 e 1906, os paulista dominaram, e, tendo assegurado seus interesses internos - vide Convênio de Taubaté -, tenderam a se retirar do cenário político nacional. Emergem, então, os políticos mineiros, os gaúchos do Partido Republicano Riograndense e os militares - esses dois últimos muitas vezes identificados entre si. Em 1930, confirmam-se como atores políticos triunfantes. Surgia um novo exercício de poder, baseado num estado forte e autoritário, capaz de reger minuciosamente a sociedade, as representações políticas e culturais.

A era getulista, em particular o Estado Novo (1937-45), ao instalar a indústria de base, possibilitou as condições necessárias ao desenvolvimento de uma industrialização capitalista. Igualmente expressivas, foram a política financeira voltada à formação de capital e a consolidação da legislação trabalhista e sindical. Contudo, o traço mais marcante foi a constituição de uma "ideologia" legitimadora do estado e de um líder, símbolo da nação.<sup>12</sup> Estavam dadas as condições de uma modernidade possível.

Tais arranjos, conforme acentua Maria Celia Paoli, ligavam-se à ordenação de uma nova existência pública, capaz de ampliar as formas de participação social e de considerar os trabalhadores e seus movimentos.<sup>13</sup> A idéia de uma nação moderna e justa passava pela ampliação do direito ao voto, transformando-o na forma primeira de expressão social.

Pretendia-se, assim, assegurar as condições necessárias para conter e orientar a vontade popular.

Longe disso tudo se constituir num engodo, o mais notável, segundo a mesma autora, foi o espetáculo de identificação entre o estado e o povo, do chefe de estado com o "seu" povo, ao ponto de a figura do presidente associada à de "pai dos pobres" minimizar a memória das lutas sociais e das formas de repressão. O chamado discurso populista acabou por se constituir numa das principais invenções políticas nacionais, com um impressionante poder galvanizador. Adhemar de Barros, Leonel Brizola, Carlos Lacerda e outros buscaram reeditá-lo nas décadas seguintes, embora sem a mesma expressão alcançada por Getúlio Vargas.<sup>14</sup>

Não menos notável foi a constituição de todo aquele ideário em meio aos conflitos com grupos que exigiam uma ordenação constitucional, empresários e grupos organizados de trabalhadores.

A experiência getulista, assim como a peronista, conforme Eric Hobsbawm, revela-nos um dado novo nos movimentos operários, politicamente impensável no século XIX: as vantagens governamentais em organizar seus próprios movimentos operários ao invés de tê-los, revolucionariamente, em oposição.<sup>15</sup> As reivindicações, portanto, eram expressas em greves organizadas, sempre dentro dos limites da ordem institucional. Contudo, as pressões internas e externas acabaram por exigir o retorno da democracia, o que se deu dentro dos novos limites de ordenação da vida pública.

A Constituição de 1946, por exemplo, manteve a estrutura institucional estadonovista como o papel tutelar das forças armadas no destino político do país, e do estado sobre os sindicatos. Os partidos não fugiram a esse destino, sendo mantidos à margem das reais decisões políticas. Tanto o foi, que acabaram sendo organizados segundo o artificialismo imposto pela Constituição, referido anteriormente, e a partir da imagem daquele que estava sendo deposto: pró-Getúlio, como o PSD e o PTB, e anti-Getúlio, como a UDN.

Diz-se que o primeiro tinha bases rurais e representava os interesses dos latifundiários; o segundo, bases urbanas e congregava os segmentos trabalhistas; o terceiro, também bases urbanas e definido como partido dos bacharéis, isto é, das camadas médias. Os demais, como PR, PRP ou PDC, mesmo cumprindo a exigência constitucional, não chegavam a ter uma expressão nacional ou, quando buscavam novos terrenos para sedimentação da política, como o PCB,<sup>14</sup> eram excluídos do jogo partidário.

Entretanto, atribuir uma coloração ideológica a esse jogo mais parece uma idiosincrasia. No máximo, esses partidos esboçaram alguns matizes, longe de uma nitidez ou distinção programática, o que lhes possibilitou toda sorte de coligações. Num esforço acadêmico, David V. Fleischer delimita alguns perfis partidários. Como partidos progressistas, aponta o PTB, PSP, PST, PTN e o PRT. Como ideológicos, o PCB, PSB, PDC, PRP e a ED. Finalmente, os conservadores são o PSD, UDN, PR e o PL.<sup>17</sup>

Já Lucia Hippolito dirige sua análise segundo o modelo de Giovanni Sartori sobre a polarização partidária, situando a UDN à direita do eixo político-partidário, o PTB à esquerda e o PSD ao centro. Dessa forma, os partidos asseguravam uma certa estabilidade, que foi rompida quando o PTB radicalizou sua posição, avançando em conflitantes questões sociais, e o PSD não soube ocupar uma nova posição capaz de manter o equilíbrio político. Assim, de centro ele acabou aproximando-se da direita udenista e, sem a equidistância anterior, prevaleceram as posições radicais.<sup>10</sup>

Essas e tantas outras classificações, no entanto, esbarram no perfil gelatinoso dos partidos, na incapacidade para se firmarem na sociedade e no costumeiro voto personalista, associado com o populismo. Aliás, o populismo acabou sendo transformado na principal característica da República Nova e fortemente incorporado nas análises desse período. O voto aos líderes carismáticos e a construção de imagens polarizadas entre bons e maus políticos são apontados como marcas importantes da conjuntura. De modo recorrente, as explicações oscilam entre a ignorância das massas e a falta de consciência política, como costumam afirmar, respectivamente, os discursos de direita e de esquerda.

O que muitos parecem não perceber é que esse dito populismo, mesmo enquanto mecanismo das elites para assegurar seu domínio, também foi uma forma possível de a sociedade contestar tal dominação. Sem pretender resgatar questões vinculadas à sociologia do voto, cumpre entender que ele sempre reflete uma lógica, muitas vezes pouco aparente, porém



contudente. O voto plebiscitário, por exemplo, em rejeição aos políticos, partidos ou governo é, na maioria das vezes, desqualificado na associação à demagogia ou oportunismo de certas lideranças. Para reconforto daquele que foi preterido, a explicação repousa na incapacidade popular ao exercício da cidadania. Mais uma vez, a crítica desconhece ou omite o conceito: qual cidadania, aquela pensada na Revolução Francesa, expressa pelo voto, ou tantas outras formas possíveis de manifestação da vontade política ?

Parece-nos um bom exemplo desse oportunismo o discurso udenista pós-eleições presidenciais; derrotada, a UDN elaborava novos argumentos para questionar os resultados das urnas. Dizia, entre outras coisas, que o candidato eleito não alcançara maioria dos votos e que não tinha bases populares para governar. Cabia, portanto, um novo pleito. Tal discurso parecia esquecer que as regras eleitorais foram previamente estabelecidas e que ela as havia assumido no momento da disputa. Os novos argumentos surgiam somente por ocasião da derrota, reforçando as críticas ao oportunismo político.<sup>10</sup>

Esses elementos associados com tantos outros sinais de desgoverno e radicalizações à direita e à esquerda acabaram comprometendo profundamente as frágeis instituições políticas nacionais. O fracasso do Plano Trienal<sup>10</sup> acabou esgotando os recursos de intermediação dos universos integrantes do sistema político e, diante da falência do chamado "pacto populista", as forças armadas, mais uma vez, foram chamadas a restabelecer o equilíbrio entre os três poderes.

Eufemismos à parte, o quadro partidário foi decomposto, dando lugar a outro, carregado de artificialismo. Diz-se que o populismo, maquiavelicamente, dividiu os homens em bons e maus; o regime militar, sob certos aspectos, reeditou essa divisão. Pelo Ato Complementar nº 4, de 1965, ficaram assegurados um partido de situação (ARENA) e outro de oposição "leal" (MDB). Este acabou sendo uma grande frente, reunida em torno do princípio do retorno à democracia; aquele, no de restabelecimento da ordem pública.

Como se não bastassem tais expedientes, outros tantos foram adotados visando garantir a maioria necessária no Congresso para sustentar as medidas governamentais. Dentre eles, temos a Emenda Constitucional nº 8, de 1977, e a nova Lei Orgânica dos Partidos, de 1979.<sup>21</sup> O primeiro, conhecido como "Pacote de abril", manteve as eleições indiretas para os governos estaduais, redistribuiu as cadeiras da Câmara Federal, de modo a ampliar as bancadas dos estados onde a ARENA fosse mais forte, e reforçou a composição do Senado da República através da criação da figura do senador biônico, indicado pelo mesmo colégio encarregado das eleições para governador. O segundo, extinguiu os antigos partidos, determinou uma série de exigências para a formação de novos e proibiu coligações nas eleições para deputados e governadores. As exigências da nova lei buscavam favorecer o partido da situação, agora denominado PDS, que contava com o apoio da máquina clientelística do governo. Contudo, o debate político se estendeu e colaborou para a organização de novos segmentos sociais, de modo a contribuir na formação de novos partidos,

como o PT. O antigo MDB, por exigênciada lei, incorporou um "P", procurando manter seu perfil e bandeira anteriores.

Os dispositivos institucionais tão somente corroboraram com o artificialismo dos partidos, fazendo-os beneficiários daquela máquina clientelística, ou pretensos representantes de diversos segmentos organizados da sociedade. Não foram poucos aqueles que correram atrás das comunidades de base ou das associações de moradores, procurando trazer para o interior dos partidos, em que pese suas limitações legais, os movimentos populares. E o PDS, que fora considerado o maior partido do ocidente, ao longo do processo de abertura política iniciado no governo Geisel<sup>22</sup> e das eleições que se sucederam, acabou confinado aos seus redutos nordestinos.

O quadro de restabelecimento democrático parecia se completar nas eleições presidenciais. Num prévio "acordo de cavalheiros", ficou acertado que, em pleito direto, Ulysses Guimarães seria o candidato; caso contrário, seria Tancredo Neves. A campanha das "Diretas já" tomou conta das praças, dando a sensação de ser o grande feito político do ano de 1984. Contudo, por trás dessa aparência está um dado maior, que vem a ser o encaminhamento das soluções políticas dentro do campo institucional.

Derrorata, em abril de 1984, a emenda constitucional que garantia eleições presidenciais diretas, Emenda Dante de Oliveira, mais uma vez o talento de Tancreto Neves conseguiu agrupar múltiplas forças e tendências em torno de sua candidatura. Vitorioso no Colégio Eleitoral, sua doença e morte impediram-no de assumir o cargo. Assume seu vice, um

político considerado menor nessa engenharia política, definida como Nova República.<sup>23</sup> Todos esses fatos geraram uma espécie de catarse nacional em torno da figura de um líder perdido que fora (presidente) sem nunca ter sido. Nessa sucessão de ironias, outro que era (vice) sem nunca ter sido, acabou sendo (presidente) ...

Os mitos políticos da sociedade contemporânea, em certos aspectos, não se diferenciam muito dos grandes mitos sagrados das sociedades antigas.<sup>24</sup> Tancredo foi esse chefe redentor capaz de propiciar múltiplas comunhões e de costurar uma Aliança Democrática, formada pelo PMDB e PFL, para elegê-lo. Porém, de seu talento quase nada restou. Mais impressionante do que a própria aliança, foi a rapidez com que ela se desfez. Restou um discurso profundamente conciliatório e silenciador.

Aliás, o poder silenciador da prática política também não chega a ser um dado novo. Vargas foi um mestre, assim como, numa experiência mais recente e menos brilhante, Armando Falcão o foi. Através da chamada Lei Falcão - Decreto-Lei nº 6639 -, regulamentando as eleições municipais de 1976,<sup>25</sup> o debate político foi silenciado. A argumentação estava negada pelo caráter totalitário de uma lei que reduziu a campanha eleitoral a uma sucessão de nomes, fotos e currículos dos candidatos. Assim, a oposição optou pela construção de um discurso qualificativo de seus candidatos em torno da identificação "preso e torturado".

É a partir desses silêncios que cabe rever a construção de tantos outros discursos que apostam na defesa da

democracia. E, somem-se as ironias e perversões da política, em torno dos mesmos propósitos democráticos unem-se até aqueles que foram beber numa fonte que não apostou nesse regime e sim da ditadura - aquela do proletariado... Fisiologismos à direita e ideologismos à esquerda parecem se entrecortar em num dado momento do jogo político, especialmente quando partidário-eleitoral.

Tanto a perversão quanto a não-explicitação dos conceitos propiciam falas silenciadoras, sobre as quais prevalecem a ordem natural das coisas. O discurso da Nova República é, nesse sentido, hábil e competente. Ele assegura uma transição pacífica, sem revanchismos nem ajustes de contas, isto é, uma transição sem os traumas de uma possível reedição da experiência argentina. Ele silencia sobre a ditadura e sobre a possibilidade de discutir outros modelos políticos. A Nova República garante a versão nacional dos pressupostos republicanos, só que com uma nova feição.<sup>25</sup>

Tragédia e farsa mais uma vez parecem presentes. As aparentes conquistas sociais asseguram a vitória peemedebista em 1986. Entretanto, o sucesso foi efêmero e o novo maior partido do ocidente (PMDB) reproduziu, num espaço de tempo menor, uma sustentação em bases nordestinas. Os votos da região centro-sul do país, em 1988, foram divididos por diversos partidos onde, mais uma vez, fica a dúvida sobre sua real coloração ideológica. Acrescente-se, nesse quebra-cabeças político, o resurgimento de alianças sacrílegas que evidenciaram um voto plebiscitário. Recife, a "vermelha", optou por Joaquim Francisco (PFL); São Paulo, trocou Jânio

Quadros por Luiza Erundina (PT), tendo a opção malufista; Belém apostou num comerciante, Said Xerfan (PTB), e Curitiba num técnico, Jaime Lerner (PDT). Como ficam os partidos diante dessa tendência personalista ?

Na disputa do voto, muitas vezes um partido tende a se definir como de centro ou aglutinador de tendências políticas. Ambas as posições, contudo, não asseguram o apoio popular que, não raramente, navega ao sabor de questões conjunturais. Deslocar-se à direita pode representar a perda daquele apoio popular; avançar demasiadamente à esquerda pode significar o rompimento institucional. Premidos e descaracterizados, os partidos vêm tentando inúmeras fórmulas. Ora apresentam-se como um verdadeira marca publicitária, como o PT com seus conhecidos broches, que muito pouco diferem de tantas outras estratégias promocionais. Ora antepõem sua fala à imagem de artistas e cantores que "vendem" um partido ou uma mensagem, como foi o caso da campanha das "Diretas já" ou dos atuais comícios. Não é, portanto, de surpreender que partidos e eleições se pareçam com tantas mercadorias de consumo e que "as 'campanhas de venda' das eleições, segundo Ciro Marcondes Filho, se aproximam cada vez mais das formas mercadológicas americanas, onde cada candidato não é o representante de um grupo de pressão, de uma instituição, de uma coletividade, que deva zelar pelos seus interesses e defendê-los; cada vez mais os partidos são moldados e adaptados a modelos construídos por agências de pesquisa de mercado, segundo indicadores, ideais de opinião pública."97

A esfera da política, em particular na época das eleições, apresenta-se sujeita a previsões de demandas, análises do perfil dos "consumidores" do voto, segmentação do mercado, isto é, do marketing político. Enquanto "(....) conjunto de atividades que visa garantir a maior adesão possível a uma idéia ou a uma causa, que pode ou não ser encarada na figura de uma pessoa, normalmente um político,"<sup>28</sup> o marketing político apresenta-se como a grande possibilidade mercadológica na conquista do voto. Através de suas técnicas, as campanhas eleitorais são cada vez mais conduzidas como um produto e o campo da política sujeita-se ao mercado. Os partidos parecem se perder diante de tantos personalismos e estratégias de campanha, dando lugar ao discurso de um candidato identificado com uma composição de tendências políticas. Em Curitiba, por exemplo, a campanha de Maurício Fruet esteve associada à "Frente Popular de Curitiba" e a de Enéas Faria, à "União de Oposições". O material de propaganda, entretanto, não chega a designar quais partidos formam a Frente ou a União. Seus discursos apostam, respectivamente, num "povo que vai vencer de novo", ou na idéia de que "não se engana o povo de novo".

Tais discursos carregam uma série de perversões. Primeiro, o candidato retira-se do cenário político, como se não fosse a figura central das estratégias de uma eleição municipal majoritária. Segundo, quem passa a existir é um "povo" nunca definido, enquanto os candidatos estão se dirigindo aos eleitores. Terceiro, buscam fazer crer que essas são as únicas possibilidades de voto e, por extensão, de

exercício da cidadania. Finalmente, tentam conter o personalismo dos candidatos, face à idéia de uma expressão político-partidária, pretendendo qualificar o produto (candidato) pela marca que ele carrega (partido) !

Exercícios dessa natureza podem se revelar perigosos, pois, não raramente, o produto se rebela contra a marca, ou a marca contra o produto. A idéia de um luzia no poder agindo como um saquarema não é um privilégio do Império. Passados cem anos de República, esse anedotário foi reforçado e outros foram criados. Caso aqueles partidos ainda existissem, reproduzindo as práticas atuais, poderíamos perguntar: o que é menos luzia do que um luzia no poder ? A experiência da Nova República nos conduz a tais indagações, particularmente no momento em que o partido que assumiu o governo, PMDB, não se diz governo e sim oposição a ele próprio. A perversão discursiva produzida pela ARENA, nos anos 70, quando dizia-se um partido de sustentação do governo e não governo, parece agora reeditada.

A experiência política recente aponta numa direção no mínimo curiosa. Para continuar no governo, os partidos e os homens do partido devem se apresentar distantes dele. O que fora currículo, passou a ser um ônus; o que fora realização passou a ser um comprometimento imperdoável, salvo, talvez, quando resgatado pelas estratégias das técnicas de consumo.

O entendimento do campo institucional da política parece pressupor o abandono de seus próprios conceitos, numa tentativa de retomá-los numa outra esfera das experiências sociais. As eleições municipais de 1988 podem ser vistas como



um momento de reflexão das nossas práticas, em que pesem as dúvidas sobre as diferenças entre um saquarema e um luzia.

## NOTAS

<sup>1</sup>JOAQUIM NABUCO. Um estadista do império. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. v.1. A chamada reação monárquica de 1837 está vinculada aos movimentos de oposição à Regência e foi desencadeada por ocasião da sucessão do regente Feijó. À época, o deputado Vieira Souto apresentou, na Câmara, um projeto de antecipação da maioria do príncipe herdeiro. Mesmo apoiado pela imprensa, o projeto dividia a opinião dos deputados e foi contido pela reação enérgica de Araújo Lima, presidente da mesa e futuro regente. Entretanto, a idéia não foi esquecida, originando clubes e sociedades de apoio à antecipação da maioria de Pedro II, fato consumado em 1840.

<sup>2</sup>MELO FRANCO, Afonso Arinos de. História e teoria dos partidos no Brasil. 2 ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1974.

<sup>3</sup>CHACON, Vamireh. História dos partidos políticos; discurso e práxis de seus programas. Brasília, UNB, 1985.

<sup>4</sup>CHACON, p.29.

<sup>5</sup>Sobre a interpretação gramsciana dos partidos, ver, GRAMSCI, Antonio. Maquiavel a política e o estado moderno. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Segundo o autor, o moderno príncipe não pode ser um indivíduo, mas sim um organismo historicamente determinado, ou seja, o partido político, "(....) a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais." (p.6).

<sup>6</sup>GRAMSCI, p.25.

<sup>7</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1985. t.2, v.4. Segundo o autor, a generalizada desilusão sobre a Guerra do Paraguai e as tensões políticas causadas pela queda do gabinete Zacarias Góes de Vasconcelos conduziram a críticas contra o poder moderador e as elites imperiais, através desse manifesto pela defesa dos princípios republicano e do federalismo.

<sup>8</sup>CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo, Brasiliense, 1986. Cumpre ressaltar que o autor toma emprestada a expressão consagrada por Aristides Lobo ao referir-se à atitude dos cariocas aos desfiles militares que marcaram aquela data.

<sup>9</sup>..... Há cem anos, a república existe parcialmente. In: Folha de São Paulo, 25.01.89. Suplemento Folhetim. Cabe destacar sua ironia ao dizer do distanciamento dos indivíduos da política institucional: "Talvez ainda seja possível que nossa república deixe de parecer a viúva Porcina da novela 'Roque Santeito' - a que era sem nunca ter sido."

<sup>10</sup>HOLANDA, História geral da civilização brasileira... t.2, v.5. p.283-6.

<sup>11</sup>FAUSTO, Boris. Velhas questões, novas visões. In: Folha de São Paulo, 31.12.88. Suplemento Folhetim. Ver, também, ..... A revolução de 30: historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970; DE DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

<sup>12</sup>Sobre a produção de imagens políticas no Estado Novo, ver, entre outros, LENHARD, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papyrus, 1986; MELO, José Marques de, coord. Populismo e comunicação. São Paulo, Cortez, 1981; PAULO, Heloísa Helena de Jesus. O DIP e a juventude - ideologia e propaganda estatal ((1939/1945)). In: R. bras. de hist., 2(14):99-113, mar./ago. 1987.

<sup>13</sup>PAOLI, Maria Célia. Trabalho e conflito na era do estado. São Paulo, 1987. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

<sup>14</sup>Sobre o discurso populista, ver, OSAKABE, Haqira. Argumentação e discurso político. São Paulo, Kairós, 1979; DEBRET, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

<sup>15</sup>HOBBSBAWM, Eric. Sobre o conceito de cidadania. CONFERÊNCIA ministrada na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 07.06.80.

<sup>16</sup>Sobre o cancelamento do registro do PCB, em 1947, ver, BRANDÃO, A.C. & PALMEIRA, D. Repertório eleitoral. Rio de Janeiro, A.Coelho Branco, 1950. p. 303-405.

<sup>17</sup>FLEISCHER, David U. O pluripartidarismo no Brasil - dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. In: R. ciên. pol., 24(1):49-75, jan./abr. 1981.

<sup>18</sup>HIPPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1946-64. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

<sup>19</sup>Sobre a UDN, ver o clássico estudo de BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>20</sup>O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, do governo Goulart, apresentado em 31.12.62, objetiva, entre outras questões, assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional, elevando o padrão de vida, e reduzir a inflação. Seu grande impasse era compatibilizar esses dois propósitos, ao que o governo previa responder com medidas de contenção dos gastos públicos, entre outras. Ver, BRASIL. Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965; síntese. s.l., 1962; VERMULN, Roberto. Os planos de desenvolvimento no Brasil. Brasília, 1985. Dissertação, Mestrado, Universidade de Brasília.

<sup>21</sup>O bipartidarismo no Brasil, bem como a "engenharia" partidária dos anos 70 e o avanço das oposições, foram objeto de diversos estudos, como, NERY, Sebastião. As 16 derrotas que abalaram o Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975; REIS, Fábio Wanderley, org. Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978; ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984; LAMOUNIER, Bolivar & MENEQUELO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1986.

<sup>22</sup>Sobre o processo de transição à democracia, ver, entre outros, KUCINSKI, Bernardo. Abertura, a história de uma crise. São Paulo, Brasil Debates, 1982; ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil, 1964-1984. Petrópolis, Vozes, 1984; WEFFORT, Francisco. Por que democracia. São Paulo, Brasiliense, 1984; ROUQUIÉ, Alain e outros, org. Como renascer as democracias. São Paulo, Brasiliense, 1985; REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guilherme, org. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.

<sup>23</sup>A Nova República não chega a constituir um novo regime democrático, sendo tida, conforme Francisco Weffort, como um "intermezzo" entre o regime militar iniciado em 1964 e o previsto retorno da democracia com as eleições presidenciais de 1989 (Folha de São Paulo, 31.12.89). Os documentos oficiais, contudo, a consideram a partir do governo Sarney (março de 1985); outros, quando da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (novembro de 1984) ou, então, de sua morte (abril de 1985). Vista como uma fase de transição, ela desenha lentas mudanças institucionais, sem resolver as questões a que se propunha, como a reforma agrária e a erradicação da miséria. A nova Constituição é considerada seu momento de maior expressão; o fracasso do Plano Cruzado e os impasses do pacto social pretendido em 1988, como exemplos dos limites de suas realizações. Sobre a Nova República, ver, TANCREDO NEVES. Discurso de posse. Veja, 31.07.85. p. 38-45; FERNANDES, Florestan. Que tipo de república? São Paulo, Brasiliense, 1986. WEFFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>24</sup>Sobre essa questão, ver, GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

<sup>25</sup>Sobre a Lei Falcão, ver, DUARTE, Celina. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, Bolivar, org. Voto de desconfiança: eleições mudanças políticas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.

<sup>26</sup>Sobre essa questão, ver, ORLANDI, Eni Pulcinelli. A fala de muitos gumes; as formas do silêncio. In: \_\_\_\_\_. A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso. 2 ed. Campinas, Pontes, 1987. p. 263-76.

<sup>27</sup>MARCONDES FILHO, Ciro. Carnaval eleitoral: o outro lado da festa é a tragédia. In: \_\_\_\_\_, org. Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil. São Paulo, Sommus, 1985. p. 160-1.

<sup>28</sup>LIMA, Marcelo O. Coutinho de. Marketing político: para não desperdiçar recursos. São Paulo, Ícone, 1988. p. 17. Ver, também, FIGUEIREDO, Ney Lima. Direto ao poder: estratégias de marketing político. Campinas, Cartgraf, 1985; KUNTZ, Ronald A. Marketing político: manual de campanha eleitoral. São Paulo, Global, 1986; RIES, Al e TROUT, Jack. Marketing de guerra. São Paulo, Edição especial da revista Exame, 1987; TOMAZELLI, Luis Carlos. Marketing político. Porto Alegre, Rigel, 1986; TORQUATO DO REGO, Francisco. Marketing político e governamental. São Paulo, Sommus, 1984.

### 3 ESTRATÉGIAS ELEITORAIS:

#### COMO (NÃO) DESPERDIÇAR RECURSOS

Dependência e servidão dos homens, objetivo último da indústria cultural, não poderiam ser mais fielmente caracterizadas do que por aquela pessoa estudada numa pesquisa norte-americana, que pensava que as angústias dos tempos presentes teriam fim se as pessoas se limitassem a seguir as personalidades preeminentes. (Theodor W. Adorno, 1967).

As agremiações partidárias, como forma de representação política, vêm se defrontando com novas práticas e processos de representação, o que resulta nas investigações sobre o esgotamento de sua utilidade para conciliar o capitalismo e a política de massas. A compatibilização entre o capitalismo e a democracia, segundo Claus Offe, deveu-se ao desenvolvimento gradual dos partidos políticos de massa (em suas competições partidárias) e do "welfare state" keynesiano.<sup>4</sup>

Tal compatibilização fôra negada tanto pelos liberais do século XIX - J.S. Mill e A. de Tocqueville -, como por Marx. Contudo, a participação política das massas deu-se sob a forma de organizações burocráticas de grande escala que, segundo Rosa de Luxemburgo ou Max Weber, pela sua própria dinâmica, acabam por perverter ou obstruir os interesses de classe. Os oportunismos e a utilização demagógica do partido, referidos por esses autores, estão determinados pelos imperativos da competição política.

É na competição, retornando a Offe, que se verifica a orientação dos programas partidários aos interesses do mercado político, observando-se uma verdadeira "desradicalização da ideologia do partido". Pelo mesmo motivo, os partidos acabam sendo transformados numa organização centralizada e burocratizada, e tomados por uma crescente heterogeneidade de aliados. Ainda, com tais características, eles acabam fazendo do jogo político uma garantia para a manutenção das estruturas contemporâneas de poder, isto é, da democracia tida como incompatível ao capitalismo, os partidos transformaram-se num dos pilares de sustentação do sistema.

Investigando as perspectivas da democracia partidária competitiva, nos dias de hoje, Offe analisa a emergência de novos movimentos sociais desligados da política partidária competitiva. Eles não buscam conquistar o estado. Pelo contrário, organizam-se em torno de questões que demandam a defesa contra o estado e expressam uma concepção negativa da política. O avanço desses movimentos coloca-nos diante de uma série de questões referentes ao papel dos atuais partidos políticos e seu futuro.

As eleições, por sua vez, tidas como o momento maior de divulgação da imagem dos partidos, passam a ser referidas como o momento de descaracterização da vida partidária; e, os partidos, como uma mercadoria a ser vendida a um eleitor cada vez menos identificado com eles. Os candidatos, na busca do eleitor indeciso, muitas vezes produzem uma verdadeira perversão na política, esquecendo-se de suas marcas "ideológicas" e, até, adotando as de seus concorrentes. A

disputa pelo mercado do voto pode, inclusive, produzir a despolitização das eleições.

A descaracterização ideológica referida foi exemplificada num estudo realizado por cientistas políticos da Sorbone, por ocasião das eleições presidenciais da França, em 1974.<sup>2</sup> Acompanhando as campanhas de François Mitterrand e Valéry Giscard d'Estaing, os pesquisadores constataram o distanciamento gradativo das questões levantadas inicialmente, ao ponto de os discursos cruzarem-se às vésperas do pleito, abordando conceitos imprecisos, como "liberdade", "fraternidade social", "futuro", "solidariedade" ou "civilização". Num primeiro momento, os candidatos não hesitaram em politizar suas propostas, garantindo o apoio de suas bases. Depois, eles buscaram reunir o máximo de indecisos e, para não perdê-los, os oradores despolitizam seus discursos. O discurso passa, portanto, da "função de confirmação" para a "função de agregação".

A despolitização das eleições tem sido apontada como elemento recorrente nos mais variados pleitos. No Brasil, por exemplo, Florestan Fernandes, após as eleições municipais de 1988, conclui que, "(....) examinando-se a propaganda política que os partidos fizeram (inclusive PT), nota-se que a despolitização é oscilante e rasante: busca-se uma identidade conformada ao discurso sobre o cidadão, com todos os seus equívocos."<sup>3</sup> Além, esses deslocamentos no campo do discurso partidário não se limitam ao momento da campanha; eles, não raramente, a sucedem. Após a vitória de Luiza Erundina, para a prefeitura de São Paulo, por exemplo, suas declarações

passaram a incorporar o tema da "competência", questão antes não abordada.<sup>4</sup>

A análise das estratégias eleitorais, obviamente, não dá conta da dinâmica da vida partidária, inclusive porque o partido não se reduz às eleições. Contudo, é nesse preciso momento que ele e os políticos dirigem-se ao público, normalmente distante dele e, muitas vezes, mais ligado a outras formas de organização e mobilização sociais. Na intenção de transformar cada indivíduo num eleitor identificado com suas propostas, os partidos e os políticos lançam mão das mais variadas estratégias de mobilização do mercado do voto. Ainda, face ao crescente número de votos em branco e nulos, mais do que nunca, impõe-se a necessidade de uma propaganda em bases ditas científicas.

Nesse sentido, são tomados alguns dos ensinamentos de Freud, Pavlov e da teoria da Gestalt. Do primeiro, são incorporadas as análises sobre os mecanismos inconscientes, capazes de levar a pessoa a praticar um determinado ato sem o exercício direto da consciência. Pavlov, por sua vez, contribui com os estudos sobre as reações dos reflexos condicionados, onde, através de uma associação permanente de uma imagem com uma idéia, a imagem acaba substituindo a idéia e vice-versa. Finalmente, a teoria da Gestalt, largamente empregada em cartazes e outros recursos de propaganda, ensina como atrair a atenção do público, obrigando-o mesmo a olhar sem querer ou a ver sem pretender.

A partir desses recursos são dadas as condições psicológicas da propaganda que, através de um esforço



sistemático, procura disseminar idéias ou comportamentos em indivíduos ou grupos. Enquanto a propaganda, de modo geral, busca convencer, a propaganda política objetiva a conquista e a conservação dos espaços institucionalizados do poder. A isso, chamamos de marketing político que, embora seja um de seus subsistemas, se antecipa à propaganda. Sua função, segundo Marcelo Coutinho Lima, "(....) é compreender e estimular os desejos e as necessidades dos indivíduos, desenvolvendo produtos ou serviços que atendam a essas necessidades e comunicando sua existência à sociedade."

Dentre seus pressupostos básicos, está a idéia de que para vencer a concorrência não basta aumentar a propaganda. A questão consiste em produzir um referencial e procedimentos capazes de assegurar uma ação constante e reduzir as possibilidades de esvaziamento de uma campanha. A propaganda política, conforme já afirmava João Gamillo de Oliveira Torres, na década de 50, compreende quatro fases distintas: penetração, expansão, decisão e consolidação.<sup>4</sup> A fase de penetração consiste num trabalho inicial e doutrinário, de ação pessoal, de formação de um grupo de liderança comprometido integralmente com o candidato. A de expansão, corresponde à de difusão máxima das idéias, visando convencer muitos eleitores a criar um ambiente favorável. A de decisão, segundo o mesmo autor, "(....) é a fase de Josué diante de Jericó", ou seja, "o momento em que o poder se apresenta diante dos homens", contando com um clima antecipado de vitória, capaz de entusiasmar os partidários e levar o pânico aos adversários. Nesse momento, as posições extremadas devem

ser abandonadas para evitar embaraços por ocasião da ocupação do cargo, bem como evitar confrontos desnecessários e considerar inimigos somente aqueles que possam ser vistos como tal, pelo povo.

Por último, a fase de consolidação, imediatamente posterior à vitória, pressupõe um grande número de adeptos, confirmando o clima de vitória e abolindo a agitação da fase anterior. Aqui, sugere o autor, devem ser empregados todos os meios de divulgação, principalmente sob a forma de propaganda indireta. Nem por isso, os derrotados deixam de retrabalhar sua imagem pública.

Nas duas últimas eleições municipais de Curitiba, tal estratégia foi adotada. Em 1985, Lerner usou o "coração curitibano" como símbolo de sua campanha; após sua derrota, os adesivos de carro foram substituídos por outros, contendo um coração partido e a frase "Curitiba, você perdeu". Já, em 1988, após a derrota de Fruet, as propagandas da prefeitura - ainda peemedebista -, na televisão, vinculavam o slogan "Esta conquista Curitiba não perde mais". Tais propagandas, relativas às "conquistas sociais" do governo Requião, pareciam querer dizer "... apesar do que já perdeu ..."

Ambos os casos não chegam propriamente a anular a consolidação da posição dos vitoriosos. Contudo, não deixaram de pretender ofuscar um pouco o brilho da vitória do adversário, visando lançar uma certa dúvida no eleitor quanto às conseqüências de seu voto. Ainda, concluídas as eleições e conhecidos os vitoriosos, os perdedores buscaram deixar uma última mensagem à população, pensando, talvez, nas próximas

eleições. No caso de Lerner isso já se confirmou; em 1988, o "coração curitibano" foi reeditado. Poucos meses depois, uma empresa de consórcios passou a distribuir, localmente, adesivos de carro com o mesmo coração. Curitiba continuou tomada por um símbolo eleitoral, confundindo-se marketing político com propaganda.

Cabe retomar o pressuposto de que para vencer uma disputa eleitoral não basta a propaganda. O marketing político pressupõe um cuidadoso processo de avaliação dos desempenhos eleitorais, campanha, vida pessoal, eleitorado e partido. Aqui, cabe observar os pontos fortes de seu partido e os fracos dos demais, o peso dos aparelhos partidários e as tendências a médio e longo prazos.

Exemplificando com o PT, vê-se que ele é um partido fortemente identificado com as classes trabalhadoras e com bases em segmentos intelectualizados da sociedade. Isso lhe dá uma boa credibilidade junto ao público, porém, implica duas sérias questões. Primeiro, se entrar no jogo político tradicional, fechado em suas bases, terá dificuldades para vencer as eleições majoritárias. Segundo, se adotar uma política multiclassista, corre o risco de perder sua especificidade e tornar-se um partido como qualquer outro.

O processo de planejamento, por sua vez, vem desde a "montagem" do candidato, observando quais conceitos se aplicam a ele. Ou seja, não cabe um conceito ideal, mas sim aquele que o diferencia dos demais. Nesse sentido, conforme Lima, um conceito difuso facilita a campanha mas pode gerar distorções, enquanto o específico fixa uma imagem mas impede mudanças de

última hora. A plataforma de um candidato apresenta, também, suas implicações, pois, se for polêmica pode individualizar a mensagem, se for universalizante pode causar um baixo grau de memorização dos candidatos. Finalmente, temos o chamado "composto de comunicação", isto é, o conjunto de mensagens e meios adotados para convencer o eleitorado. Ele requer uma unidade, uma combinação de temas, visual, símbolo, "jingle" e palavras de ordem que caracterizem uma campanha, fixem a imagem do candidato e o diferencie dos demais.

Contudo, mesmo o marketing político tem seus limites e um candidato "(....) não é um produto, mas sim um agente social com passado, crenças, características e idéias que não podem ser facilmente modificadas." Não bastou, por exemplo, que Paulo Maluf mudasse seus óculos, gestos e vocabulário para que o eleitor paulista, em 1986, esquecesse sua trajetória política ou arrogância dos anos anteriores. As eleições parecem decidir-se numa verdadeira alquimia, fornecida pela adequada utilização do marketing político em combinação com o peso dos partidos, o emprego do horário eleitoral gratuito, o papel dos demais concorrentes e os fatores conjunturais de cada campanha.

Omitir o significado de cada um deles, num processo eleitoral, pode significar uma derrota. Desconhecê-los na análise das campanhas, implica perder parte de um processo complexo, capaz de fornecer algumas pistas para o entendimento do jogo político-partidário contemporâneo. Nosso percurso consiste, pois, numa avaliação do desenrolar desse jogo nas eleições municipais de Curitiba, em 1988, aproximando-o do de

outras. Para tanto, iniciamos com a análise de algumas estratégias de propaganda de candidatos e partidos, buscando avaliar suas proximidades e propriedades nessa alquimia política.

### 3.1 "VITÓRIAS PÚBLICAS - CURITIBA PRECISA VOLTAR A SORRIR"

Não importa; faça-se a propaganda; e quando o prefeito mandar pôr abaixo o barracão e não mais existir tábuas sobre tábuas, inicia-se nova propaganda para que o local seja outro. Bem lembrado, não há dúvida. (Emílio de Menezes, A Imprensa, 1912).

Concluídas as convenções partidárias, nove partidos apresentaram seus candidatos à prefeitura de Curitiba. Os nomes do deputado federal Maurício Fruet (PMDB) e do ex-senador Eneás Faria (PTB) deixavam antever uma possível polarização da disputa, embora o primeiro fosse considerado imbatível. Também foram indicados o deputado federal Airton Cordeiro (PFL), o deputado estadual Algaci Túlio (PDT), de quem não se esperava que conseguisse reeditar a campanha do "coração curitibano", feita por Jaime Lerner no pleito anterior, e, o ex-secretário de estado da Agricultura, Claus Germer (PT), cuja sigla partidária parecia atrair mais votos que seu próprio nome. A candidatura do deputado estadual Ezequias Losso (PL) não era definitiva, pois previa-se um futuro acordo com o candidato petebista - o que veio a ocorrer. Os demais candidatos, Ellíria Timm (PH), Teolino Mendonça da Paixão (PMC) e Antonio Macedo (PSC), não apresentavam a mínima chance de bom desempenho. Logo depois,

era confirmada a candidatura de Osvaldo Buskei (PTR), incluído nesse último grupo. (Gazeta do Povo, 09 e 10.08.88).

As pesquisas de opinião pública, realizadas nos meses de julho a agosto, confirmavam esse quadro inicial. Fruet ultrapassava os 30% da preferência do eleitorado. Algaci e Enéas ficavam entre os 10 e 20%; os demais concorrentes, juntos, nem atingiam a marca dos 10%. O número de indecisos e de pretendentes ao voto nulo ou branco era elevado, mantendo-se entre 25 e 30% dos eleitores (tabela 1).

Quanto à Câmara Municipal, concorreram 825 candidatos, sendo 140 pela Frente Popular, 100 do PTB, 98 do PL, 96 do PDT, 84 do PSC, 70 do PFL, 69 do PMC, 44 do PDS, 40 do PTR, 37 do PT-PV, 23 do PDC, 14 do PSB, 5 do PPB e 5 do PH. (Jornal do Estado, 20.11.88). As previsões iniciais apontavam para uma composição cameral majoritariamente peemedebista, embora o PDT, PTB e PFL apresentassem boas chances de eleger alguns candidatos. Acreditava-se, também, que o PT, pela primeira vez, viesse a ocupar algumas cadeiras nessa Casa.

Diante da profusão de candidatos e partidos, cada qual busca antecipar-se aos seus concorrentes, procurando, já nos primeiros dias de campanha, tornar conhecidos o seu nome e plataforma. Outros, alé por falta de recursos, preferiam se guardar para 29 de setembro, quando iniciaria o horário gratuito de propaganda no rádio e na televisão.

A campanha, entretanto, ficava subordinada à Resolução 14.466, de 02.08.88, do Tribunal Superior Eleitoral, e à Resolução 129/88, de 04.08.88, do Tribunal Regional Eleitoral. Através dos dois expedientes jurídicos, ficavam determinadas

as instruções sobre propaganda e as regras de distribuição do horário gratuito na rádio e na televisão, bem como determinadas e proibidas as formas ilegais de propaganda.

Segundo a lei, ficavam proibidas a fixação de propaganda em bens públicos; a colocação de faixas, cartazes ou painéis, salvo nos lugares indicados pela Prefeitura; a utilização de anúncios luminosos; inscrições em vias públicas e rodovias. Na imprensa, somente era permitida a publicação do currículo do candidato, seu número de registro e partido, em espaços de até 240 centímetros quadrados, por edição, para candidatos a vereador, e de até 360 centímetros quadrados, por edição, para candidatos a prefeito. Na rádio e na televisão, foram proibidos os programas que, mesmo indiretamente, caracterizassem propaganda, cabendo aos locutores e apresentadores de programas licenciarem-se durante a campanha.

Em relação à divulgação de pesquisas e sondagens de opinião pública, elas deveriam apresentar o período de realização, o número de entrevistados e o nome do patrocinador, e serem divulgadas até 30 dias antes do pleito, isto é, 14 de outubro, sob a alegação de que poderiam manipular a opinião pública. No coro dos defensores dessa medida, encontramos Cláudio Lembo, prefeito interino de São Paulo. Para ele, as pesquisas, "(....) quando utilizadas nas proximidades do pleito, podem induzir o eleitor a equívocos inaceitáveis e a práticas deformadoras dos elementos integrantes da democracia."\*

O deputado federal Cesar Maia (PDT-RJ), considerando a credibilidade e as condições técnicas dos institutos, se

posiciona de modo contrário à decisão do TRE. Segundo o deputado, os institutos de pesquisa realizam um trabalho sério e "o impedimento à divulgação das pesquisas de opinião até 30 dias antes das eleições é um recurso autoritário, e aí sim, manipulador. Autoritário porque sonega a informação ao que mais precisa conhecê-la. Manipulador porque prefere jogar com a loteria da desinformação, que enfrentar os fatos. Prefere o ocultamento em nome de uma hipotética formação artificial de opinião."\*

Completando esse dossiê, o jurista e professor Dalmo de Abreu Dallari admite que a divulgação das pesquisas nas vésperas de um pleito tem valor reduzido, apesar das possibilidades de transformar o voto do eleitor menos politizado num "voto útil". Mesmo assim, defende a liberdade de expressão e informação. Habilidade em seus argumentos, o jurista avança no debate: "(...) melhor, portanto, do que publicar conjuntos de números facilmente manipuláveis será a abertura de amplos espaços para a manifestação de opiniões, a todos os segmentos da população."\* Dias antes das eleições, a decisão da Justiça Eleitoral foi revista e as pesquisas e sondagens continuaram sendo publicadas.

Essa polêmica foi seguida de outras referentes à distribuição do horário gratuito de propaganda (tratada em item específico deste capítulo) e à poluição eleitoral, envolvendo pichação e "out-doors". Mesmo proibida pela Justiça Eleitoral, a pichação de muros, postes e patrimônio público tomou conta da cidade. Já em agosto, a imprensa local denunciava os abusos, como o de um candidato a vereador que



mandou pintar o muro da escola em que lecionava, dizendo-se autorizado. A direção da escola afirmou desconhecer a autorização e, mesmo em período de greve, ninguém soube explicar como foi apagada palavra "autorizado" (Jornal do Estado, 10.08.88). Outro candidato a vereador foi intimado a retirar uma faixa que ocupava todo o andar de um prédio residencial, à rua Clotário Portugal (Indústria e Comércio, 15.08.88). As empresas de painéis foram alertadas para retirar todos os cartazes com qualquer referência explícita ou implícita à campanha e/ou aos candidatos, até dia 30 de agosto, quando os fiscais do TRE passaram a percorrer as ruas da cidade, na busca de infrações (O Estado do Paraná, 30.08.88).

Em suma, foram liberados pela Prefeitura Municipal os molitos de concreto nas praças e pontos de ônibus e os postes da rede elétrica, até a altura da inscrição do número da chave de interrupção da energia. Mesmo assim, a poluição eleitoral tomou conta das ruas, especialmente as do centro da cidade. Cada centímetro quadrado de muro, coluna, tapume de construção e outros espaços passaram a ser largamente disputados pelos candidatos e os cartazes passaram a ser colados por sobre os dos concorrentes. Tomando-se, por exemplo, os pilares de prédios da Rua XV, no início da campanha, vê-se que os cartazes estavam na altura dos transeuntes; no entanto, o espaço era pequeno e eles passaram a ser colados numa altura de difícil visualização. As esquinas mais movimentadas foram tomadas pelos cabos eleitorais dos candidatos, vestidos com camisetas de propaganda, portando faixas e distribuindo os famosos "santinhos".

Dentre os candidatos a vereador, Valdenir Dias (PTB); Cesar Pesosi, Mauro Moraes, Lais Perelli (PMDB); e Newton Bonin (PDC) foram considerados os recordistas de pichações e colagens (Folha de Londrina, 31.08.88). Dos candidatos a prefeito, Maurício Fruet era o campeão, seguido por Algaci Tulio e Enéas Faria. Contudo, no geral, o material de propaganda servia tão somente para divulgar imagens, sem dizer a que eles e outros candidatos vieram concorrer. E, não raramente, a estratégia consistia em colar muitos cartazes, um ao lado do outro, formando grandes painéis de propaganda nas regiões com maior concentração de propaganda eleitoral, especialmente nas praças e ruas do centro da cidade.

Esquecendo-se que o cartaz no máximo consegue fixar uma imagem, devendo, portanto, ser criativo, singular e capaz de possibilitar uma rápida memorização, alguns candidatos optaram pela inclusão de longos textos. Foi o caso de uma candidata do PTB, à Câmara, que apresentou um cartaz com um texto de 37 linhas, para dizer que era mulher, mãe e frágil, e que sua preocupação era com a segurança das crianças ... Certamente, se tudo isso fosse substituído por uma frase de forte impacto, sua mensagem poderia receber maior atenção.

Mais criativos foram dois candidatos a vereador, pelo PT, que se valeram de outras propagandas para levar as suas. O primeiro, sobrepos seu cartaz ao "out-door" de um shopping center, que fazia propaganda dos lançamentos de primavera. O "out-door" tinha um pequeno desenho, ao centro, acompanhado de uma frase promocional; sobre esse desenho foi colocado o cartaz do candidato, dando a impressão, à média distância, de

que todo o "out-door" era seu. Assim, quando os demais candidatos estavam proibidos de usar tais painéis, ele parecia dispor desse mesmo recurso.

No segundo caso, o candidato, que era médico, utilizava-se de grandes "band-aids", com a inscrição "Este não tem remédio". Os "band-aids" foram colados sobre os cartazes de candidatos conhecidos do público. Assim, ao fazer a crítica de outros candidatos - especialmente à Prefeitura -, ele criava espaço para divulgar sua candidatura, de modo bastante singular.

Certamente, tais estratégias, por si só, não explicam o desempenho desses candidatos. Entretanto, abriram espaço no meio de tanta poluição e contribuíram para fixar suas candidaturas diante de outras, tão difusas. De certa forma, com esses recursos, eles conseguiram sobrepor-se ao "ruído" da (anti-)propaganda eleitoral. Em todo caso, foram eleitos. Aliás, a falta de identidade própria no material de propaganda, em particular dos candidatos à Câmara, foi mais um elemento a contribuir com o caráter difuso da campanha. Isso, para não dizer do mau-gosto, da falta de conteúdo ou do caráter apartidário de muitas das mensagens apresentadas ao eleitorado. Os "santinhos", material largamente usado pelos candidatos, por se constituir no mais barato de todos os produtos gráficos de propaganda, são o exemplo típico dessa situação.

Mesmo que esse recurso estivesse previsto em lei, ainda no final de agosto, os "santinhos" podiam ser considerados ilegais. Os comitês eleitorais de cada partido deveriam

encaminhar uma previsão dos custos de campanha ao TRE, e ela começou sem o encaminhamento da referida previsão (Jornal do Estado, 20.08.88). Por outro lado, motoristas e transeuntes mantinham-se indiferentes aos "santinhos" e adesivos, recusando ostensivamente a oferta dos cabos eleitorais. Faltando 20 dias para as eleições, um editorial da Gazeta do Povo (24.10.88) constatava a falta de engajamento popular diante da campanha; o material de propaganda pouco contribuiu para despertar a atenção.

Não raramente, os ensinamentos de comunicação de massa foram esquecidos e muita propaganda passou despercebida ou, então, apostou na imprecisão (fig. 3) e no mau-gosto (fig. 4). Nesse particular, nada mais enfático do que o "santinho" de um candidato a vereador, com o slogan "Mictórios públicos - Curitiba precisa voltar a sorrir", mais o nome e número do candidato. O apelo não permite entender se o candidato acredita que a cidade vai voltar a sorrir com a sua eleição ou com a construção dos mictórios, mesmo que a falta deles possa comprometer o sorriso do cidadão ...

Tomando uma amostra do material de propaganda distribuído, principalmente dos maiores partidos e mais expressivos candidatos - até porque eles produziram mais propaganda -, confirmam-se essas considerações. Vejamos, inicialmente, o PMDB e alguns de seus candidatos.

Os cartazes e os "santinhos" de Fruet tomaram conta da cidade, contendo sua foto, a inscrição "O povo vai vencer de novo", o nome do vice (nem sempre) e a indicação de candidato pela Frente Popular de Curitiba. Embora, reconhecidamente

candidato do PMDB, o eleitor não fica sabendo quais outros partidos compõem a Frente Popular. Os partidos que o apoiaram, se pretendiam divulgar a sua sigla, ficaram no desejo.

A mesma foto e indicações foram utilizadas nos "santinhos"; no verso, ora era apresentado um texto sobre o candidato - "(....) 49 anos, casado, três filhos (....)" -, ora as fotos dos concorrentes à Câmara (fig. 5). Mais uma vez o nome do partido era omitido; a identificação só era possível através da associação do número do candidato com o número do partido. E, aí, percebia-se que nem sempre o seu partido integrava a Frente que apoiava o candidato a prefeito.

Em outros casos, mais ao final da campanha, no verso dos "santinhos", havia um modelo de cédula, com a indicação do candidato a prefeito e a vereador (fig. 6). Mas tudo com tamanha semelhança que, a quem tivesse visto um, parecia ter visto todos. Nas ruas, esse material passava despercebido, salvo pela impressão de estar sujando a cidade.

Diversos candidatos preferiram personalizar um pouco seu material, confeccionando "santinhos" com propostas e apelos de efeitos duvidosos. Algumas candidatas apostaram na sua condição feminina: "Nesta eleição a mulher é a solução" ou "A mulher mais forte". A moral do trabalho e o princípio da competência não foram esquecidos: "Trabalho sem promessas", "Persistência, Seriedade e Trabalho", "Trabalho e Ousadia; é assim que se faz o futuro", "Mão à Obra; sua experiência política e administrativa é marcada pela competência, seriedade e realizações" ou "Competência na Câmara é representação popular valorizada", foram apelos comuns a

muitos candidatos. Os menos modestos não hesitaram em dizer(-se): "Profundo conhecedor dos problemas da cidade (....) como demonstrou durante seu trabalho no executivo", "Sua experiência política e administrativa é marcada pela competência, seriedade e realizações" ou "Precisamos na Câmara de Vereadores de homens íntegros e lutadores (....) é nesse sentido que postulo minha candidatura."

Pervertendo ainda mais a propaganda política, tivemos um candidato que publicou o "Livreto das Simpatias", contendo indicações de cura da asma, bronquite e cabelos oleosos, ou de como emagrecer, engravidar, deixar de fumar, alcançar uma graça, num total de 24 úteis receitas à vida privada ...., embora concorresse a um cargo público. E, não faltou quem apostasse em Deus; "Nossa força vem de Deus", afirmava "o candidato dos evangélicos".

Aliás, o apelo à religiosidade do eleitor esteve presente na campanha de diversos candidatos e partidos. Um candidato à Câmara, pelo PL, transformou sua campanha "Contra corrupção, demagogia, traição" numa declaração de fé e cumprimento dos ofícios religiosos: "Caríssimo(a): Desde 1957 que eu frequento ininterruptamente Igrejas católicas, aqui em Curitiba e da qual participo diariamente da Santa Missa e recebo a Santa Comunhão assim especificada: De 1957 até 1985 à Igreja do Senhor Bom Jesus localizada à Praça Rui Barbosa e de 1985 até o momento à Igreja Santo Estanislau localizada à Rua Emiliano Pernetá". De resto, seu anúncio identifica nome, número e partido. Enquanto isso, o comitê de Maurício Fruet

distribuía um folheto, indagando "Por que tanto ódio, meu Deus?" (fig. 7).

A campanha de Enéas Faria (PTB), por sua vez, não representou nenhuma inovação publicitária ou política. Em certa medida, seus folhetos apresentavam-se como uma resposta às estratégias peemedebistas, apostando em repetitivos e desgastados slogans - "Vamos mudar a situação" e "Porque não se engana o povo de novo". O primeiro, não explicita absolutamente nada; adquire sentido num texto que critica a economia nacional, as promessas eleitoreiras e as administrações anteriores para, então, propor seu nome como "candidato da União das Oposições, uma coligação liderada pelo PTB e apoiada pelos setores mais representativos de diversos partidos e lideranças do Paraná". Novamente a imprecisão política se faz presente; o texto não declara quais os partidos que compõem a União e enfatiza setores e lideranças sem nominá-los ...

No segundo apelo dos folhetos, aparece o convite para que o povo não se deixe enganar novamente. Por um lado, tal apelo busca lembrar o eleitor que ele já foi enganado anteriormente, numa clara alusão ao procedimento do governo federal, após as eleições de 1986, quando, vitorioso, suspendeu as medidas econômicas que contribuíram para aquele desempenho do PMDB. Por outro, visa se contrapor ao discurso peemedebista que conclamava o eleitorado para uma nova vitória, reeditando os resultados das últimas eleições. Mais uma vez, o discurso partidário parece desconhecer as razões e

a lógica do eleitorado, vendo-o como incapaz de decidir um voto e sujeito a toda sorte de enganações.

De resto, o material de propaganda assemelha-se ao dos demais partidos (fig. 8). Os "santinhos" traziam uma foto (oficial) de Enéas e, no verso, a de candidatos à Câmara, com seu número e algumas frases de efeito duvidoso. É o caso de um candidato negro que sugere, ao eleitor, "Ponha preto no branco" (fig 9). Esse parece acreditar que sua condição étnica o qualifica ao exercício de um cargo público. Mesmo que ela não o desqualifique, não parece que o eleitor considere tal apelo para decidir seu voto. Se assim o fosse, certamente Gilberto Gil teria sido o candidato do PMDB à prefeitura de Salvador, ou a Constituinte teria mais "Beneditas da Silva" do que "Ritas Camata" ...

Também não faltaram candidatos à Câmara que vinculassem seu nome ao de diferentes candidatos à prefeitura - temos um que utilizou-se, simultaneamente, dos de Enéas Faria e de Teolino Mendonça. Outros recorreram aos álbuns fotográficos e fizeram de sua propaganda uma verdadeira coluna social. É o caso de um candidato a vereador, do PTB, que distribuiu folhetos com fotos de artistas globais, dando a impressão de que atores como Eva Wilma, Debora Bloch, Isabela Garcia, Carlos Alberto Ricceli, Alexandre Frota, Henriqueta Briebo e tanto outros apoiavam sua candidatura. Mais uma vez, o estilo prevaleceu sobre o conteúdo, e esse candidato preferiu apresentar seus "amigos" ao invés de dizer quais eram suas intenções políticas.



Na campanha do PFL, igualmente o conteúdo foi esquecido. A propaganda de Ailton Cordeiro apresentava-o como o "prefeito de verdade" ou, então, reproduzia frases desgastadas, do tipo "seriedade e competência", "é o melhor para Curitiba" ou "competência no planejamento e seriedade na administração". O autoritarismo do discurso eleitoral pareceu, aqui, assumir proporções maiores ... Os "santinhos" repetiam a estratégia dos concorrentes, tendo, de um lado, a sua foto e, no verso, a de candidatos à Câmara (fig. 10). Jogado nas ruas, esse material confundia-se com o de Enéas e de Fruet, sem fixar o nome de seus companheiros de partido. No geral, somente as cores marcavam as diferenças, causando a impressão de que apenas a prefeitura estava sendo disputada, isso num país cuja Constituição assegura o equilíbrio entre os três poderes ... Servia, também, para alimentar as críticas da imprensa local sobre a sujeira causada pela propaganda eleitoral que, sutilmente, aproximava a sujeira das ruas à da política. Isto é, a crítica que poderia ser feita às práticas políticas era remetida às práticas eleitorais.

Os apelos dos candidatos à Câmara, pelo PFL, no geral, também não se diferenciavam daqueles do candidato à eleição majoritária. Não faltou quem confundisse política com filantropia, distribuindo carta em que citava a ajuda dada a mais de três mil pessoas - "(....) e isto sem ser vereador (....) portanto preciso de seu voto para continuar esse trabalho que considero importante". A identificação da vereança com a prestação de favores individuais, no sentido miúdo da palavra, parece confundir-se nas propostas de muitos

candidatos, abstraindo o significado político de uma eleição. Talvez isso esteja mais explícito numa carta de outro candidato (do PDT), em que informa que "(....) o professor (....) tem 400 bolsas de estudos (parciais) para o 1º e 2º Graus (supletivo). Entre em contato. Fone (....) (Secretária eletrônica)".

Em outros casos, os candidatos preferiram desligar-se do discurso político, como uma candidata, pelo PFL, que diz "Não sou política profissional, portanto não falarei como tal". Ou de outro, do PL, que se apresenta como "Bancário há 30 anos, nunca fui político". Nesses, e em tantos outros apelos, fica a indagação sobre o que significa apostar, enquanto candidato, nos espaços institucionalizados da política, sem querer identificar-se como político, ou apostar na prática miúda dos favores. Mesmo os candidatos por partidos com definições "ideológicas" mais marcantes, em alguns momentos deixaram de se identificar por suas opções e posições políticas, fazendo-o fora do campo do político, como o petista que se definiu como "(....) o candidato mais barbudo destas eleições." De certa forma, em diversos momentos, os candidatos dirigem-se ao eleitor como se ele não soubesse votar preferindo, pois, investir no "nonsense", na ausência de propostas ou na reedição de práticas desgastadas.

Aliás, cumpre destacar que, no geral, as campanhas dos candidatos do PT e de Jaime Lerner, para desconforto de alguns, foram as menos difusas. No primeiro caso, pela constante identificação dos candidatos com a sigla partidária. Para Claus Germer, isso era previsível, pois, como a imprensa

local já havia dito, seus votos viriam mais pelo partido do que pelo seu nome. O material de propaganda enfatizava a intenção petista de construir um "poder popular" e "mudar a prefeitura". A rigor, isso não chega a constituir um dado novo no discurso político. Por outro lado, remetendo-se constantemente ao partido, em sua postura classista, acaba por comprometer aquilo que ele chama de "poder popular". Ao dizer "(....) queremos que a Prefeitura passe a ouvir realmente a população assalariada (....)" ou "(....) nossa proposta é (....) favorecer o trabalhador assalariado (....)", exclui parcelas significativas da população, que o próprio partido busca atingir (fig. 11). Certamente e tais apelos produzem um dado efeito e diferenciam o partido dos demais. No entanto, a despeito da importância e da necessidade de ouvir os trabalhadores assalariados, esse discurso nega diversos segmentos sociais, que vão dos trabalhadores não-assalariados aos não-trabalhadores. E, se considerarmos que este é um país onde a economia informal abrange largos contingentes populacionais, uma imensa parcela está esquecida pelo discurso petista. Da mesma forma, o discurso não contempla os segmentos estudantis universitários, onde se concentra um grande número de seus mais fiéis cabos eleitorais, isso sem falar na procedência de grande parte de seus candidatos ...

Fazendo-se uma rápida incursão em outros discursos que pretenderam transformar a ordem social vigente, cabe lembrar o dos revolucionários franceses, do final do século XVIII. Numa conjuntura de redefinição dos papéis sociais e do conceito de cidadania, esse ficou limitado àqueles que exerciam uma função

produtiva no sentido restrito das palavra, portanto, qualificados ao exercício do voto. Isso não chega a surpreender se pensarmos que a lógica revolucionária era burguesa e revestida da moral do trabalho. O que surpreende, passados 200 anos, é constatar nos discursos que se contrapõem àquela lógica, a permanência da exclusão dos segmentos não-produtivos da sociedade e a extensão da cidadania somente aos trabalhadores assalariados. Mesmo que tomássemos a teoria do pleno emprego - aliás, um pressuposto capitalista que nunca se concretizou na sua plenitude -, cumpre observar o caráter restritivo desse discurso. Cidadão aparece como sinônimo de assalariado, enquanto que a cidadania não se restringe ao papel desempenhado pelo sujeito nas relações de trabalho. Ela as compreende, contudo as ultrapassa.

Já, alguns candidatos à Câmara, mesmo enfatizando o partido, o fazem de modo menos excludente. E, sem despolitizar a campanha. Temos o exemplo de um concorrente que se apresenta como "Candidato do PT, o único partido dos trabalhadores. Por isso, dia 15, o meu, o seu, o vosso, o nosso voto vai ser de briga. Tá na cara". Igual convergência de adesões é pretendida por outro candidato, para quem "Se você estava em dúvida, entre votar num candidato homem ou mulher, vote num candidato homem com nome de mulher: Dr. (...), vereador pelo PT".

Os apelos vagos ou pouco precisos não foram esquecidos pelos petistas. Não faltou quem se identificasse como aquele que está "Abrindo espaços para você" ou "Abra espaço para você. Vote em quem não foge da luta". E, mais uma vez, houve quem buscasse lembrar ao pobre a sua condição de pobreza ...

Enfim, poucos foram os candidatos do PT que conseguiram escapar ao "ruído" de tantos discursos e propagandas difusas e mal formuladas. Em alguns momentos, o material de propaganda não passava de um convite para festa, com forró, rock, baião, xaxado, vinho e salgados ... Tudo por Cz\$ 200,00, ou o equivalente a uma carteira de cigarro, à época (fig. 12). E, seus companheiros do PV, repetiram a fórmula, através de simpáticos convites, como "Venha tomar uma deliciosa sopa, curtir um ambiente alto astral e desfrutar da companhia de pessoas interessantes". Por Cz\$ 300,00 (fig. 13). Fica a dúvida sobre o caráter político dos convites, isto é, se houve essa intenção, ou se tudo não passou de um momento de lazer no meio da política ... Em todo caso, o partido nunca foi esquecido, e a sigla e a estrela (símbolo) sempre apareceram com destaque ...

Outro exemplo de campanha menos difusa foi a de Jaime Lerner. Sua candidatura foi oficializada no início de novembro, dificultando a elaboração do material de propaganda, que acabou resumido a alguns folhetos, adesivos e muitos "corações" (fig. 14). Mesmo assim, foi uma campanha de impacto, apoiada em alguns slogans expressivos, como "Agora sim" ou "Jaime Lerner com certeza" que, em certa medida, faziam lembrar o slogan de Antonio Ermírio (PTB) nas eleições ao governo paulista, em 1986 - "Agora temos em quem votar". Eles transmitiam confiança e convicção ao eleitorado, como se a campanha, após um longo período de incertezas, trouxesse alguma esperança ao eleitor. A adesão popular à candidatura de Lerner ficou evidente, entre outras coisas, pela proliferação

dos corações, símbolo de sua campanha. Aliás, um símbolo que parecia tocar a quase todos os eleitores, envolvendo-os num apelo afetivo à cidade, independentemente das convicções pessoais. Além disso, como já foi dito, sua candidatura estava sempre associada à de um técnico competente e experiente. As opções de voto, como ocorreu em tantos momentos da política brasileira, eram pelo que o candidato representava, não pelo partido que concorria.

Cumprido entender que, numa conjuntura de crise e de descrédito popular nos jogos políticos tradicionais, enquanto os eleitores de outros lugares protestavam apoiando alguns animais, o curitibano podia protestar apoiando um candidato não-identificado nesses jogos. Nem a estratégia peemedebista para apresentá-lo como ligado aos homens do regime pós-64 foi frutífera. Cabe, aqui, observar o equívoco da retomada de certas denúncias e ataques. Em 1966, por exemplo, Paulo Maluf adotou a tática empregada por Jânio Quadros, no ano anterior, de projetar seu nome junto ao eleitorado através de um ataque cerrado à administração de Franco Montoro. Contudo, a diferença de escopo do eleitorado, pois tratava-se de uma eleição estadual e não mais municipal, e as mudanças ocorridas entre um pleito e outro, agora contando com os dividendos políticos do Plano Cruzado, levaram a resultados diferentes. O eleitor paulistano acabou votando em Antonio Ermírio, de certa forma, poupado pelas críticas malufistas, ao final da campanha.<sup>11</sup>

No caso das críticas feitas a Lerner, parte da estratégia peemedebista consistiu em associá-lo a políticos

que foram ou eram apontados como "inimigos" do povo. De um lado, era identificado com Ney Braga, na tentativa de lembrar o eleitor das ligações do candidato com os anos da ditadura. Em 1982, tal procedimento resultava em votos, pois o debate sobre a ditadura era contemporâneo e a relação de um candidato com o regime militar era um passo para a derrota, como aconteceu com Ney Braga, postulante a uma vaga no Senado. Entretanto, passados dez anos do início do processo de abertura política, a crítica à ditadura perdeu sua contemporaneidade. O que estava na pauta das discussões e das preocupações do eleitorado eram os desacertos do governo que sucedeu os militares. O eleitor de 1988 tinha diante de si, por exemplo, uma alta taxa de inflação e desemprego, a deterioração dos serviços públicos, os sucessivos fracassos dos planos de recuperação econômica e as denúncias de corrupção.

Por outro lado, a estratégia peemedebista buscava identificar Lerner com Sarney, dizendo que esse o apoiava, numa represália a Fruet, que fora contrário ao mandato presidencial de 5 anos. Aqui, aparecem outros equívocos, pois, independentemente de suas posturas políticas, Fruet foi sempre apontado como um peemedebista autêntico, isto é, integrante do partido responsável pela condução da política nacional, pela sustentação do governo federal e pelo próprio mandato presidencial de 5 anos, considerando-se que sua bancada é maioria no Congresso Nacional. Assim, o que poderia ser enfatizado como uma qualidade do candidato, ou seja, integrante do partido responsável pelo processo de

redemocratização das instituições políticas nacionais, acabou por desaboná-lo perante o eleitor. Este tinha diante si o discurso do candidato do partido do governo, que acusava seu principal concorrente por receber apoio do presidente de honra do seu próprio partido ... Diante de tantas perversões discursivas e da falta de credibilidade dos políticos, a idéia de apostar num técnico competente e pouco identificado com um partido tendeu a crescer. E, o que fora adotado como crítica, parecia recair sobre os próprios formuladores.

Enquanto isso, a campanha de Lerner buscava ampliar o clima antecipado de vitória. Seus folhetos afirmavam "É uma avalanche incontrolável. Não perca seu voto. Vote para quem já ganhou: Jaime Lerner". Ou, então, "Jaime já ganhou - todas as pesquisas garantem" (fig. 15 e 16). A isto, o PMDB respondeu com a publicação de outra pesquisa que dava vitória a seu candidato, logo denunciada como falsa. Diante do fato, credibilidade alguma resistiu e aquilo que fôra, talvez, uma última tentativa de convergência da opinião pública, revelou-se num dos maiores equívocos políticos dessas eleições.



### 3.2 STALLONE E SCHWARZENEGGER X FRUET, ALGACI, ENÉAS E AIRTON

Para surpresa dos candidatos que preferiram guardar seus recursos e estratégias de campanha ao horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, iniciado em 29 de setembro, as locadoras de filmes de videocassete de Curitiba apresentaram, desde então, um surpreendente aumento no índice de procura, de 15 a 50%. Segundo a Folha de Londrina (05.10.88), a Vídeo Batel aumentou sua locação de 150 para 200 fitas/dia; na Cobra Vídeo o crescimento foi de 15%; a Imagem Vídeo não conseguiu estimar a demanda; e, na Expert Vídeo, a procura passou de 300 para 500 fitas/dia. Certamente, esses não são dados que digam respeito à totalidade do eleitorado, até porque os aparelhos de videocassete não são um produto plenamente acessível. Mesmo assim, podem ser tomados como indicativo do pouco interesse público frente ao debate político na televisão ou, da falta de qualidade e de conteúdo dos programas. Não é, pois, de surpreender que as peripécias de Conan (Schwarzenegger) ou as neuroses de Rambo (Stallone) despertassem mais a atenção, nem que seus músculos causassem maior impacto do que as palavras dos candidatos ao telespectador que teve a oportunidade de escolher sua programação diária.

As semanas que antecederam o início da programação foram marcadas pela disputa partidária na divisão do horário de televisão. Segundo os critérios do Tribunal Superior Eleitoral, os noventa minutos diários foram divididos em três blocos. Os primeiros trinta minutos foram distribuídos entre

os partidos na proporção direta de suas bancadas nas assembleias estaduais. Outros trinta minutos, na proporção do número de representantes no Congresso Nacional. Dos últimos trinta minutos, até cinco seriam dos 14 partidos sem representação no Congresso, cabendo-lhes 21 segundos; os 25 minutos restantes, dos partidos com representação parlamentar no Congresso. A partir desses critérios, o PMDB e o PFL foram os partidos que receberam maior tempo, tendo mais condições para divulgar seus candidatos e programas. Os demais, ficaram com poucos minutos ou, mesmo, segundos.<sup>14</sup>

Em Curitiba, a divisão foi acertada em menos de 24 horas antes do primeiro programa, após o TSE ter comunicado um erro inicial nos seus cálculos. Havia sido esquecido o PSC, que tinha um deputado federal (Silvio Abreu - MG). Ao mesmo tempo, o PT e o PDT já diziam de suas discordâncias, alegando que estavam prejudicados em 8 e 21 segundos, respectivamente, nos cálculos do TRE paranaense. O PMDB também dizia estar sendo lesado em alguns segundos. Em verdade, o que os partidos tinham diante de si era a difícil tarefa de equacionar o tempo que lhes fora destinado com a apresentação de todos seus candidatos. Mesmo o PMDB, o mais favorecido, previa que seus candidatos à Câmara não teriam mais de 12 a 14 inserções, de 30 segundos, nos 45 dias de propaganda gratuita. Menos preocupado parecia o PPB - concorrente só à Câmara -, que previa usar seus 20 segundos diários com um candidato por dia, podendo apresentá-lo até 9 vezes.

Igualmente insatisfeitas estavam as redes de televisão, pois além de ceder noventa minutos diários de sua programação,

as emissoras geradoras somente emitiriam sinais para os municípios onde estivessem sediadas. Suas retransmissoras, segundo TSE, deveriam se manter em silêncio, colocando no ar uma tarja, com o aviso "Horário destinado à propaganda eleitoral gratuita". Essa era uma situação nova para as redes de televisão, visto que, após se firmarem como principal meio de comunicação de massa, pela primeira vez ocorriam eleições nacionais simultâneas nas capitais e municípios do interior.

Na rádio, a briga partidária parece menor. Em parte, isso prende-se ao fato de os candidatos à prefeitura, ao contrário do que fazem na televisão, cederem parte de seu tempo aos candidatos à Câmara. Isso foi apontado como forma de permitir maior divulgação das propostas dos postulantes ao cargo de vereador. Somente Claus Germer e Enéas Faria utilizaram o mesmo espaço de tempo no rádio e na televisão. Os assessores de Fruet, Algaci e Airtton referiam-se à falta de tempo para gravar os programas. Como lembra a Folha de Londrina (23.10.88), isso não deixa de ser contraditório, pois os mesmos três políticos que "(....) ganharam suas primeiras eleições graças ao poderio dos microfones de rádio, [estavam] agora subestimando o poder de alcance desse veículo, preferindo apostar seu cacife nas telas de televisão." Também, não custa lembrar que alguns dos atuais campeões nacionais de votos são indivíduos familiarizados com esse veículo, através do qual garantiram seu ingresso e/ou permanência no jogo político tradicional.

A ênfase na televisão, contudo, tem suas explicações. Desde o final dos anos 70, sua programação passou a refletir o

processo de abertura política. Embora as primeiras iniciativas tenham sido tímidas, multiplicaram-se os programas de entrevistas e debates políticos. O impulso foi dado com a campanha pelas eleições diretas para a sucessão presidencial. O momento maior, contudo, foi o de frustração e comoção nacional, por ocasião da doença e morte de Tancredo Neves, quando a espetacularização da política assumiu proporções nunca antes vistas nesse veículo de comunicação. A par desses exemplos, os políticos e as autoridades governamentais já tinham compreensão da importância da televisão e da sua capacidade de intervir na vivência pessoal e de contribuir nas referências coletivas. Nesse sentido, é compreensível, ainda que inaceitável, a iniciativa dos governos militares em silenciar o debate político, através da Lei Falcão, elaborada para impedir o debate nas eleições de 1976. Contudo, os ventos da "abertura" vieram a garantir o acesso dos partidos e políticos à televisão. Mesmo assim, em sua grande maioria, revelaram-se despreparados para enfrentá-la e transformá-la num instrumento de divulgação de seus programas e idéias.

A indiscutível capacidade de a televisão fixar marcas e produtos, bem como de criar expectativas e necessidades, reforçou o modelo eleitoral de "campanha de venda". E, por extensão, esse modelo foi buscar inspiração nas estratégias de marketing eleitoral desenvolvidas pelos norte-americanos. Nas eleições presidenciais de 1960, as pesquisas de opinião pública mostravam um empate técnico entre Nixon e Kennedy, o qual conseguiu reverter favoravelmente o eleitorado de seu país, através de um excelente desempenho nos debates

transmitidos pela televisão. Kennedy acabou se transformando num modelo de produto político televisivo e as assessorias de marketing passaram a ocupar um papel fundamental nos comitês dos demais candidatos. Joe Napolitan, a "arma secreta" de Kennedy, teve um peso fundamental na campanha de Humphrey, que esteve muito próximo de Nixon, em 1968. A campanha de Reagan, em 1980, também foi exemplar em termos de marketing eleitoral. Sua bíblia de campanha foi O livro negro, um trabalho elaborado em resposta às técnicas adotadas por Carter. O autor, Dick Wirblin, juntamente com Bill Timmons, Ed Millar e Still Spencer fizeram da campanha um exercício de lógica. Em certa medida, eles se apropriaram do esquema do adversário, invertendo-o; Carter foi transformado num problema e Reagan, na solução desse mesmo problema. Vitorioso, Reagan passou a representar o novo modelo de elaboração na imagem de homem público; e, da condição de "cowboy", assumiu o perfil de estadista."

No caso brasileiro, também os profissionais da propaganda política realizaram seus esforços e, indiscutivelmente, alguns bons "produtos" foram lançados no "mercado do voto". Paulo Maluf, mesmo objetivando mercados mais restritos e personalizados, no final dos anos 70, apresentava uma boa performance, vencendo Laudo Natel, preferido pelo governo federal para disputar às eleições ao governo paulista de 1978, na convenção da ARENA. Embora aparentasse uma relativa independência, como no episódio da convenção, ele não se opunha ao regime. Pelo contrário, aproveitava as brechas que mais lhe favoreciam. Isso logrou seus efeitos numa conjuntura de fraca participação dos grupos

de classe. Com a "abertura" e a maior presença da sociedade na política, a mensagem e as estratégias de Maluf começaram a perder efeito. Tanto que, nas eleições presidenciais de 1984, ainda pelo processo indireto, continuava preso ao esquema de 1978, contando com a eficácia dos dados de seu computador, que relacionava amigos, datas de aniversário, etc. Apostou no convencimento individual, quando a estratégia era política.

As eleições de 1985, para prefeito das capitais, também revelaram o emprego de posturas eleitorais acertadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto Darcy Ribeiro e Moreira Franco perdiam-se em suas brigas pessoais e partidárias, diante das câmeras, o discurso de Fernando Gabeira ganhava a simpatia do eleitorado, o que favoreceu o bom desempenho do PT. Já em São Paulo, na mesma ocasião, Fernando Henrique Cardoso concordou em participar de um debate com os demais concorrentes, transmitido pela televisão, antes de assegurar-se da presença de seu principal adversário, Jânio Quadros. Enfrentou, assim, candidatos verdadeiramente "kamikazes" que o deixaram numa situação defensiva - comprometendo sua imagem -, enquanto Jânio poupava-se dos ataques diretos. Aliás, o discurso janista voltava-se à questão da segurança pública, minando o governo Montoro, que apoiava Fernando Henrique. Em ambos os casos, a estratégia consistiu em avançar eleitoralmente, enquanto os adversários perdiam-se nos ataques mútuos.

Outro procedimento que rendeu excelentes resultados, foi o de Orestes Quercia, na disputa do governo paulista de 1986. No início da campanha, ele amargava no desconfortável

quarto lugar das intenções de voto. O eleitorado da capital polarizava-se entre Maluf e Antonio Ermírio, que contava com as simpatias de Sarney, então embalado pelo sucesso do Plano Cruzado. Mesmo não sendo um candidato unânime de seu partido, Quércia tratou de se assegurar da fidelidade de seus correligionários e da neutralidade de presidente. O passo seguinte consistiu em firmar sua candidatura no interior do estado, contando com a máquina do partido e o prestígio dos políticos peemedebistas. Na capital, seus adversários começavam a desgastar-se na reciprocidade dos ataques, ao mesmo tempo em que dispunha de maior espaço na televisão e apresentava uma propaganda bem elaborada. Assim, em outubro, assegura-se do 2º lugar das intenções de voto dos paulistanos que, somados aos do interior, garantiram-lhe a vitória.

Por outro lado, encontramos exemplos do que poderia ser definido como "miopia em marketing". Tomando as eleições de 1982, ocasião em que o voto era vinculado, isto é, atribuído sempre ao mesmo partido nos diferentes níveis eleitorais, Figueirêdo aponta-nos dois claros exemplos. No Pará, Jarbas Passarinho disputava a reeleição ao Senado e, mesmo sendo a maior liderança política local, o voto vinculado tornava impraticável a sua vitória, face ao fraco desempenho do candidato ao governo estadual. No Paraná, as pesquisas do Instituto Gallup colocavam Ney Braga numa posição excepcional, enquanto Saul Raiz - candidato ao governo - nem aparecia nas pesquisas. Já, pelo PMDB, Alvaro Dias concorria a mesma vaga no Senado, com ótimos desempenhos eleitorais anteriores, enquanto José Richa - candidato ao governo - era apontado como

uma das principais lideranças estaduais, após Jaime Canet e Paulo Pimentel. Assim, individualmente, Ney reunia as condições para uma vitória; com o voto vinculado, Ney-Saul não tinham chances diante de Alvaro-Richa. E, dessa miopia resultou o fracasso de duas importantes lideranças nesses estados.<sup>13</sup>

Evidenciam-se, pois, a partir dos exemplos apontados, a importância das estratégias políticas e o peso dos meios de comunicação numa disputa eleitoral. Em particular, o quanto influi o correto emprego da televisão na disputa do "mercado de votos". Notadamente, quando se constata que parcelas significativas do eleitorado mantêm-se indecisas até às vésperas do pleito e que, muitas vezes, as pesquisas indicam um empate técnico entre os candidatos. A televisão, conforme acentua Jesus Martín Barbero, produz um espetáculo que reforça, acima de tudo, a crença na objetividade e na precisão da informação.<sup>14</sup> A relação que se estabelece não é de imagens, mas sim entre pessoas mediatizadas por elas. Sua eficácia depende, portanto, do grau de identificação e credibilidade produzido entre os sujeitos, resultante do correto emprego dessas mesmas imagens.

Enquanto espetáculo, possui uma linguagem própria, capaz de atrair ou afastar o telespectador. E essa linguagem pressupõe um conjunto de símbolos para assegurar a eficácia do ritual (de comunicação). Dominar sua linguagem e símbolos é uma condição essencial aos políticos que pretendem fixar sua imagem e discurso através das telas. A propaganda política, por sua vez, requer a definição de estratégias, combinando o



perfil do candidato com o do partido - ambos, a partir de suas próprias características -, e suas propostas com as expectativas do eleitorado. Ir "ao ar" sem essa elaboração prévia, significa apostar mais na "miopia em marketing" ou na falta de percepção do eleitor.

A despeito dessas evidências, 20 dias antes do início da propaganda pela televisão os partidos não tinham definido suas estratégias de campanha para Curitiba. Segundo o Ferreiro de Notícias (06.09.88), o PFL saiu na frente, acertando sua campanha com a Sir Laboratório. O PMDB só tinha definido sua divisão de tempo: 50% para a propaganda majoritária e 50% para a proporcional. De resto, nada estava definido. O PTB, segundo o coordenador Fajardo Faria, havia optado por uma linguagem de oposição, sem saber como seria trabalhada. Já o PT não dispunha dos recursos para financiar a campanha, contando com os resultados de uma mobilização para arrecadação de fundos, feita nas ruas, e com o apoio gratuito de alguns profissionais. O mesmo problema apresentava o PTR, para o qual cada candidato deveria financiar sua campanha, sendo dada preferência aos "candidatos mais desinibidos"...

Iniciada a campanha pela televisão, a imprensa local rememorava o saudoso Stalinlaw Ponte Preta e seu Festival de besteiras que assola o país (O Estado do Paraná, 09.10.88), ou confirmava a atitude de indiferença popular quanto às eleições (Gazeta do Povo, 10.10.88). Mesmo o PMDB em nada conseguia lembrar o brilho de seu programa de encerramento das eleições municipais anteriores. Naquela ocasião, o partido apresentou um programa de excelente qualidade técnica e convencimento popular. Foi elaborada uma

retrospectiva da política nacional, relembrando os anos de ditadura e a sua importância na reconquista da democracia. As imagens de mobilizações populares, como as da campanha das "Diretas já", da votação de Emenda Constitucional Dante de Oliveira ou dos funerais de Tancredo, conferiam-lhe o grau de efetivo representante das camadas populares. Ao fundo, a música de Chico Buarque confirmava a idéia de evolução da liberdade: "(....) Num tempo / página infeliz da nossa história / passagem desbotada na memória / das nossas gerações / dormia / a nossa pátria mãe tão distraída / sem perceber que era subtraída / em tenebrosas transações (....) Meu Deus, vem olhar / vem ver de perto uma cidade a cantar / a evolução da liberdade / até o dia clarear (....)."

Passados três anos, o mesmo PMDB reabria sua campanha à prefeitura com uma monótona apresentação da vida particular de Maurício Fruet, cercado pela esposa e filhos. Ao fundo, a música da campanha insistia em repetir "Hoje o povo vai vencer de novo/ vai votar o povo/ vai participar/ a cidade que será do povo/ com Maurício Fruet o povo vai ganhar/ com Maurício Fruet o povo vai ganhar/ hoje o povo vai vencer de novo ...". Fruet, povo, cidade e vitória estão quase como sinônimos. É compreensível, que numa conjuntura de descrédito popular frente aos políticos, o partido se empenhasse em apresentá-lo como um esposo e pai exemplar, como cidadão íntegro e dedicado às causas públicas. Contudo, a mensagem parecia confundir-se entre as referências à vida privada e à vida pública do mesmo. O discurso diluía-se na ênfase paternalista. O apoio político trazido pelas lideranças políticas locais perdia-se na

aparência de um encontro de compadres. Nesse particular, chegava a lembrar o debate entre os candidatos paulistas, em 1985, quando o petista Eduardo Suplicy e o petebista Antonio Ermírio perdiam-se comentando suas relações familiares e a imprensa satirizava-os com a metáfora das reminiscências à "Tia Cotinha". Enfim, um programa de fraco impacto político, cujo discurso e postura mais lembravam as antigas práticas políticas nacionais.

Até o final do mês de outubro, Fruet transmitia uma imagem de tranqüilidade. Aparecia, quase sempre, em parques, fontes e outros lugares que expressassem a "modernidade" curitibana, remetendo-a ao desempenho da administração peemedebista. Suas propostas de implantação de novas vias inter-bairros, limpeza de córregos, ampliação da rede escolar, expansão dos serviços sociais e outras estavam associadas à continuação da obra de Requião. Enquanto "candidato preferido pelo povo", os relatórios de sua campanha mostravam um político popular, abrindo comitês eleitorais, participando de comícios, dando o chute inicial numa partida de futebol ou cercado de crianças. Tudo intercalado com depoimentos populares de apoio a ele. Só faltou batizado e funeral ...

Governador, prefeito, deputados, lideranças políticas e outros sucediam-se no engajamento à campanha. A esses cabiam os ataques e as críticas. A posição de favorito nas pesquisas de opinião pública exigia-lhe, de certa forma, um distanciamento dos ataques de seus adversários. Por um lado, poupava-se da crítica; por outro, raramente abria espaço para "divulgar" o nome dos concorrentes. Alvaro Dias, por exemplo,

repetidas vezes falava num "pacto de solidariedade", dizendo que uma ação conjunta do governo estadual com a prefeitura municipal somente poderia favorecer a cidade. Isto é, homens do mesmo partido teriam melhores condições para uma boa administração.

Os ataques mais violentos vinham de Hélio Duque e Roberto Requião. Duque, deputado federal pelo PMDB, afirmou que políticos e empresários estavam tentando comprar o coração dos curitibanos e transformar a cidade numa "Curitiba S.A.". Ou seja, atacava Algaci, Enéas e Airton, dos quais previa uma renúncia a favor de Lerner - tudo sob altas negociações. Requião, por sua vez, não poupava os adversários e com muita ironia ia definindo-os. "Que estranho PTB (....) Vocês imaginem, numa reunião, o Basílio [Vilani] lendo a carta-testamento de Getúlio Vargas e levando às lágrimas o José Eduardo [Vieira], o Afonso [Camargo] e o Borges da Silveira", dizia dos ex-deputados, banqueiros, ex-senadores e ministros que apoiavam o candidato trabalhista. Ou então, "Imaginem um bixo (....). É, um gato pintado de cor-de-rosa. O PFL é assim. É o PFL do Airton Cordeiro, do Ney Braga, do Saul Raiz. É o PFL do Antônio Carlos Magalhães, do Aureliano Chaves e do Sarney", qual seja, homens que vieram da ditadura. Para concluir, "E o PDT! Que saco de gatos! De todas as cores. Do rabo curto, do rabo grosso, do pelo crespo, gato angorá. De Jaime Lerner e Leonel Brizola, de Raphael Greca e de Algaci Túlio. Vocês já imaginaram o Algaci Túlio fazendo um discurso na Internacional Socialista, desapropriando empresa de ônibus?"

Não vocês não podem acreditar, nem eu!" Tão somente lembrava o eleitor das relações do candidato com esse tipo de empresa...

Os outros partidos, premidos pelo tempo, não apresentavam um desempenho significativamente melhor. O PFL e o PTB despejaram seus programas de governo, como se jogassem um tijolo sobre o ouvinte. O PDT e o PT, vieram com suas expressões nacionais, Brizola e Lula, evidenciando suas preocupações com as próximas eleições presidenciais. Mais limitados pelo tempo, Teolino Mendonça (PMC) e Osvaldo Buskey (PTR) eram interrompidos antes de concluir suas falas; aliás, uma constante em suas participações na televisão.

Airton Cordeiro, ao som de "Salve Curitiba/ salve a cidade/ vote em Airton/ o prefeito de verdade", respondia ao governador. Segundo ele, o que Alvaro Dias chama de solidariedade administrativa, "é uma ameaça grave, é um tratamento imoral, injusto e desigual." Não satisfeito em atacá-lo pelo lado da moral, algo tão defendido pelo governador, o candidato recupera antigos preconceitos da capital em relação ao Norte paranaense. Toma o exemplo da Biblioteca Pública estadual - construída por Bento Munhoz da Rocha Netto, um homem "que amava a cultura" -, agora com instalações precárias e sem a atenção do governo. Ao dizer que nem cabia a comparação entre os dois governadores, pois, ao contrário de Alvaro, que é do Norte, "Bento amava Curitiba", reproduzia a idéia da oposição curitibana a um governador vindo do Norte e que desconhece a capital. Relembrava os preconceitos de 1965, quando os curitibanos que apoiaram a recondução de Bento ao Palácio Iguacu tiveram que receber a

comitiva vinda do Norte para a posse de Paulo Pimentel, o primeiro governador eleito por aquela região.

Para concluir, mostra que tal solidariedade não funciona, pois, até então, governador e prefeito eram do mesmo partido. No entanto, os serviços de segurança e saneamento, segundo Airton, não funcionam satisfatoriamente. Logo, propõe uma ação integrada de educação, saúde e assistência social, os motes de sua campanha. Na área de segurança, limita-se a mostrar que Fruet não estava falando a verdade, sendo pura montagem publicitária algumas das realizações apresentadas por ele. Visita, por exemplo, um módulo policial que fora filmado como em funcionamento e que estava abandonado. A bandeira de Curitiba, como pano de fundo de suas apresentações, emprestava-lhe um ar cívico ...

Enéas Faria, por sua vez, vinha com uma modinha executada por dois cançoneiros populares - "Para tirar os homens de lá/ é preciso tirar os homens de cá" - ou com seu hino: "Veja bem, o que é que você vai fazer/ veja bem, em quem você vai votar/ o povo foi todo enganado/ os donos do Plano Cruzado traíram a gente/ foi logo depois da eleição/ eu não esqueci não, meu/ chega de demagogia/ estamos com Enéas Faria." A ênfase de seu discurso recaía na questão da segurança, mostrando módulos policiais abandonados e propondo o aumento da guarda municipal, o policiamento das ruas e a criação de módulos volantes. Denunciava as pretensões governamentais de aumentar as tarifas de transporte, após as eleições, reproduzindo o que já acontecera com o Plano Cruzado, após o pleito de 1986. Ataca, também, Alvaro Dias por

estar usando um jato do governo para ir fazer campanha no interior do estado e mostra os custos de tempo de voo. Em certa medida, lembrava Paulo Pimentel quando candidato ao mesmo cargo, em 1985, e que fazia acusações idênticas ao governador anterior, José Richa. Ambos procuraram mostrar os abusos de um partido na administração estadual e que disputava a municipal. Salvo as denúncias contra o partido, não fica clara a responsabilidade do postulante à prefeitura quanto à administração estadual. Ambos não lograram muito efeito com suas denúncias; pelo contrário, receberam respostas no mesmo nível ...

Já, Claus Germer utilizou um discurso totalmente diferenciado e, em que pese a importância do conteúdo e a performance do candidato, parecia deslocado daquilo a que se propunha. Tomemos dois exemplos. No primeiro, o candidato afirma que "esse acampamento do Pinheirinho é a prova viva do fracasso dos governos do PMDB. São quase 4 mil famílias de trabalhadores que não têm onde morar e estão sob a ameaça de despejo eminente. Os donos dessas grandes áreas ociosas são, em geral, grandes proprietários que visam às terras para especulação. Alguns são dirigentes do PMDB, do PFL e do PTB, ou são financiadores das campanhas desses partidos. E o PMDB, de que lado está?" Conclui pela defesa, entre outras coisas, da reforma agrária. No segundo, informa que "o PT participou da Constituinte sabendo, de início, que seria quase impossível realizar grandes avanços. A grande maioria dos constituintes eleitos em 86, representa poderosos grupos econômicos - empresários, banqueiros, latifundiários -, dos quais nada de

bom poder-se-ia esperar. Além disso, o governo federal e os governos estaduais precionaram na base de muito dinheiro para que a constituinte não saísse dos trilhos determinados pela Nova República. Contra tudo isso, o PT tinha apenas 16 parlamentares que lutaram o tempo todo para aprovar as leis que interessavam aos trabalhadores."

Certamente que ambas as questões levantadas pelo candidato são importantes. Contudo, mais informam ao público da posição do partido diante do problema de terras e dos desdobramentos da Constituinte, do que das propostas de administração do município. Até por que a reforma agrária não se dá de forma municipalizada. Se, por um lado, Claus não apresenta seu plano de governo de modo claro e objetivo, por outro, acabava divulgando os demais partidos. Ou seja, fazia de seu espaço de tempo, um espaço de discussão e, por extensão, de divulgação daqueles que tinham maior tempo de propaganda.

As pérolas do anetodário político fluíram à vontade. Mais agredida do que o telespectador, somente a língua portuguesa. Assim como os partidos, os "s" também sumiram; a conjugação verbal foi esquecida; e, o vocabulário, enriquecido. De "o povo estão (sic) de prontidão" a "vamos oportunizar o jovem", valeu tudo. Outros, menos inspirados, recorreram aos antigos apelos, como "ainda é possível confiar em alguém", "nós não vamos nos dispersar", "plantando a semente de um tempo novo", "o preço da liberdade é a eterna vigilância" ou "recordar é viver". Também houve o caso da



candidata que, além do eleitorado feminino, apostou no masculino - "Homem, que tal nós dois juntos ?."

Candidatos a vereador adotaram adjetivações de toda ordem, como "lobo que não é mau", "tio Patinhas", "um cristão de verdade", "o candidato dos motoqueiros de Curitiba" ou "Ratinho para acabar com a gatarada". A sempre lembrada "mãe dos filhos encaminhados", também fez-se presente. Poucos slogans tinham a criatividade de "Urna-se ao Caco"; estavam mais próximos dos apelos tipo "Para acabar com o sacrifício, vote no Vitalício". Mais do que uma rima pobre, evidenciam um messianismo disfigurado.

Os fundos musicais também contribuíram para desfigurar as candidaturas e as propostas. Houve quem apelasse para as trilhas das novelas, como "Irmãos Coragem", "Selva de Pedra" ou "Cambalacho" ... Bons temas de filmes, apesar das impropriedade dos títulos, não foram esquecidos; o PMDB, por exemplo, ao falar do programa de assistência aos velhos, usou a trilha de "Golpe de Mestre" ...

Nessa sucessão de mau emprego da televisão, foram produzidos alguns momentos de muito humor . A impagável Elliria Timm, conhecida dos curitibanos das eleições municipais de 1985, apresentava-se com alguns dos cinco candidatos do PH à Câmara, para lembrar ao eleitor que ela não estava sozinha nestas eleições. Informava, ainda, que seus companheiros recusavam-se a receber salários da Câmara - só elegendo para conferir ... Ao final, advertia que na cabine eleitoral, "ninguém ti vê" ... Contudo, outros candidatos conseguiram superá-la !

Teolino Mendonça, além de interromper constantemente a fala de seus companheiros e de raras vezes concluir sua apresentação, insistia com suas propostas absurdas. A defesa da criação de um Banco Municipal e das "super-quadras com condomínios verticais" para o povo, somava-se o incentivo à plantação de árvores frutíferas nos quintais e junto às calçadas. O povo poderia se alimentar nas ruas e, no caso das plantações de banana, suas cascas serviriam "para os corruptos pisarem nelas e quebrarem a cara". Faltou explicar qual tipo de banana tem tais propriedades ideológica e/ou política... Osvaldo Buskey não se deixou abater e investiu no problema habitacional. Partindo de um projeto paulista de construção de casas populares de baixo custo, sugeriu a substituição dos barracos das favelas por casas feitas de blocos de concreto, em nome da economia... Era a defesa de uma política habitacional sólida - no sentido pleno da palavra -, em oposição a dos governos que querem o pobre morando debaixo da ponte..., quando "nós temos poucas pontes, não tem ponte para todo mundo". Sua máxima era: "Para ser grande, temos que votar nos pequenos".

O saudosismo maior, em todo caso, ficou por conta do PCdoB. O venerando João Amazonas apareceu para apoiar o candidato do partido à Câmara, num clima que relembrava a velha Albânia...

Na medida em que a campanha avançava e alguns candidatos renunciavam a suas pretensões, produziam-se os contra-pontos daquela heresia: Requião, em apoio a Fruet, dizia-se "indignado como Cristo quando expulsou os vendilhões

do templo"; Enéas, "(....)parecia um pregador pentecostal americano, sem tirar nem pôr"; e Erwin Bonkovsi - companheiro de chapa desse último -, lembrava ser "(....) preciso derrotar o PMDB e seus aliados comunistas" (Correio de Notícias, 08.12.88). A fé e o ateísmo informavam o discurso, como se ambos definissem a política partidária. Aliás, Requião fez escola. "Nós socialistas - dizia um candidato da Frente Popular -, propomos o voto chicote. Você precisa ajudar a expulsar os vendilhões de templo" ...

Os candidatos à Câmara, face ao curto espaço de tempo, precisavam sintetizar suas propostas em uma única frase. Do PFL temos, por exemplo, "Educando por um mundo melhor", "Quando governam os justos, alegra-se o povo; quando dominam os ímpios, o povo geme" e "Pelo entrosamento e a sintonia de ações em favor da comunidade". Do PL, "Essa índia veio para lutar", "Defensor dos taxistas" e "Curitibana, idealista e com muita atuação". Do PSC, "Um radialista a serviço da comunidade", "Valorização e respeito à mulher" e "Seriiedade e integridade para representar o povo". Não faltou quem cutucasse o companheiro para avisá-lo que deveria começar a falar, nem quem se perdesse na fala e exclamasse "Meu Deus!", tapando o rosto com as mãos.

No PMDB, dois candidatos insistiram em se mostrar afastados da política. O primeiro afirmava "Não sou político, sou empresário"; para o segundo, "Você que me assiste deve ser um dos curitibanos que não acreditam mais nos políticos tradicionais." O momento maior, entretanto, cabia àquele que dizia "A fome existe por interesses de grupúsculos (sic)

minoritários dominantes e não por escassez de recursos, mito sobre o qual as ciências econômicas assentam suas bases. Sobre tal mito, à luz da razão esclarecida, subjaz a repugnante inabacilidade dos déspotas verdugos, os autênticos corruptores antológicos de nossas instituições."... Talvez essa seja a excrescência maior do estilo e do conteúdo pensados por Mead.

Nos meses de setembro e outubro, as expectativas de um aquecimento nas campanhas pela prefeitura voltavam-se à realização de um debate entre os candidatos. A TV Independência (da Rede Manchete), a TV Paraná (da Rede Bandeirantes) e a TV Paranaense (da Rede Globo), diante das determinações da Justiça Eleitoral, buscavam chegar a um entendimento com os candidatos. No geral, as emissoras argumentavam sobre as dificuldades técnicas e jornalísticas para fazer um programa com todos eles, mais o apresentador e entrevistadores. Com algumas diferenças, as propostas da TV Independência e da TV Paraná objetivavam a realização de dois programas, reunindo no primeiro programa os melhores colocados nas pesquisas eleitorais - Fruet, Algaci, Enéas e Airton. A TV Paranaense, por sua vez, previa três programas. No primeiro e no terceiro, esses mesmos candidatos, mais outros três, de acordo com um sorteio dos nomes. Do segundo, participariam os candidatos com menores índices de preferência popular.

Os esforços das emissoras, entretanto, não lograram efeito. Teolino Mendonça, último colocado nas pesquisas, insistiu que só participaria de programas em que estivessem todos os candidatos. Fruet não confirmou sua presença, pois,

segundo seus assessores, sequer recebeu a proposta de regulamento dos debates. As empresas de televisão acabaram cancelando os programas e, na ocasião, o candidato peemedebista, confiante de seus índices de preferência do eleitorado, pareceu o mais beneficiado.<sup>15</sup> Com isso, estava livre do ataque direto dos outros candidatos. Ao telespectador restava a programação do horário gratuito do TRE ou, então, continuar assistindo as aventuras de seus heróis, Stallone ou Schwarzenegger.

Sequer a desistência de um candidato era confirmada. Airtton dizia, "Nunca pensei em deixar de ser candidato à prefeitura de Curitiba." A esposa de Enéas, Nery Faria, afirmava que ele só deixaria da candidatura por cima de seu cadáver. Foi quando Algaci suspendeu sua propaganda, para dizer: "Anunciei, dias atrás que não renunciaria. Não renuncio agora. Apenas permito, hoje, uma acomodação política dentro do meu próprio partido. Deixo que o povo desta cidade tenha o reencontro com aquele que a transformou. Entrego, neste momento, com muito orgulho a candidatura a prefeito ao meu, ao seu amigo Jaime Lerner (.....)" .....

### 3.3 "AGORA SIM, JAIME COM CERTEZA"

... ao que Lerner completava: "Meus Amigos. Volto à sua casa depois de uma batalha judicial em que os poderosos do PMDB do Paraná, tentaram me derrotar, para convidá-los a comigo fazerem justiça. Retorno, somando com Algaci Túlio e Ronaldo Botelho [ex-candidato a vice, pelo PDT], grandes companheiros, para buscar o mandato de prefeito. O amor à Curitiba me pede isso (....) A Curitiba não posso negar nada (....) Conto com você para completar uma obra de amor à cidade, dedicada à boa gente que aqui nasceu e aqui escolheu viver. Sei que muitos guardam o nosso coração. Uma boa causa não tem fim. Será pedir demais? (....)." Estava criado o fato novo, não um fato imprevisível.

Por um lado, o jogo político democrático, especialmente o eleitoral, não comporta a imprevisibilidade. Variáveis diversas, inclusive de caráter conjuntural, podem interferir num pleito, definindo ou invertendo a tendência do eleitorado. Em São Paulo, por exemplo, às vésperas das eleições, verificava-se um empate técnico nas pesquisas de opinião pública. A intervenção do exército nas greves de Volta Redonda, que resultaram na morte de trabalhadores, segunda a imprensa, contribuíram significativamente para que o paulistano expressasse seu repúdio àquela medida, apoiando o PT. As possibilidades de mudança numa tendência política, a

princípio, só estão excluídas nos regimes totalitários, mesmo porque não são conduzidos pela opinião pública. Aliás, essa só pode ser expressada no sentido de apoiá-los.

Da mesma forma, cumpre entender em que medida a candidatura de Jaime Lerner era um fato novo à política local. Primeiro, tendo já ocupado por duas vezes o cargo de prefeito, em 1985, disputou-o contra Roberto Requião. Este obteve 43,7% dos votos, e Lerner, 40,1%. Na vitória do candidato peemedebista, pesaram fundamentalmente os votos da 145a Zona Eleitoral (51,1% contra 31,8%), que compreendia as regiões mais pobres de Curitiba e, segundo comentários, era composta por muitos novos habitantes/eleitores, desconhecedores das duas administrações de Lerner. Mesmo assim, venceu nas 1a, 2a e 4a Zonas Eleitorais. Logo após o pleito, conforme referências anteriores, a cidade foi tomada pelos "corações" quebrados e a frase "Curitiba, você perdeu."

Voltando ao processo eleitoral de 1988, as pesquisas abertas, isto é, antes da formalização das candidaturas e com indicações espontâneas do entrevistado, já indicavam uma certa preferência do eleitorado por Lerner (ver Tabela 1). Na definição inicial dos candidatos, ele não foi indicado pelo PDT por não ter o tempo de domicílio eleitoral exigido por lei. Com a promulgação da nova Constituição, o tempo foi reduzido, habilitando-o à disputa. A questão consiste, portanto, na constatação da presença de seu nome ao longo de todo o processo eleitoral. Mesmo seus opositores, não raramente, encarregaram-se de lembrá-lo ao eleitor.

Isso tudo parece tão claro ao candidato que, ao iniciar sua campanha, convoca a população a recuperar os "corações" guardados. Ou seja, parte do princípio que, embora ausente do processo, seu símbolo de campanha estava guardado na memória dos eleitores. Ao mesmo tempo, incide no tema do "amor à cidade", um sentimento caro à população e que, em tese, não exclui nenhum segmento social. Logo, todos poderiam se ligar à sua campanha.

Onde, exatamente, reside o fato novo? Além do impacto inicial do lançamento de sua candidatura, há de se observar que os demais candidatos, após semanas de campanha, não pareciam crescer na preferência popular. Fruet, pelo contrário, apresentava índices menores, enquanto Enéas começava a esboçar uma tímida reação. No geral, evidenciava-se uma certa apatia popular, expressa nos percentuais de eleitores indecisos ou pretendentes ao voto em branco ou nulo. O novo estava mais na reação popular e, em especial, na dos concorrentes, dado que todos viam-se subtraídos nas intenções de voto. O novo residia, pois, na mudança da condução da campanha e no caráter denunciativo que ela assumia.

Lerner retornava ao primeiro plano da política local dizendo que, "em nome da dignidade, tenho a ousadia de convocar Curitiba." Anunciava que, apesar das limitações da campanha, "temos um poder, o maior de todos. É o poder da indignação." Com isso, abria sua crítica ao partido de seu principal adversário, mesmo sem fazê-la no campo da política. Dirigia-se aos sentimentos do cidadão e definia-se como um "profissional de cidades". Informava que todos queriam ajudar



e pedia para espalharem a boa nova. A despeito das imprecisões de seu discurso, procurava criar um clima singular à sua candidatura. Ela não lhe pertencia, mas sim ao povo e à cidade. "A Curitiba não posso negar nada", dizia, como se a ela devesse tudo. Garantia que, "numa corrente de amor à Curitiba, venceremos em 15 de novembro."

Na semana que antecedeu ao pleito, esse quadro geral se confirmou, especialmente com as renúncias de Enéas e Airton a favor de Lerner. As acusações partiram de ambos os lados e a polarização eleitoral que fora comentada pela imprensa, no início da campanha, acabou se concretizando entre Fruet e Lerner. Muitas vezes os argumentos se aproximavam, especialmente nas acusações mútuas de serem "candidatos de Sarney". Esse argumento, por si só, caracteriza a preocupação em não serem identificados, pelo eleitorado, com a política do governo federal naquilo que ela possa representar de negativo para o povo. Inegavelmente, tal associação poderia prejudicá-los, porém, esse cuidado expressa sintomas fundamentais da política nacional, e que contribuem para prejudicá-la. Da mesma forma que se vê a prática política institucional, como um todo, reduzida ao comportamento de alguns homens públicos que não correspondem necessariamente ao significado das instituições democráticas, vêem-se os profissionais da política contribuindo para o esvaziamento da credibilidade dessa prática.

O discurso do próprio governador, ao referir-se à generalizada descrença popular em relação aos políticos como tema nacional central, reforça tal impressão. "Eu não tenho a

menor dúvida - afirma - que a corrupção é a causa maior dessa descrença (....), a corrupção ganhou corpo revoltando a opinião pública." Para ele, felizmente, essa não é a situação do estado. Portanto, "o apelo que volta a formular - continua -, é para que você, cidadão digno dessa cidade, resiste à indicação dessas lideranças que desonram a população desta cidade, principalmente àqueles que permanecem sempre na clandestinidade, usando prepostos, influenciando nos bastidores da política." Nessa fala, cabe destacar dois aspectos. Primeiro, nem o governador, nem o PMDB pronunciaram os nomes dos "clandestinos". Isso ficou a cargo da reprodução de uma notícia que o radialista Olavo de Souza, da Rádio Clube Paranaense, apresentou em programa do dia 07 de novembro. Segundo Souza, estavam reunidos, na casa do ex-governador Jayme Canet Júnior, "(....) representantes da colônia judaica do Paraná, representantes da alta direção do BAKERINDUS, o ex-governador João Elísio Ferraz de Campos, Luis Antônio Fayet, Reynold Stefanos, Otávio Cesário, o ex-governador Ney Braga, além da diretoria da ELETROSUL e mais Affonso Alves de Camargo Neto." Pela mesma fonte, também estava presente Enéas Faria, que negociou sua renúncia por US\$ 850 mil. Em programa do PFL, o mesmo Olavo de Souza declarou ter sido ingênuo ao publicar a notícia e que não tinha provas da informação.

O segundo destaque, fica por conta da sugestão da existência de um "bas-fond" por detrás dos bastidores da política. De um lado, se isso existe, o seu partido pode estar sujeito a mesma situação, concedendo à crítica uma ampla e perigosa generalização. De outro, independente do mérito e da

procedência da questão, a crítica estende-se ao conjunto das instituições políticas. Situações anteriores têm demonstrado que as generalizações dessa natureza abrem caminho para experiências autoritárias. Getúlio, por exemplo, em nome de um suposto complô comunista internacional - Plano Cohen - e da fragilidade de nossas instituições, suspendeu as eleições previstas à época e implantou o Estado Novo; em nome de uma dita desorganização geral, em 1964, os militares tomaram o governo para promover a moralização das instituições ...

Por parte de Lerner, retornando, sua propaganda enfocava mais as "caminhadas", estratégia de campanha levada a termo nas ruas do centro da cidade e dos bairros que, combinadas com a música "E dá-lhe Jaime ...", contribuíam para a formação do clima de vitória antecipada. Ou, então, discorria sobre suas propostas de governo. O ataque ao PMDB ficava por conta de meu companheiro de chapa, Algaci Tulio, ou para Enéas e Airton que, mesmo não sendo mais candidatos, faziam campanha para Lerner. Airton, por exemplo, atacava Alvaro Dias, lembrando-o que passou a defender a proposta de cinco anos para o mandato presidencial - contrariando as decisões do diretório regional de seu partido -, e que obrigara sua bancada no Congresso Nacional a votar com ele. Enéas questionava a veracidade das afirmações sobre a moralidade do PMDB local, bem como sua aliança com o PSD, de triste memória, do ex-presidente João Figueredo. Aqui, respondia às acusações peemedebistas quanto à aliança em torno de Lerner e os folhetos que o acusavam, junto com Algaci e Airton, de traição ao eleitorado (fig. 17).

A campanha chegava ao seu final totalmente polarizada. Para Claus Germer, o eleitor via-se diante do "passado tenebroso" ou do "presente infeliz"; restava-lhe o PT. Para José Maria, companheiro de chapa de Fruet, a farsa da campanha poderia se repetir como tragédia. Para Roberto Requião, os representantes do "capitalismo selvagem" opunham-se à "experiência social-democrata de Curitiba".

Os pequenos partidos limitavam-se a apresentar seus candidatos à Câmara. Nem por isso, Teolino Mendonça esquecia-se de lembrar que ganha "o suficiente para viver" - logo, não precisa roubar... - e que vinha ajudando muita gente. Ellíria Timm informava que "o humanismo está dando um salto muito grande". Não diz para onde, mas deixa uma "ameaça" no ar: "chegando ou não na prefeitura, em 89 vamos estar com muita força" ... Osvaldo Buskei dirigia-se às crianças, pedindo-lhes que falassem para seus pais votarem na Xuxa caso não lembrassem os nomes dos candidatos do PTR. Esqueceu-se de que o eleitor poderia fazer o mesmo caso deles se lembrassem. Para completar, apresentava os resultados das pesquisas daquele dia: Buskei 37%, Fruet 22%, Lerner 17%, Ellíria 7% das preferências. Não disse preferência de quem ...

Aliás, nos últimos momentos, o PMDB comprometeu-se ao publicar resultados de uma sondagem atribuída à Alvorada Pesquisa. Pela informação, Fruet tinha 41% das preferências, contra 39,5% de Lerner. A própria empresa negou as informações, dizendo que seus dados eram outros. O PTB lembrava que as pesquisas da Data Folha, IBOPE e Instituto Bonilha revelavam que Lerner teria mais de 50% dos votos. Os

candidatos encerraram suas apresentações e agradeceram a atenção de todos - Buskei, ao cidadão que o "tolerou". No último momento, tocava "E dá-lhe Jaime ...". O telespectador, independente de suas opções eleitorais, sabia que passaria a ver sua novela no horário habitual. Sobrevivera a mais uma campanha.

\*\*\*

Apurados os votos, o eleitor curitibano reproduziu a tendência nacional de repúdio ao governo. O PMDB teve o pior desempenho dos últimos anos. Curitiba atribuiu 29,5% dos votos a Fruet e 48,6% a Lerner. Considerando as cinco eleições para prefeito desta capital, foi a vitória com maior percentual de votos (ver tabela 2). O caráter bipartidário da Câmara Municipal, observado de 1968 a 1988, desapareceu (ver tabelas 4 e 5). O PMDB fez o maior número de cadeiras (12), mas o PDT (6), PTB (5), PL (4), PFL(3) e PT (3) asseguraram suas representações. Somando as dos partidos que apoiaram Jaime Lerner, vê-se que ele tem maioria (14). O PT estreiou na Casa (ver tabela 5).

Mesmo sem pretender dar um caráter conclusivo ao capítulo, até por que desnecessário, cabe apresentar algumas

considerações sobre a natureza, condução e resultados das eleições municipais de Curitiba, em 1988.

Em primeiro lugar, mesmo que para seu entendimento concorram elementos de ordem local e momentâneos, as eleições situam-se num quadro político, econômico e social muito mais amplo. Não cabe esquecer os desencantamentos populares com a Nova República, uma proposta de redemocratização que ainda não foi concluída e que tropeça nos acordos que foram costurados para a sua concretização. As alianças que a antecederam não se sustentaram, gerando a estranha situação de um regime político baseado em partidos, no qual nenhum deles entende-se como responsável pelo governo federal. É a ironia suprema de um governo de partidos sem partido ... Essa, talvez seja a artimanha de um regime presidencialista em meio ao pluripartidarismo que, contemporaneamente, só funciona no parlamentarismo. Aqui, estado e governo são "corpus" diferenciados do jogo político e a garantia do estado repousa no caráter transitório do governo. Os partidos, por sua vez, garantem-se no governo através de uma maioria de fato ou de direito, obtida nas urnas ou nos entendimentos políticos. Estes fazem parte da própria natureza da política e não exprimam necessariamente um desvio de suas práticas. O cidadão convive com tal garantia.

Por outro lado, o processo eleitoral de 1988, visto como uma prévia das eleições presidenciais de 1989, revelou em toda sua extensão o descrédito popular diante dos partidos e dos profissionais da política. O tema da corrupção vagou solto, contribuindo com a impressão de não ser privilégio de

alguns, mas sim de todos. Os políticos, de sua parte, só colaboraram para acentuar esse quadro e, dos candidatos às instituições, tudo parecia submetido ao mesmo entendimento. Qualquer argumento discursivo servia a todos e, para exemplificar, nada mais enfático que a acusação "pró-Sarney". Nem Geisel conseguiu tal unanimidade; do alto de seu autoritarismo, desfrutou da condição de árbitro "bonapartista" entre tendências de grupos dominantes e de militares. Restou-lhe o mérito da abertura, ainda que lenta e gradual. Agora, Sarney fora promovido à unanimidade pelo avesso e, na condição de seus opositores, os candidatos embalarão suas campanhas. Seria essa a real argamassa das candidaturas ou, inversamente, a explicitação dos limites de sua natureza ?

Ainda, em relação ao desempenho dos partidos, cabe tomá-los isoladamente. O PMDB, como fora dito antes, ficou como o grande perdedor (moral), mesmo tendo assegurado a maioria das prefeituras. Nos últimos dez anos vinha numa tendência crescente, obtendo, em 1986, resultados nacionais indiscutíveis. O mesmo ocorreu no Paraná. Tanto para o Senado da República e Câmara Federal, como para o Governo estadual e Assembléia Legislativa, obteve cerca de 50% dos votos (ver tabelas 11, 12, 13 e 14). Em Curitiba, esses resultados repetiram-se, salvo na votação para a Assembléia, mas, mesmo assim, com percentuais muito acima dos concorrentes (ver tabelas 7, 8, 9 e 10). Desde o retorno do pluripartidarismo, salvo nas eleições municipais de 1985, nenhum partido lhe fez frente.

Em 1988, esse quadro inverteu-se e, como no cenário nacional, outros partidos cresceram, rompendo a hegemonia peemedebista. Aqui, como em Recife, a despeito da popularidade do governador e do prefeito, eles não conseguiram traduzi-la em votos ao seu candidato. Naquela cidade, Marcos Cunha foi derrotado apesar do apoio de Miguel Arraes e Jarbas Vasconcelos, todos do PMDB. Em Curitiba, os índices de simpatia a Alvaro Dias (39,5%) e a Roberto Requião (10,9%), os maiores do eleitorado, detectados pelo Instituto Gallup (Isto é Senhor, 16.11.88), não asseguraram a vitória de Maurício Fruet.

O PDT, por sua vez, não pode ser visto como uma segunda força partidária local. Em 1982. Teve um péssimo desempenho, ficando em último lugar nos dados gerais, atrás do PMDB, PDS, PTB e PT. Em 1986, ficou num distante segundo lugar nas eleições ao Senado e Governo, e noutra distante terceiro lugar nas eleições à Câmara e Assembleia. Seu melhor desempenho foi nas eleições de 1985 (ver tabela 6). Contudo, isso deve-se muito mais à pessoa do candidato que ao partido. Lerner, como em 1988, era candidato "apesar" do partido.

O PDS, PTB e PFL não chegam a constituir partidos expressivos no estado. Elegeram suas bancadas mas não se firmaram como agremiações, aliás, nenhuma novidade nacional. Seus resultados foram de caráter pontual e localizado, sem refletir uma tendência ou fidelidade eleitoral. Já o PT, partido que vem obtendo bons resultados em diversos estados, no Paraná tem um desempenho sofrível. Apesar da simpatia e reconhecimento popular, não tem conseguido traduzi-los em votos. Em 1982, ficou num inexpressivo quarto lugar, com menos



de 1% dos votos. Em 1986, mesmo elevando um pouco esse índice, a situação não se alterou; elegeu um deputado estadual. Nas eleições à prefeitura de Curitiba, de 1985 e 1988, não chegou a 6% dos votos; agora fez seus três primeiros vereadores (ver tabela 6). Mais sério é constatar que em todas as eleições sempre perdeu para os votos em branco e nulos. Embora os partidos de "esquerda" não tenham tido bons desempenhos no Paraná, sejam PCB, PSB, PDT ou PT, não cabem inferências "ideológicas" no perfil do eleitorado. Resta, isto sim, rever, no próprio partido, nos seus discursos e estratégias de campanha, as razões do fraco desempenho eleitoral. Dizer que o eleitor não "optou" por conservadorismo, certamente não o ajudará a reverter a situação. Mesmo sem pretender reduzir a política aos partidos, e esses, ao marketing político, estaria o PT sabendo "optar" pelas estratégias adequadas ?

Além dos desempenhos individuais dos partidos, cabe acrescentar, mesmo sem muita novidade, o caráter despolitizado da campanha. No geral, os partidos e os candidatos reduziram-na a temas genéricos, que vêm do amor à cidade ao desejo de moralizar a administração pública. Transportes, saúde, educação, moradia, lazer e outros, mais uma vez, foram discursos recorrentes que não deram singularidade a nenhuma campanha, salvo honrosas exceções. Do PMDB, PDT, PFL e PTB ao PMR, PH, PTR, PMR, PL ou PT, todos pareciam imbuídos do mesmo sentimento cívico na busca de um eleitor desmotivado politicamente. Menos, talvez, pela vontade de manifestar seu descrédito pela política institucional. Não é, pois, de surpreender o grau de adesão ao "coração

curitibano". O fato novo que ela trouxe à campanha - na verdade, recuperação de uma estratégia já bem sucedida -, está mais próximo à sua incapacidade de trazer algo realmente novo e politicamente confiável. A questão consistiu mais em ocupar um espaço administrativo deixado em aberto pelas estratégias políticas. Certamente que Curitiba não "brizolou". Seu eleitorado navegou em busca de um tempo perdido diante de um presente duvidoso.

Duas questões, contudo, parecem mais definitivas. A nível particular, as eleições reproduziram práticas totalitárias, na tentativa de fazer um candidato vitorioso. Isso, tanto nas pretensões de uma adesão total a ele, como no caráter dos discursos que desqualificam ou não dão lugar a outro ... A nível geral, embora a análise do processo eleitoral seja remetida aos partidos, esse é um falso-problema. A questão que se apresenta é de significado mais amplo. Ela não está na chamada crise do sistema partidário. Situa-se na própria crise do sistema liberal, que se debate com a população, ou seja, até onde e quando poderá deixá-la fora da política.

A questão, portanto, será de como não desperdiçar recursos ou de como produzir recursos, ... aqueles de sustentação da ordem burguesa ?

## NOTAS

<sup>1</sup>OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o "welfare state" keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. Dados, 26:29-51, 1983.

<sup>2</sup>L'ordinateur électoral. Science et vie, 727:16-7, avr. 1978.

<sup>3</sup>FERNANDES, Florestan. A despolitização das eleições. Jornal do Estado, 20.11.88.

<sup>4</sup>Isto é Senhor, 23.11.00.

<sup>5</sup>LIMA, Marcelo O. Coutinho. Marketing eleitoral; para não desperdiçar recursos. São Paulo, ícone, 1988. p. 15.

<sup>6</sup>OLIVEIRA TORRES, João Camillo de. A propaganda política; natureza e limites. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1958.

<sup>7</sup>LIMA, ... p. 53.

<sup>8</sup>LEMBO, Cláudio. Poluição pre-eleitoral. Folha de São Paulo, 06.08.88.

<sup>9</sup>HATA, Cesar. Divulgar a qualquer tempo. Folha de São Paulo, 06.08.88.

<sup>10</sup>DALLARI, Dalmo de Abreu. Informação e deformação. Folha de São Paulo, 06.08.88.

<sup>11</sup>Ver, SADEK, Maria Tereza, org. Eleições 1986. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989; FIGUEIRÊDO, Ney Lima. Direto ao poder; estratégias de marketing político. Campinas, Cartigraf, 1986.

<sup>12</sup>Sobre marketing político nos Estados Unidos, ver, FIGUEIRÊDO, p. 67-143.

<sup>13</sup>FIGUEIRÊDO, ... p. 67-143.

<sup>14</sup>BARBERO, Jesus Martin. Comunicación masiva; discurso y poder. Quito, época, 1976.

<sup>15</sup>Cabe lembrar que O Estado do Paraná realizou um debate no Teatro do Paiol, em 05 de agosto, ao qual compareceram sete candidatos - Fruet, Algacl, Enéas, Airton, Claus, Nain e Macedo -, publicado no suplemento Almanaque, de 11.08.88.

#### 4 O GRAU ZERO DA HISTÓRIA:

##### AS PERVERSÕES DA POLÍTICA

O fim de uma tradição não significa necessariamente que os conceitos tradicionais tenham perdido seu poder sobre as mentes dos homens. Pelo contrário, às vezes parece que esse poder das noções e categorias cediças e purdas torna-se mais tirânico à medida que a tradição perde sua força viva e se distancia da memória do vou infcio; ela pode mesmo revelar toda sua força coerciva somente depois de vindo seu fim, quando os homens nem mesmo se rebelam mais contra ela. (Hannah Arendt, 1972).

O objetivo e a característica das "tradições", inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O "costume", nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na memória. (Eric Hobsbawm, 1984).

As obras ditas de ficção, curiosamente, reconstrõem um mundo de lendas, de fadas e duendes, de príncipes e princesas, de objetos mágicos. Sem maiores constrangimentos, aqueles que desenham os mundos do futuro, os povoam de mitos e ritos que mais se assemelham aos dos tempos medievais. E, não raramente, o sagrado e o profano se fazem representar em distantes

"florestas de Morois" ... Elementos simbólicos de uma cultura céltica, como o filtro do amor, a árvore sagrada (a aveleira) ou o instrumento de civilização (o arado) não são esquecidos. Da mãe-terra à busca da terra prometida, tudo aponta para um tempo futuro que se fundamenta no passado de nosso presente. A temporalidade cede aos propósitos de fazer do futuro um tempo novo onde o imemorável é lembrado. Sua idealização, no plano da ficção, reatualiza os mitos e as mitologias de nosso imaginário social.

Essas representações adquirem sentido justamente pela presentificação do que poderia ser dito anacronismo, o mesmo parecendo ocorrer no plano do "real". Com certeza, nada é mais anacrônico que os ritos da monarquia britânica. Contudo, nada é mais contemporâneo que eles para os ingleses. Suas "tradições" os distinguem dos demais povos, e, nelas repousam os elementos constitutivos da ordem social inglesa. O ritual monárquico representa a permanência e a continuidade de sua história, que parece perder-se nos tempos imemoráveis do rei Arthur e seus cavaleiros, do santo Graal, de Excalibur e da Magna Carta. Pouco importa que as casas dinásticas tenham mudado e que a atual casa de Windsor nada tenha a ver com os Hanôver, Stuart ou Tudor. Nem mesmo que a sucessão dinástica tenha sido interrompida pela "Commonwealth"; basta lembrar que a República de Cromwell não impediu a volta de outro Stuart, Carlos II.

A importância da monarquia britânica, naquilo que ela representa da essência de uma tradição, como lembra David Cannadine, constitui, talvez, uma das maiores "invenções"

inglesas.<sup>4</sup> Segundo o autor, não raras eram as críticas à realeza nas primeiras décadas do século XIX, cujo prestígio atingiu seu ponto crítico no longo reinado da rainha Vitória (1837-1901), especialmente entre os anos 60 e 80. Dos movimentos revolucionários de 1848 à Comuna de Paris (1871), por exemplo, a Europa via-se abalada pelos ventos de uma nova ordem. A própria Inglaterra já havia sofrido os efeitos dos movimentos luddistas, isto é, dos "quebradores de máquinas", no início do século. Um governo desconhecido, uma monarquia sem conteúdo ou um rei sem prestígio poderiam ser o convite à agitação social. Especialmente numa Londres onde a miséria corria solta.

Não foi, pois, sem motivo que a partir dos anos 70 ocorreu uma mudança fundamental na imagem pública da monarquia britânica: a idéia de poder foi substituída pela de popularidade. As cerimônias passaram a ser cuidadosamente planejadas e, da música aos carros, tudo ganhou um significado nessa ritualização. Cada data ou evento assumiu um caráter grandioso e, do Jubileu de Diamante do reinado de Vitória ao funeral de Eduardo VII, o cerimonial foi pensado como forma de realçar a posição do chefe de estado. O desenvolvimento da tecnologia, por sua vez, contribuiu para a produção de marcas anacrônicas e suntuosas que diferenciavam os monarcas dos demais indivíduos. Enquanto os carros ganhavam as ruas de Londres, por exemplo, as carruagens reais assumiam um esplendor romântico que não tinham nas décadas anteriores, quando muitos usavam os mesmos meios de locomoção e, não raramente, até mais suntuosos que os do rei. Para completar,

no final do século, desde que Vitória tornou-se imperatriz da Índia, as grandes datas reais assumiram um caráter imperial. Constituíam-se, pois, em simulacros da grandiosidade de um império, no qual o sol nunca se punha.

O ritual monárquico garantia, assim, a aparência de uma continuidade e segurança, a despeito das mudanças, conflitos e crises. Nele repousava a certeza da permanência de tradições inabaláveis (...) que, para além do consenso, reafirmavam simbolicamente a grandiosidade de uma nação. Por outro lado, cumpre entender que, enquanto outros povos optaram por rupturas no processo político para garantir seu devir histórico, os ingleses fizeram um percurso contrário. Ou seja, a construção do "moderno", do "industrial" e do "contemporâneo" foi assegurada pela permanência de suas instituições e reconstrução de um mesmo imaginário. Curiosamente, o "novo" fez-se no "velho", não aquele envelhecido pelo tempo mas sim na "tradição inventada". Inventada até na tradição de um documento que nunca existiu - a Magna Carta - mas que nem por isso deixou de garantir os direitos naturais.

Não surpreende, pois, que a história inglesa, ao par das mudanças ocorridas nos tempos modernos e contemporâneos, não seja caracterizada por rupturas. As mudanças aparecem, como acentua Hobsbawm, no interior da representação da autoridade do precedente, capaz de assegurar a continuidade histórica. Mesmo a proclamação de "Bill of Rights" (1689) não pode ser tomada como uma ruptura em seu sentido pleno. Ela marcou o fim do absolutismo real e garantiu ao Parlamento a

elaboração das leis. O parlamentarismo inglês, antecipando-se em um século ao dos demais países europeus, assegurou a permanência da monarquia, mesmo subtraindo competências reais. Respeitou-a nas suas atribuições de chefia de estado. E, foi a partir da idealização do mito desse chefe que se produziu um dado rito do poder. Ou seja, o soberano, e fundamentalmente ele, expressa a soberania da nação. Nada, portanto, mais atual que os anacronismos dessa monarquia ...

Pretender recuperar esses elementos na história brasileira é, no entanto, uma tarefa pouco grata. Nossa história tem sido apresentada numa sucessão de marcos cronológicos consagrados, cada qual representativo de uma "nova era". Da Independência à Nova República, tudo parece apontar para um tempo novo que nega o anterior. A República, por exemplo, coloca-se como o rompimento definitivo com as heranças coloniais. Porém, não foi uma só. Ora foi apresentada como "Velha", ora como "Nova", isso para não dizer da "Novíssima", ou seja, daquela que antes de ser República, já era "Nova". Entre elas, temos dois regimes ditatoriais, constituídos tão somente pelos propósitos de superar situações anárquicas ... O primeiro contou com o "pai dos pobres"; o segundo, com a "Marcha da família, com Deus, pela Liberdade"...

Cada um desses marcos aponta um futuro pleno de realizações, elaborado num presente de propósitos. E, não poucas vezes, esse presente se instrumentaliza numa vocação já esboçada no passado. Logo, como duvidar que "(....) a importância das datas decorre, não tanto de uma transformação



evidente, mas principalmente de uma intenção transformadora vitoriosa", como sugere Maria Stella Besciani ?<sup>2</sup>

Ou seja, por ocasião do esgotamento das possibilidades vislumbradas num tempo anterior, surgem as condições de um verdadeiro ajuste de contas. Nesse ajuste, lembrando Barthes, a história acaba sendo reduzida ao grau zero !

A escrita atravessou (...) todos os estados de uma solidificação: primeiro objeto de um olhar, depois de um fazer, e finalmente de um assassinio, ela atinge hoje uma última transformação, a ausência: nestas escritas neutras, a que chamamos aqui o "grau zero da escrita", podemos discernir facilmente o próprio movimento de uma negação e a incapacidade para o realizar numa duração (...). (Roland Barthes, p. 13).

Produzir o grau zero da história significa negar um passado tal qual ele se realizou, é transcender a hereditariedade. A abolição da escravatura, por exemplo, dá-se por ocasião do próprio esgotamento desse sistema de trabalho. Ela busca simbolizar a redenção do trabalho, naquilo que ele tem de essencial e positivo. O trabalho não mais poderia estar associado a uma idéia de escravidão, como até então o fôra. "Todo o movimento abolicionista - conforme Besciani - se dedicou (...) a elaborar um mito. Qual seja o de que se exorcizara o mal e a perversão contidos na escravidão através de um ritual que cumprira a determinação de eliminar as figuras maléficas do senhor e do escravo, apresentando no final esses mesmos homens ressurretos na forma pura de homens livres e iguais entre si." O 13 de maio acabou sendo o marco da promoção do trabalho, da mesma forma que o 15 de novembro

pretendeu garantir um novo conteúdo "político" à administração do país.

A perversão parece residir na idéia de que para assegurar o avanço do "trem do progresso" urge, de tempos em tempos, tomar uma nova linha ... Não estaria aqui a pista de uma tradição que costumamos negar? Ou seja, nas negações da história arquitetava-se uma história de negações.

A periodização encerra, assim, a armadilha da história, a artimanha da política. É pela argumentação que o discurso instituiu uma determinada representação da política, capaz de anular outras alternativas. É na economia de discursos que se produzem os efeitos de verdade, que se asseguram as marcas do instituído. A estratégia dos recortes anula os elementos de contradição e a possibilidade de outras alternativas políticas. Nesse sentido, a República e as Revoluções de 30 e 64 não exemplaram. Ao reconstituírem a imagem do período anterior, fundamentam a legitimidade do presente pela representação do passado ...

A República se auto-representa numa idéia de Império; a Revolução de 30, na de República Velha; a Revolução de 64, na de República Nova. Ao mesmo tempo, apostam na idéia do tempo novo que, enquanto tal, é singular. O Estado Novo expressa a noção que o antigo era ruim, insuficiente, incapaz; portanto, diz-se novo. A Nova República, idem. Vê-se aqui, por exemplo, que o novo zera a história ao mesmo tempo que anistia o passado.

Apreender, historicamente, a política implica superar a dicotomia essência/aparência, a idéia de que há um lugar do

real que se oculta nas representações. O real é a própria representação. O real se constrói. A história só existe na produção dos discursos de verdade e, tanto a parte oculta do discurso quanto da prática - na metáfora do iceberg - são inseparáveis da sua parte emersa. A prática se impõe da mesma forma que o soberano e o leão reinam, sem que para isso tenham de pensar o que são. São, simplesmente, o que são. Na aparência de ambos, está a mais pura essência. "Os fatos humanos - revendo Paul Veyne - são arbitrários, (...) não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer os percebem."<sup>4</sup> Assim, enquanto perguntamos por que o soberano e o leão reinam, eles o fazem sem perguntar por quê.

Temos, pois, que nem todas as histórias, em suas mudanças, fazem o ponto zero. Temos também que, no nosso representações políticas têm sido constituídas a partir de uma lógica perversa de anistia, capaz de inocentar tudo, a investigação das permanências deve ultrapassar as artimanhas da periodização, dos marcos cronológicos. Vejamos nossa experiência partidária. Ao dizer que nossos partidos políticos não têm permanência, pois são feitos e desfeitos a toda hora, caímos na armadilha da representação da mudança. Ou seja, na perversão da política, acabamos por dizer o que ela quis dizer, mesmo sem tê-lo dito. Elaborando a crítica aquém da cronologia histórica, deixamos de dizer das outras formas de representação da permanência.

Dos exemplos possíveis, tomemos a Aliança Democrática, um modelo de engenharia política, constituída por Tancredo Neves, em torno de sua candidatura à Presidência da República. Primeiro, como já foi dito, silenciava sobre o modelo republicano e apresentava-o travestido de novo, mesmo sem explicitar no quê. Segundo, essa Aliança parecia explodir todos os partidos pois, enquanto candidatura supra-partidária, a transição subordinava-os na idéia da defesa das instituições democráticas. A dança das siglas já vinha num compasso frenético. Dos quadros do PDS surgiam os do PFL e do PP que, vendo-se inviabilizado, agregava-se ao PMDB para vencer o PDS. Este, por sua vez, vinha de uma tentativa de aliança com o PTB ... Com Tancredo, todas as siglas foram arrebentadas e a Aliança Democrática mais uma vez produziu o zero da história, projetando um futuro que se autoconcebia na negação do passado.

Após um certo tempo, o mesmo PDS apresentava-se como renovado. Era uma espécie de phoenix que precisou morrer para renascer de suas própria cinzas. E, não esqueçamos, as cinzas remetem ao fogo, que remete à purificação. Nascia, pois, novo e imaculado. Também, cabe lembrar, que a frase "O único partido que não votou em Sarney", adotada pelo PT nas eleições de 1988, inocentava o partido dos desacertos da Nova República. Enquanto o PDS diz-se purificado das manchas do passado, o PT diz-se inocente do engodo político que representou aquela Aliança. Dessa forma, descompromissados de um passado recente, habilitavam-se para construir o futuro. O que talvez não tenha sido dito é que todos os partidos

envolvidos na Aliança Democrática enterraram a idéia da Nova República. Ao repudiarem a sua materialização na figura do governo Sarney, cumpriram um outro ato de purificação. Purificados, todos voltam a se habilitar à construção de um novo futuro, à aventura da modernidade. Nela está a promessa da transformação, do crescimento e da alegria, mesmo que ameace - lembrando Marshall Berman - "(....) destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos."<sup>3</sup>

Nesse processo permanente de (re)habilitação político-eleitoral, vê-se que, não raramente, as campanhas são postas em termos da imagem do marco inicial - a de 1989 talvez mais que as anteriores ... E o presente se constrói a partir de uma idéia de passado que projeta o futuro. Ainda que a história tenha mostrado que a tragédia do tio possa voltar na farsa do sobrinho, a lição não foi de toda aprendida ... Mecanicamente, recupera-se no passado os "guias" que possam autorizar a invenção do futuro. O presidenciável Ulysses Guimarães apóia-se no mito de Tancredo Neves; Leonel Brizola, no de Getúlio Vargas; Ronaldo Caiado, no de Juscelino Kubitschek ... Estaria faltando tradição em nosso jogo político-partidário ?

Enquanto isso, o discurso do presidente Sarney distancia-se da idéia de um governo de realizações e assume a da transição. Aqui, busca garantir um sentido efetivo ao seu governo, que tantas vezes zerou a economia e, agora, tenta o mesmo na política. Mais uma vez estão postos os elementos argumentativos que virão constituir a tecitura de nossas representações do real.

E os partidos políticos, como ficam ? Temos, como Claus Offe, que o sistema partidário vem esgotando suas condições para conciliar o capitalismo e a política de massas, sendo, gradativamente, substituído por outras formas de participação e representação política.<sup>4</sup> Temos, também, que esse esgotamento está na razão inversa dos limites do capitalismo e da democracia, os quais vêm dando provas de sua capacidade de resistir às ameaças. Desde o final do século XIX, as classes dominantes compreenderam que a democracia parlamentar era compatível com os interesses capitalistas. As experiências totalitárias desse século não abalaram o otimismo democrático. Pelo contrário. "A democracia burguesa - conforme Hobsbawm - renasceu das próprias cinzas em 1945, permanecendo, desde então, o sistema favorito das sociedades capitalistas, quando suficientemente fortes, economicamente prósperas e socialmente não-polarizadas ou divididas para permitir-se a adoção de um sistema tão vantajoso."

E os partidos políticos, novamente, como ficam ? Dizê-los inteiramente eclipsados por outras formas de representação política é desconhecer, por exemplo, o papel que representam em regimes parlamentaristas europeus. Através deles, os acordos para sustentação dos governos vêm sendo costurados. Não raramente, confundem-se com a própria tradição política recente de alguns países. Nesse sentido, nada mais exemplar que o Comunista italiano ou o Trabalhista inglês, velhos de décadas e novos de vigor. Por outro lado, os partidos têm procurado trazer para o seu interior as demandas sociais, pretendendo se fazer canal de reivindicações. Ou então, por

motivos diversos, os grupos de pressão, nascidos na defesa de interesses específicos, acabam por se representar politicamente na forma de partidos, como diversos movimentos ecológicos. Essa, talvez, seja uma nova forma política de existência partidária.

E, finalmente, os partidos políticos brasileiros, como ficam? Primeiros, seus limites estariam no personalismo? Terá havido algo mais personalista que Ronald Reagan ou Margareth Teatcher na vida partidária norte-americana e inglesa sem, contudo, tê-la desautorizada? Segundo, falta-lhes tradição? Caindo na armadilha dos marcos cronológicos, poderíamos dizer sim. Bastaria recorrer à observação das siglas partidárias nas representações da ordem republicana. A disputa PTB-PSD-UDN cedeu à ARENA-MDB que, curiosamente, cedeu à PMDB-PMDB. Sim, porque num momento de rearranjos políticos, seu maior opositor não os próprios peemedebistas (ou ex-peemedebistas), embora o partido insista em dizer que as disputas internas são um exercício de democracia ...

A história política brasileira consegue fazer da soberania ou das forças armadas, por exemplo, coisas existentes e que garantem a idéia de permanência. Quanto aos partidos, realiza caminho inverso, diluindo-os nos marcos cronológicos. Resta, contudo, saber se esses marcos diluem algo além das siglas partidárias; se eles não estão a produzir o acontecimento de que os partidos não existem. Dado que partido não é nomenclatura, sua forma de existir não seria dizer não existir?

Mais uma vez, em nome do discurso da ruptura, não estaria sendo produzida a permanência? Pensando em termos de uma cultura partidária, a sigla coloca-se como a forma de refazer a aparência. A tradição, portanto, não está na sigla mas sim no próprio jogo partidário, que garante o seu acontecimento ao impedir que outros sejam produzidos. Logo, a forma de entender que há partidos políticos parece estar na abstração das nomenclaturas e na compreensão da nossa cultura partidária, que é essa e não outra. Ou seja, é na ruptura que se produz a tradição partidária.

O jogo eleitoral, por sua vez, coloca-se menos como um acontecimento da política e mais como da "mass media". Esta é capaz de dominar o espaço político e de produzir um acontecimento para si, que é a-temporal, pois a eleição começa e acaba em si mesma. A "mass media" fragmenta o político, remetendo-o à política da "mass media", e mitologiza o social. Nesse sentido, aposta na idéia de modernidade, na busca de um futuro feliz. As decisões eleitorais são levadas ao campo publicitário, que as trata como possíveis formas de consumo. Os eleitores/consumidores, mesmo duvidando dos apregoados benefícios, talvez suponham que suas vidas se lhes tornem intoleráveis, como lembra Adorno, "(...) tão logo não mais se agarrem a satisfações que, na realidade, não o são."<sup>8</sup>

As eleições municipais de 1988 exemplificam esses comentários. Os partidos chegaram a ser tomados como se não existissem e, junto aos candidatos, foram submetidos às práticas totalitárias de uma propaganda (de consumo). Elas desligaram-nos do presente para lembrar ao eleitor das ameaças



do futuro, pela volta dos homens do passado; ou para dizer que somente fará (futuro) aquele que já o fez (passado).

Os discursos apostaram, invariavelmente, na idéia de construção de um tempo novo, mesmo que para isso fosse preciso romper (com o governo do PMDB) para garantir a permanência (a de Curitiba como uma cidade feliz). O jogo eleitoral encerra, pois, as artimanhas da política. Ao mesmo tempo, no jogo da política, não estão as artimanhas da história?

## NOTAS

<sup>1</sup>CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a 'invenção da tradição', c. 1820 a 1977. In: HOBBSBAM, Eric e RANGER, Terence, org. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 111-74.

<sup>2</sup>BRESCIANI, Maria Stella. As voltas de um parafuso. Cadernos de história, 2:7-20, 1978. p. 10.

<sup>3</sup>\_\_\_\_\_. História: conceito e obra. Ciência e cultura, 30(7):805-12, jul. 1978. p.810.

<sup>4</sup>VEYNE, Paul. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília, UNB, 1982. p. 151-2.

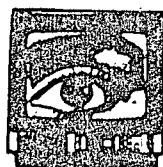
<sup>5</sup>BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1985. p. 15.

<sup>6</sup>Ver, OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o 'welfare state' keynesiano; fatores de estabilidade e desorganização. Dados, 26(1):29-51, 1983.

<sup>7</sup>HOBBSBAM, Eric. A era dos impérios; 1875-1914. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 161.

<sup>8</sup>ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: GRANDES cientistas sociais. Theodor W. Adorno. São Paulo, Ática, 1986. p. 96.

**ILUSTRAÇÕES**



# De olho na tevê

## ATÉ ODETE ROITMAN

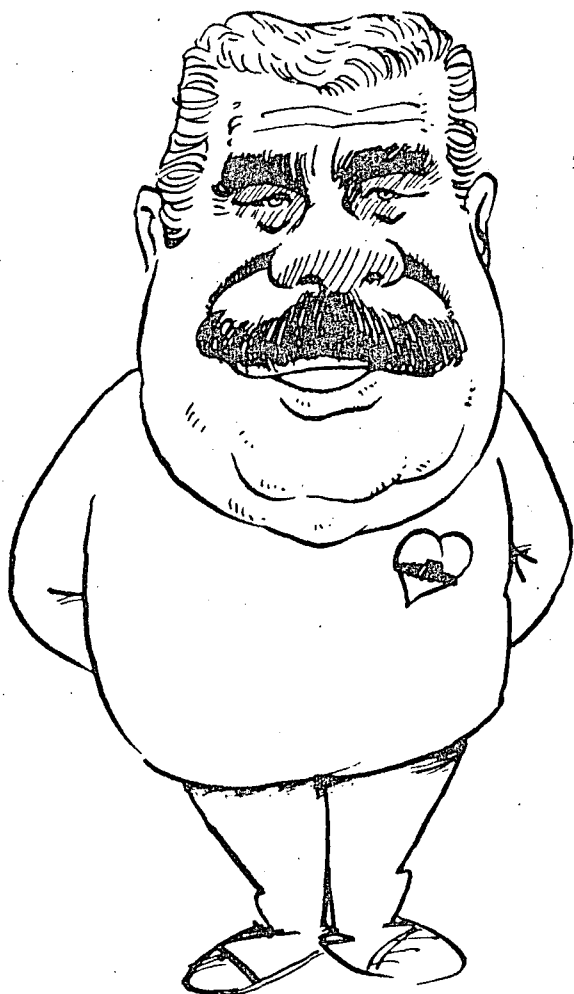
### APOIA LERNER



LEIA & MEDITE

A vingança dos 5 anos

# SARNEY APÓIA LERNER



Depois de receber (\$\$) apoio de banqueiros, latifundiários do asfalto, de donos de supermercados e de notórios grupos interessados na exploração do povo, o prefeito da ditadura, Jaimes Lerner, recebe mais uma adesão de "peso". Nada mais nada menos do que Sarney.

Todos farinha do mesmo saco. Não esqueça: Mauricio Fruet foi contra os 5 anos de mandato de Sarney.

Agora, vem o troco. Lerner é Sarney, Sarney é Lerner.

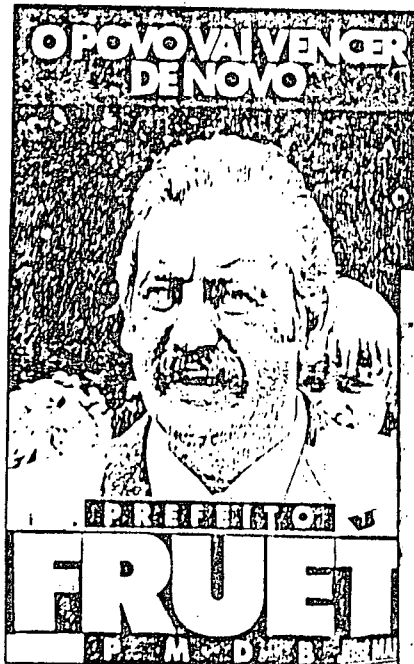
PRESIDENTE DÁ O TROCO EM FRUET

(fig. 3)

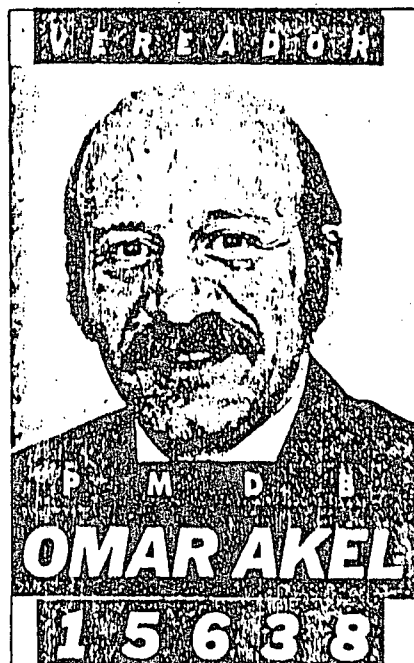
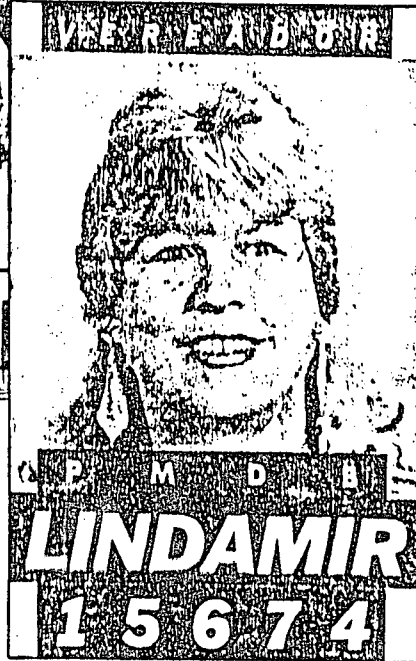
VEREADOR  
**FABIANO  
JUNIOR**  
25614

(fig. 4)

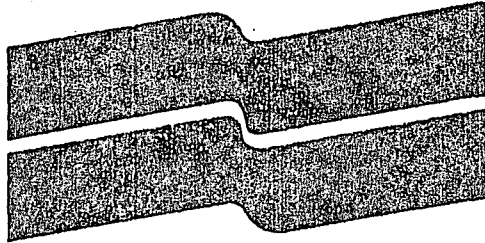
**MICTÓRIOS PÚBLICOS**  
CURITIBA PRECISA VOLTAR A SORRIR! **PEDRO LAURO**  
VEREADOR



(fig. 5)



# FRENTE POPULAR DE CURITIBA



O POVO VAI VENCER DE NOVO

(fig. 6)

PARA PREFEITO	PARA VEREADOR
NONONONONONO	<b>CARLOS ALBERTO</b> <small>NOME DO CANDIDATO</small>
NONONONONONONONO	
NONONONONONO	OU <b>41.666</b> <small>NÚMERO DO CANDIDATO</small>
NONONONONONO	PARA VOTAR SÓ NA LEGENDA, ASSINALE ABAIXO COM X O PARTIDO
<input type="checkbox"/> NONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> MAURÍCIO ROSLINDO FRUET	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONO	

PARA PREFEITO	PARA VEREADOR
NONONONONONO	<b>Marlene Mero</b> <small>NOME DO CANDIDATO</small>
NONONONONONONONONONO	
NONONONONONO	OU <b>22.650</b> <small>NÚMERO DO CANDIDATO</small>
NONONONONONO	PARA VOTAR SÓ NA LEGENDA, ASSINALE ABAIXO COM X O PARTIDO
<input type="checkbox"/> NONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> MAURÍCIO ROSLINDO FRUET	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONO	

PARA PREFEITO	PARA VEREADOR
NONONONONONO	<b>Emilio Lima</b> <small>NOME DO CANDIDATO</small>
NONONONONONONONONONONO	
NONONONONONO	OU <b>15.690</b> <small>NÚMERO DO CANDIDATO</small>
NONONONONONO	PARA VOTAR SÓ NA LEGENDA, ASSINALE ABAIXO COM X O PARTIDO
<input type="checkbox"/> NONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/> MAURÍCIO ROSLINDO FRUET	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONONONONO	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> NONONONONONONO	

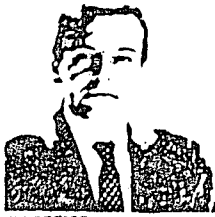


# POR QUE TANTO ÓDIO, MEU DEUS?

Maurício Fruet  
tem se perguntado:  
por que tanto ódio  
nessa campanha?  
Leia nas páginas  
seguintes. E medite.



Em 15 de novembro, faça um "X" no quadrinho certo  
3º quadrinho X Enéas.



PREFEITO  
**ENÉAS**  
VICE  
**ERVIN**

O PMDB já está governando o Brasil há seis anos. Já são seis anos de desgoverno, de inflação, de demagogia. Seis anos de uma política econômica que empurrou o país para o abismo, empobreceu os brasileiros, piorou a vida de nós todos. Se o candidato do PMDB voltar para a Prefeitura de Curitiba estaremos permitindo que esses mesmos homens, que tanto têm enganado nossa gente, continuem mandando no País. É isso que você quer? Se não quer, mude a situação conosco. Curitiba é o ponto de partida. Só mudando aqui conseguiremos mudar lá em cima.  
Enéas, Prefeito. Porque não se engana o povo de novo.

(fig. 8)

2ª dobra

a Prefeito

Para Vereador  
*Palhano*

Nome do Candidato  
ou  
Número do Candidato **14.603**

Para votar na sua legenda, marque o quadrinho certo com um "X" no Partido

PDS	PDT	PT	PTB	PMDB
<input type="checkbox"/> 11	<input type="checkbox"/> 12	<input type="checkbox"/> 13	<input checked="" type="checkbox"/> 14	<input type="checkbox"/> 15
PPB	PDC	PMC	PH	PSC
<input type="checkbox"/> 16	<input type="checkbox"/> 17	<input type="checkbox"/> 18	<input type="checkbox"/> 19	<input type="checkbox"/> 20
PL	PSB	PSDB	PPA	PR
<input type="checkbox"/> 22	<input type="checkbox"/> 23	<input type="checkbox"/> 24	<input type="checkbox"/> 25	<input type="checkbox"/> 26
PR	PSB	PSD	PV	
<input type="checkbox"/> 36	<input type="checkbox"/> 40	<input type="checkbox"/> 41	<input type="checkbox"/> 43	

ENÉAS FARIA

Não se engana o povo de novo.

PREFEITO  
**ENÉAS FARIA.**

VICE ERVIN BONKOSKI

União de Oposição




(fig. 9)

**VEREADOR** **PTB**

**JOAQUIM CÂNDIDO**

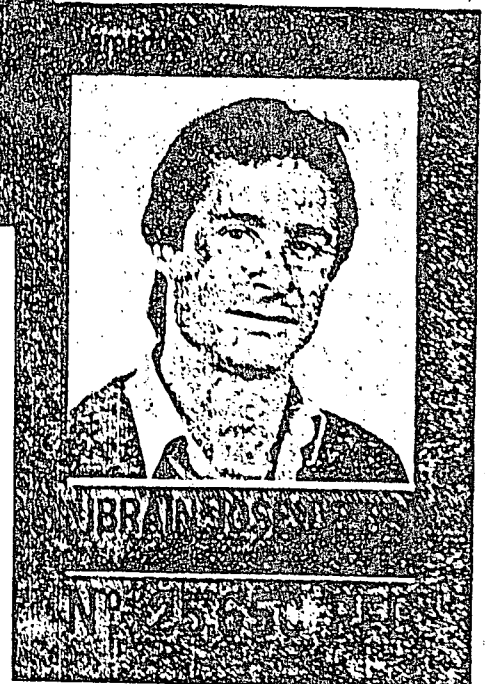
Ponha preto no branco.

**14.693**





(fig. 10)



O Partido dos Trabalhadores não pretende simplesmente mudar o prefeito.

Nós propomos mudar a prefeitura.

Mudar seus objetivos e métodos, para que eles passem a beneficiar o trabalhador e não os figurões.

Nossa proposta não é meramente administrativa e eleitoral.

Queremos que a Prefeitura passe a ouvir realmente a população assalariada, organizada em suas entidades de classe, e nos Conselhos Populares, que farão a ligação efetiva entre os moradores e a administração municipal.

E com a real participação popular que o povo irá fazer valer suas reivindicações e atender suas necessidades para uma vida digna, com a melhoria das condições gerais de moradia, saneamento, transporte, saúde, educação, abastecimento, cultura e lazer para todos os trabalhadores e familiares.

Não é apenas com o voto que se participa da construção de um Brasil melhor.

Nossa proposta é a de uma prefeitura em que os Conselhos Populares vejam o orçamento municipal, democratizando as informações para que o povo passe a controlar a aplicação de seu próprio dinheiro.

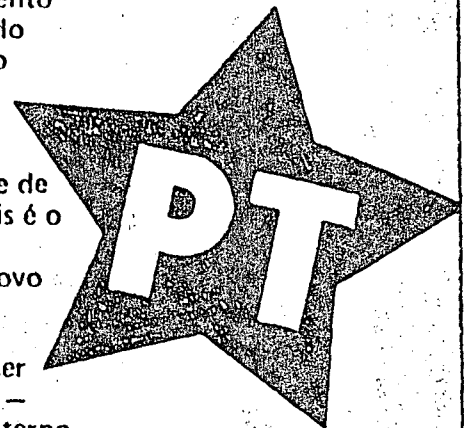
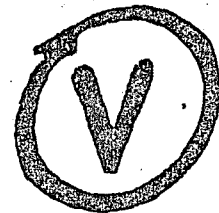
O esquema do Sarney e de seus seguidores municipais é o de continuar a enganação e o descaso para com o povo brasileiro.

Nossa proposta é para acabar com isso e favorecer o trabalhador assalariado — base de nosso mercado interno — verdadeiro construtor das riquezas do País.

**CLAUS  
PREFEITO  
GIL  
VICE**



13.901



(fig. 12)

Dia 30 de Abril  
Sabado 21 horas

FEST



fórrórockbaiãoxaxédobregaVirhosalgada:

---

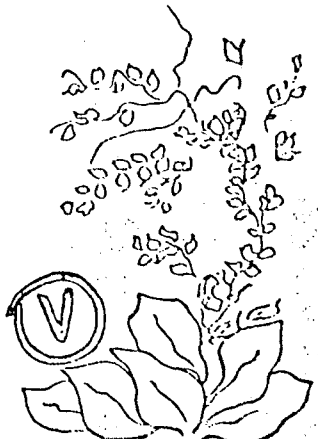
"Há muito tempo que sai de casa  
Há muito tempo que cai na estrada  
Há muito tempo que eu estou na vida  
Foi Assim que eu quis  
E Assim eu sou feliz..." (Gonzaguinha)

LOCAL: Av. Erasto Gaertner 2311  
Brachery - Fone 256 C328  
(casa do Aloísio) R\$ 200,00

(fig. 13)

Venha tomar uma deliciosa  
sopa, curtir um ambiente  
alto astral e desfrutar da  
companhia de pessoas inte-  
ressantes.

Dia - 08-10  
Local - Casa Lahn Americana  
End. - Rua Fco. Soremim 228  
R\$ 300,00



(fig. 14)

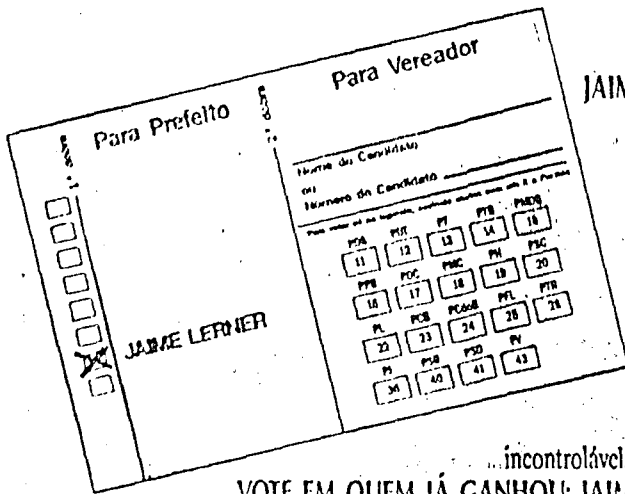
<p>Para Prefeito</p> <p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> JAIME LERNER <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>	<p>Para Vereador</p> <p><i>Rogério Santos</i> Nome do Candidato</p> <p>ou</p> <p><b>25.676</b> Número do Candidato</p> <p>Para votar só na legenda, assinale abaixo com X o Partido</p> <table border="1"><tr><td>PDS</td><td>PDT</td><td>PT</td><td>PTB</td><td>PMDB</td><td>PPB</td><td>PCB</td><td>PMK</td></tr><tr><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr><tr><td>PH</td><td>PSC</td><td>PF</td><td>PCB</td><td>PCdoB</td><td>PFL</td><td>PMB</td><td>PTB</td></tr><tr><td>19</td><td>20</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>26</td><td>28</td></tr><tr><td>PASADT</td><td>PCN</td><td>PMN</td><td>PJ</td><td>PSB</td><td>PSD</td><td>PSP</td><td>PV</td></tr><tr><td>30</td><td>31</td><td>33</td><td>36</td><td>40</td><td>41</td><td>42</td><td>43</td></tr><tr><td>PRP</td><td>PSBD</td><td>PTN</td><td>PNAB</td><td>PHA</td><td>PHN</td><td>PS</td><td></td></tr><tr><td>44</td><td>45</td><td>46</td><td>47</td><td>48</td><td>49</td><td>50</td><td></td></tr></table>	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PPB	PCB	PMK	11	12	13	14	15	16	17	18	PH	PSC	PF	PCB	PCdoB	PFL	PMB	PTB	19	20	22	23	24	<input checked="" type="checkbox"/>	26	28	PASADT	PCN	PMN	PJ	PSB	PSD	PSP	PV	30	31	33	36	40	41	42	43	PRP	PSBD	PTN	PNAB	PHA	PHN	PS		44	45	46	47	48	49	50	
PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PPB	PCB	PMK																																																										
11	12	13	14	15	16	17	18																																																										
PH	PSC	PF	PCB	PCdoB	PFL	PMB	PTB																																																										
19	20	22	23	24	<input checked="" type="checkbox"/>	26	28																																																										
PASADT	PCN	PMN	PJ	PSB	PSD	PSP	PV																																																										
30	31	33	36	40	41	42	43																																																										
PRP	PSBD	PTN	PNAB	PHA	PHN	PS																																																											
44	45	46	47	48	49	50																																																											

<p>Para Prefeito</p> <p><input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> JAIME LERNER <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/></p>	<p>Para Vereador</p> <p><i>Pizzatto</i> Nome do Candidato</p> <p>ou</p> <p><b>25.653</b> Número do Candidato</p> <p>Para votar só na legenda, assinale abaixo com X o Partido</p> <table border="1"><tr><td>PDS</td><td>PDT</td><td>PT</td><td>PTB</td><td>PMDB</td><td>PPB</td><td>PCB</td><td>PMK</td></tr><tr><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>14</td><td>15</td><td>16</td><td>17</td><td>18</td></tr><tr><td>PH</td><td>PSC</td><td>PF</td><td>PCB</td><td>PCdoB</td><td>PFL</td><td>PMB</td><td>PTB</td></tr><tr><td>19</td><td>20</td><td>22</td><td>23</td><td>24</td><td><input checked="" type="checkbox"/></td><td>26</td><td>28</td></tr><tr><td>PASADT</td><td>PCN</td><td>PMN</td><td>PJ</td><td>PSB</td><td>PSD</td><td>PSP</td><td>PV</td></tr><tr><td>30</td><td>31</td><td>33</td><td>36</td><td>40</td><td>41</td><td>42</td><td>43</td></tr><tr><td>PRP</td><td>PSBD</td><td>PTN</td><td>PNAB</td><td>PHA</td><td>PHN</td><td>PS</td><td></td></tr><tr><td>44</td><td>45</td><td>46</td><td>47</td><td>48</td><td>49</td><td>50</td><td></td></tr></table>	PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PPB	PCB	PMK	11	12	13	14	15	16	17	18	PH	PSC	PF	PCB	PCdoB	PFL	PMB	PTB	19	20	22	23	24	<input checked="" type="checkbox"/>	26	28	PASADT	PCN	PMN	PJ	PSB	PSD	PSP	PV	30	31	33	36	40	41	42	43	PRP	PSBD	PTN	PNAB	PHA	PHN	PS		44	45	46	47	48	49	50	
PDS	PDT	PT	PTB	PMDB	PPB	PCB	PMK																																																										
11	12	13	14	15	16	17	18																																																										
PH	PSC	PF	PCB	PCdoB	PFL	PMB	PTB																																																										
19	20	22	23	24	<input checked="" type="checkbox"/>	26	28																																																										
PASADT	PCN	PMN	PJ	PSB	PSD	PSP	PV																																																										
30	31	33	36	40	41	42	43																																																										
PRP	PSBD	PTN	PNAB	PHA	PHN	PS																																																											
44	45	46	47	48	49	50																																																											

(fig. 15)

# JAI ME JÁ GANHOU

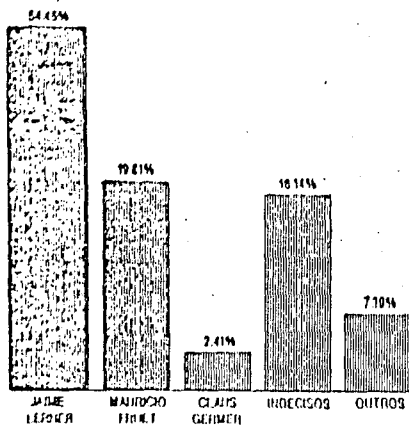
(TODAS AS PESQUISAS GARANTEM)



As pesquisas são unânimes:  
**JAI ME LERNER JÁ GANHOU.**  
 A "Folha de São Paulo", o Instituto Bonilha e o Ibope/Rede Globo demonstram claramente que não há erro, não há dúvida, os curitibanos vão votar maciçamente em **JAI ME**. É como uma avalanche,

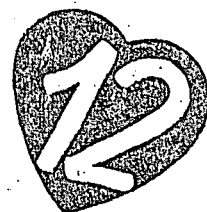
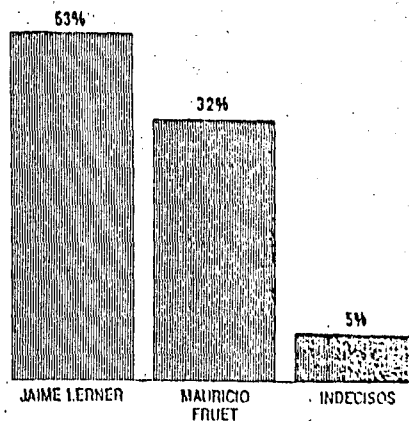
...incontrolável. **NÃO PERCA SEU VOTO.**  
**VOTE EM QUEM JÁ GANHOU: JAI ME LERNER. NÚMERO 12.**

INSTITUTO BONILHA



SEGMENTO	TOTAL
ANTÔNIO MACEDO	0.75%
CLAIJS GERMER	2.41%
ELIURA TIPIA	0.30%
JAI ME LERNER	54.45%
MAURICIO FRUET	19.81%
MAIARI AKEL	0.00%
OSVALDO BUSKEI	0.15%
TEODORO MENDONÇA	0.15%
RELIQUIA	4.37%
VALERIA BRANCO	0.15%
ATUALIZA VOTO	1.21%
NÃO IRÁ VOTAR	0.30%
NÃO SABEREMO DECIDIR	16.14%
OUTROS	7.19%
TOTAL	100.00%

PESQUISA IBOPE/REDE GLOBO



# PESQUISA GARANTE: JAIME É O PREFEITO

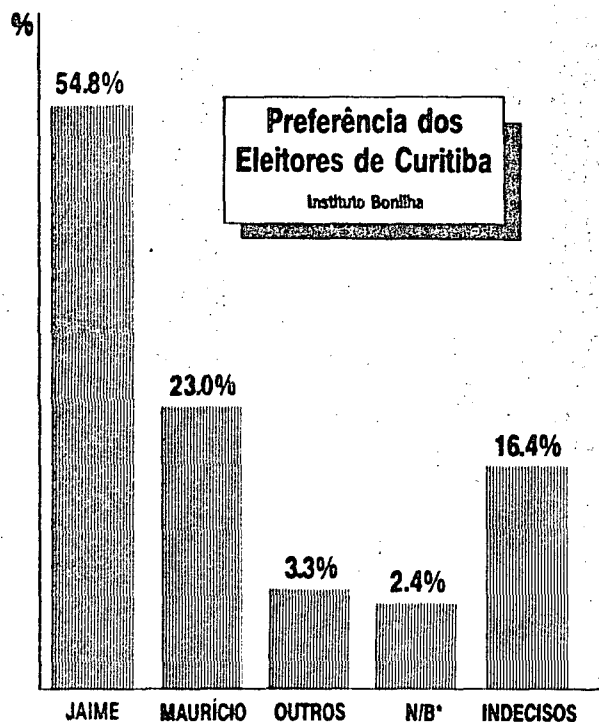
Não tem erro. Não há mais dúvida. **JAIME LERNER** é o Prefeito de Curitiba. Em pesquisa realizada nos últimos dias 6 e 7, pelo Instituto Bonilha, respeitado pelo próprio PMDB por ter sido o responsável pelas pesqui-

sas das últimas eleições, revelou que **JAIME LERNER** está com 54,8% da preferência do eleitorado de Curitiba. Maurício Fruet está com apenas 23,0% e Claus Germer com 2,4%. Portanto, **JAIME** tem mais que o dobro do

eleitorado curitibano a seu favor. É uma virada histórica, sem paralelo. O Prefeito de Curitiba é **JAIME LERNER**.

Segundo o Instituto Bonilha, na classe A/B, **JAIME** tem 64,7% do eleitorado e Fruet só 14,7%. Na classe C/D, **JAIME** está com 48,0% das preferências, enquanto Fruet tem 28,6%. Em todas as frentes ou segmentos pesquisados bate o **CORAÇÃO CURITIBANO**. No eleitorado

masculino o resultado é de 55,7% a 21,0% em favor de **JAI-ME** e no feminino é de 53,9% a 20,1%, enquanto entre os curitibanos de 30 a 69 anos, o resultado é de 54,8% a 23,0%. No levantamento feito, o mais incrível é o nível de rejeição do candidato do PMDB, Maurício Fruet. Ele é rejeitado por 21,6% dos eleitores, o mesmo índice da candidata Eliria Tim. **JAIME** tem 3,0% de rejeição.



## CURITIBA - NOV/88 REJEIÇÃO POR CANDIDATOS SEGUNDO CLASSE SOCIAL, SEXO E FAIXA ETÁRIA

SEGMENTO	A/B
A. CORDEIRO	2,71%
J. LERNER	3,01%
A. MACEDO	0,30%
C. GERMER	1,81%
E. TIMM	21,69%
E. FARIA	8,73%
M. FRUET	21,69%
N. AKEL	3,92%
O. BUSKEI	5,12%
T. MENDONÇA	5,72%
NENHUM	5,72%
NÃO SABE	19,58%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

## CURITIBA - NOV/88 PREFERÊNCIA POR CANDIDATOS SEGUNDO CLASSE SOCIAL, SEXO E FAIXA ETÁRIA

SEGMENTO	TOTAL
J. LERNER	54,80%
A. MACEDO	0,49%
C. GERMER	2,46%
E. TIMM	0,12%
M. FRUET	23,03%
N. AKEL	0,00%
O. BUSKEI	0,12%
T. MENDONÇA	0,12%
NENHUM	3,82%
VOIARÁ BRANCO	0,62%
ANULARÁ VOTO	1,72%
NÃO IRÁ VOTAR	0,12%
NÃO SABE	12,56%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>





LEIA & MEDITE



POR  
QUÊ  
ALGACI

AIRTON



E ENÉAS



TRAÍRAM SEUS ELEITORES  
PARA APOIAR JAIME LERNER

**TABELAS**

TABELA 1 - PESQUISA DE PREFERENCIA DA OPINIAO PUBLICA SOBRE OS CANDIDATOS A PREFEITURA MUNICIPAL, EM CURITIBA BA - 1988

CANDIDATO/PARTIDO	DATA DA PESQUISA																	
	20-24.07		s.d.   12.08		s.d.   22-28.08		31.08-04.09		19-20.09		09-12.10		06-07.11		07.11		09-11.11	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	
Mauricio Fruet (PMDB)	20,2	24,5	32,7	30,0	34,2	28,0	30,0	36,7	23,0	24,8	32,0							
Algaci Tulio (PDT)	17,5	10,5	18,5	19,0	19,0	20,0	20,0	16,3	-	,7	-							
Jaime Lerner (PDT)	15,0	-	-	-	-	-	-	-	54,8	44,3	52,0							
Eneas Faria (PTB)	7,1	9,8	15,8	17,0	15,2	12,0	14,0	15,2	-	8,1	-							
Claus Germer (PT)	2,3	3,5	3,5	2,0	3,7	3,0	3,0	3,7	2,5	2,1	4,0							
Airton Cordeiro (PFL)	1,1	5,0	4,7	4,0	5,0	5,0	5,0	5,7	-	1,2	-							
Ezequias Losso (PL)	-	,0	-	2,0	-	-	-	-	-	-	-							
Teolino Mendonca (PMc)	-	,5	-	,0	,0	,0	-	,2	-	,1	-							
Antonio Macedo (PSC)	-	1,0	-	1,0	,5	1,0	-	,1	-	,1	-							
Elliria Tiam (PH)	-	-	-	1,0	,5	1,0	-	,4	-	,2	-							
Oswaldo Buskei (PTR)	-	-	-	,0	,7	1,0	-	,1	-	,1	-							
Hain Ackel Filho (PL)	-	-	-	-	,8	,0	-	,3	-	-	-							
Nao decidiu	-	24,8	-	25,0	7,0	12,0	36,0	7,7	16,4	11,7	5,0							
Vai votar em branco	-	5,0	-	-	12,7	16,0	-	12,9	2,4	1,0	-							
Vai anular o voto	-	5,8	-	-	-	-	-	-	-	5,1	-							
Nao respondeu	-	8,0	-	-	-	2,0	-	,7	-	-	-							
TOTAL entrevistados	-	400	-	-	600	800	640	900	812	823	1.200							

FONTE:

- (1) Pesquisa realizada pela Perfil, publicada em O Estado do Parana, 14.08.88. Nesse levantamento, anterior a oficializacao das candidaturas, tambem apareceram Erwin Bonkoski (6,8%), Horacio Rodrigues (2,8%), Amadeu Gera (2,5%) e Rafael Greca (2,5%)
- (2) Publicada em O Estado do Parana, 18.08.88
- (3) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em O Estado do Parana, 20.08.88
- (4) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em Gazeta do Povo, 29.08.88. Nos votos indecisos estao agrupados aqueles que votariam em branco, que anulariam o voto e que nao responderam
- (5) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em O Estado do Parana, 04.09.88. Nos indecisos estao agrupados os que nao opinaram; nos em branco, os nulos
- (6) Pesquisa realizada pelo IBOPE, Rede Globo - Gazeta do Povo, publicada em Gazeta do Povo, 13.09.88. Nos votos em branco estao agrupados os nulos
- (7) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em O Estado do Parana, 04.10.88. Nos indecisos estao incluidos aqueles que disseram nao estar dispostos a votar em nenhum dos candidatos
- (8) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em Gazeta do Povo, 14.10.88. Nos votos em branco estao incluidos os nulos
- (9) Pesquisa realizada pelo Instituto Bonilha, publicada em Industria e Comercio, 09.11.88. Nos votos em branco estao agrupados os nulos
- (10) Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, publicada na Veja, 16.11.88
- (11) Pesquisa realizada pelo IBOPE, publicada em O Estado do Parana, 13.11.88

TABELA 2 - ELEICAO PARA PREFEITURA MUNICIPAL, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, EM CURITIBA - 1954-88

ANO	PARTIDO/COLIGACAO	VOTO	
		Abs.	%
1954	PSP/PR - Ney Amintas de Barros Braga	18.327	28,7
	PST - Wallace Thadeu de Mello e Silva	11.576	18,0
	PSD - Alfredo Pinheiro Junior	11.070	17,2
	PTB - Estevam Ribeiro de Souza Neto	8.007	12,5
	PL - Amancio Moro	5.213	8,1
	PDC - Joao Cid de Macedo Portugal	4.567	7,1
	PTM - Roberto Barroso	1.307	2,0
	UDM - Manoel de Freitas Valle Aranha	1.101	1,7
	Branco	2.134	3,3
	Nulos	908	1,4
TOTAL	64.210	100,0	
1958	PTB - Ibero de Mattos	32.313	33,4
	PL/PDC - Felipe Aristides Simao	26.691	27,5
	PSP/UDM - Luiz Carlos P. Tourinho	16.690	17,2
	PSD/PST - Wallace Thadeu Mello e Silva	11.554	11,9
	PRT - Joao Pereira de Macedo	2.435	2,5
	Branco	3.124	3,2
	Nulos	4.126	4,3
	TOTAL	96.933	100,0
1962	PDC/UDM/PL - Ivo Arzua	51.511	42,5
	PTB - Carlos Alberto Moro	40.187	33,2
	PSD - Abilio Ribeiro	17.023	14,1
	Branco	4.200	3,5
	Nulos	8.102	6,7
	TOTAL	121.023	100,0
1985	PMDB - Roberto Requiao	227.248	43,7
	PDT - Jaime Lerner	208.384	40,1
	PDS - Paulo Pimentel	24.269	4,7
	PT - Edesio Passos	14.264	2,7
	PDC - Newton Bonin	11.337	2,2
	PTB - Bento Benelli	10.489	2,0
	PH - Elliria Timm	3.696	,7
	Branco	5.067	1,0
	Nulos	15.205	2,9
	TOTAL	519.959	100,0
1988	PDT - Jaime Lerner	326.815	48,6
	PMDB/PJ/PCB/PCdoC/PSB/PSD - Mauricio Fruet	198.348	29,5
	PT/PV - Claus Germer	36.054	5,4
	PH - Elliria Timm	4.613	,7
	PSC - Antonio Fernando Macedo	2.040	,3
	PTR - Osvaldo Buskei	1.948	,3
	PMc - Teolino Mendonca Paixao	1.792	,2
	PL - Naim Ackel Filho	1.705	,2
	Branco	67.637	10,1
	Nulos	31.662	4,7
	TOTAL	672.614	100,0

FONTE: PARANA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Administracao. Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem, 1954-58-62  
 ----- Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, 1985-88

TABELA 3 - ELEICAO PARA CAMARA MUNICIPAL, SEGUNDO PARTIDO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, E CADEIRA, EM CURITIBA - 1947-62

PARTIDO/ANO	1947			1951			1955		
	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira
PTB	4.894	47,4	9	8.490	20,8	5	9.292	12,8	3
PSD	1.697	16,5	3	4.952	12,2	3	10.088	13,9	4
UDN	1.690	16,4	3	5.178	12,7	3	7.062	9,7	3
PR	693	6,7	2	6.891	16,9	4	8.701	12,0	3
PRP	569	5,5	1	1.874	4,6	0	3.581	4,9	0
PST	436	4,2	1	3.502	8,6	2	3.269	4,5	0
PL	342	3,3	1	2.299	5,7	1	3.927	5,4	1
PSP	-	-	-	3.877	9,5	2	8.002	11,0	3
PTN	-	-	-	1.745	4,3	0	3.409	4,7	0
PSB	-	-	-	166	,4	0	1.159	1,6	0
PDC	-	-	-	-	-	-	6.755	9,3	2
PRT	-	-	-	-	-	-	4.338	5,9	1
Branços	(1)	-	-	950	2,3	-	2.697	3,7	-
Nulos	(1)	-	-	811	2,0	-	471	,6	-
TOTAL	10.321	100,0	20	40.735	100,0	20	72.751	100,0	20

(continua)

(conclusao)

PARTIDO/ANO	1959			1962		
	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira
PTB	20.473	20,3	5	15.437	12,8	3
PSD	17.633	17,4	4	19.648	16,3	4
UDN	12.160	12,0	3	21.467	17,8	4
PR	8.385	8,3	2	10.399	8,6	2
PRP	8.329	8,3	2	8.022	6,6	1
PST	7.649	7,6	2	8.123	6,7	1
PL	6.611	6,5	1	9.467	7,8	2
PSP	6.086	6,0	1	-	-	-
PTN	3.906	3,9	0	10.020	8,3	2
PSB	3.828	3,8	0	-	-	-
PDC	2.631	2,6	0	-	-	-
PRT	-	-	-	7.637	6,3	1
Branços	1.747	1,7	-	4.424	3,7	-
Nulos	1.629	1,5	-	6.213	5,1	-
TOTAL	101.067	100,0	20	120.865	100,0	20

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixas de arquivo 1945-7, 1950-8, 1959-61 e 1962-6

(1) Dados nao disponiveis

TABELA 4 - ELEICAO PARA CAMARA MUNICIPAL, SEGUNDO PARTIDO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, E CADEIRA, EM CURITIBA - 1968-76

PARTIDO/ANO	1968			1972			1976		
	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira
ARENA	107.705	55,9	14	160.461	64,2	15	173.930	51,2	12
MDB	61.522	31,9	7	61.031	24,4	6	143.493	42,3	9
Branco	6.247	3,3	-	10.716	4,3	-	6.852	2,0	-
Nulos	17.117	8,9	-	17.850	7,1	-	15.288	4,5	-
TOTAL	192.591	100,0	21	250.058	100,0	21	339.563	100,0	21

FORNE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao publicacao e encadernacao do TRE

TABELA 5 - ELEICAO PARA CAMARA MUNICIPAL, SEGUNDO PARTIDO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, E CADEIRA, EM CURITIBA - 1982-88

PARTIDO/ANO	1982			1988		
	Abs.	%	Cadeira	Abs.	%	Cadeira
PMDB(1)	267.355	55,4	22	197.902	29,5	12
PDS	137.371	28,5	11	8.637	1,3	0
PTB	12.637	2,6	0	84.105	12,5	5
PT(2)	4.653	1,0	0	47.618	7,1	3
PDT	2.409	,5	0	98.786	14,7	6
PL	-	-	-	62.275	9,3	4
PFL	-	-	-	51.661	7,7	3
PDC	-	-	-	4.769	,7	0
PSB	-	-	-	2.408	,4	0
PPB	-	-	-	1.464	,2	0
PNC	-	-	-	3.574	,5	0
PTR	-	-	-	3.025	,4	0
PSC	-	-	-	8.900	1,3	0
PH	-	-	-	1.453	,2	0
Branco	42.911	8,9	-	39.768	5,9	-
Nulos	15.062	3,1	-	56.109	8,3	-
TOTAL	482.398	100,0	33	672.614	100,0	33

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao. 'Eleicoes Municipais e 1982' e Ata geral da apuracao das eleicoes municipais de 15.11.88

(1) Nas eleicoes proporcionais, de 1988, o PMDB concorreu coligado com o PJ, PCB, PCdoB e PSD

(2) Em 1988, o PT concorreu coligado com o PV

TABELA 6 - DESEMPENHO PARTIDARIO, SEGUNDO NIVEL ELEITORAL, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, EM CURITIBA - 1982-1988

PARTIDO	NIVEL ELEITORAL	1982		1985		1986*		1988	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
PMDB	Senado da Republica	288.303	59,7	-	-	642.976	47,7	-	-
	Governo do Estado	292.206	60,6	-	-	334.057	49,4	-	-
	Camara Federal	271.800	56,4	-	-	318.578	47,1	-	-
	Assembleia Legislativa	268.164	55,6	-	-	258.462	38,2	-	-
	Prefeitura Municipal	-	-	227.248	43,7	-	-	198.348	29,5
	Camara Municipal	267.554	55,4	-	-	-	-	197.902	27,2
PDT	Senado da Republica	2.189	,5	-	-	265.855	19,6	-	-
	Governo do Estado	2.307	,4	-	-	214.895	31,7	-	-
	Camara Federal	2.166	,4	-	-	50.984	7,5	-	-
	Assembleia Legislativa	2.214	,5	-	-	84.932	12,6	-	-
	Prefeitura Municipal	-	-	208.384	40,1	-	-	326.815	48,6
	Camara Municipal	2.409	,5	-	-	-	-	98.786	13,6
PT	Senado da Republica	4.602	1,0	-	-	33.576	3,3	-	-
	Governo do Estado	4.600	1,0	-	-	12.815	1,9	-	-
	Camara Federal	4.482	,9	-	-	35.615	5,3	-	-
	Assembleia Legislativa	4.502	,9	-	-	24.825	3,7	-	-
	Prefeitura Municipal	-	-	14.264	2,7	-	-	36.054	5,4
	Camara Municipal	4.653	1,0	-	-	-	-	47.618	6,6
PTB	Senado da Republica	12.651	2,6	-	-	-	-	-	-
	Governo do Estado	12.764	2,6	-	-	-	-	-	-
	Camara Federal	12.314	2,6	-	-	20.412	3,0	-	-
	Assembleia Legislativa	12.149	2,5	-	-	28.672	4,3	-	-
	Prefeitura Municipal	-	-	10.489	2,0	-	-	-	-
	Camara Municipal	12.637	2,6	-	-	-	-	84.105	11,6

FORNTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao

OBS.: Em 1986, o PMDB concorreu coligado ao PND; o PDT, nas disputas para Senado e Governo, estava coligado ao PFL, PMDB e P.J. Em 1988, nas eleicoes a Prefeitura, o PMB estava coligado ao P.J, PCB, PCdoB, PSD e PSB

\*Para Senado da Republica foram disputadas duas cadeiras



TABELA 7 - ELEICAO PARA SENADO DA REPUBLICA, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, E CANDIDATO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, EM CURITIBA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	CANDIDATO	VOTO	
		Abs.	%
PMDB/PND	Jose Richa	271.549	20,1
PMDB/PND	Eneas E. Pereira Faria	188.113	14,0
PMDB/PND	Affonso A. de Camargo Netto	183.314	13,6
PDT/PFL/PMB/PJ	Amadeu de Mto Gera	162.922	12,0
PDT/PFL/PMB/PJ	Fabiano Braga Cortes	102.933	7,6
PT	Zelia de Oliveira Passos	29.006	2,2
PL	Terezinha Depubel	17.175	1,3
PT	Rosemari Friedmann Angeli	14.570	1,1
PDC	Estefano Ulandowski	14.404	1,1
PSC	Afonso B. Schleder Macedo	6.649	,5
PSB	Waleor Marcellino	5.881	,4
PKC	Joao Carlos de Lucas	5.770	,4
PCdoB	Adeloir Ribas Rossi	5.759	,4
PSC	Augusto Klopfleisch	3.843	,3
PH	Wander Esper	3.209	,3
PDC	Gomercindo Souza	2.459	,2
PKC	Hozarte de Quadros	2.137	,2
Branco		253.000	18,7
Nulos		80.535	5,6
TOTAL		1.353.228	100,0

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"

TABELA B - ELEICAO PARA CAMARA FEDERAL, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, EM  
 NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, EM CURITIBA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	VOTO	
	Abs.	%
PMDB/PMD	318.578	47,1
PFL	69.697	10,3
PDT	50.984	7,5
PT	35.615	5,3
PTB	20.412	3,0
PDS	9.904	1,5
PDC	7.367	1,1
PL	5.450	,8
PCB/PSB	4.306	,6
PNC	3.310	,5
PSC	2.978	,4
PH	1.277	,2
PJ	674	,1
Branco	86.017	12,7
Nulos	60.037	8,9
TOTAL	676.614	100,0

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"

TABELA 9 - ELEICAO PARA GOVERNO DO ESTADO, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, E CANDIDATO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, EM CURITIBA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	CANDIDATO	VOTO	
		Abs.	%
PMDB/PND	Alvaro Fernandes Dias	334.057	49,4
PDT/PFL/PMB/PJ	Jose Alencar Furtado	214.895	31,7
PSC	Alberto Garcez Duarte Filho	17.293	2,6
PT	Emmanuel Jose Appel	12.815	1,9
PDC	Carlos Alberto Pereira	4.055	,6
PH	Danerjo Branco	3.170	,5
PMc	Teolino Mendonca da Paixao	1.652	,2
Branco		57.845	8,5
Nulos		30.832	4,6
TOTAL		676.614	100,0

FORTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"

TABELA 10 - ELEICAO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, EM NUMERO ABSOLUTO E REALTIVO, EM CURITIBA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	VOTO	
	Abs.	%
PNDB/PND	258.462	38,2
PDT	84.932	12,6
PSC	48.308	7,1
PFL	42.139	6,2
PTB	28.672	4,3
PT	24.825	3,7
PL	14.284	2,1
POS	13.754	2,0
POC	7.628	1,1
PCB/PSB	7.450	1,1
PNC	4.582	,7
PH	1.519	,2
PJ	1.264	,2
Branco	85.900	12,7
Nulos	52.975	7,8
TOTAL	676.614	100,0

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"

TABELA 11 - ELEICOES PARA SENADO DA REPUBLICA, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, E CANDIDATO, EM NUHERO ABSOLUTO E RELATIVO, NO PARANA - 1986\*

PARTIDO/COLIGACAO	CANDIDATO	VOTO	
		Abs.	%
PMDB/PND	Jose Richa	1.940.047	23,6
PMDB/PND	Affonso A. de Camargo Netto	1.362.835	16,6
PMDB/PND	Eneas E. Pereira Faria (1)	816.823	9,9
PDT/PFL/PMB/PJ	Amadeu de Mio Geara	614.626	7,5
PDT/PFL/PMB/PJ	Fabiano Braga Cortes	471.949	5,7
PT	Zelia de Oliveira Passos	99.454	1,2
PL	Teresinha Depubel	94.502	1,1
PT	Rosemari Friedmann Angeli	78.713	1,0
PSC	Afonso B. Schleder Macedo	49.299	,6
PDC	Estefano Ulandowski	45.463	,6
PHC	Joao Carlos de Lucas	30.452	,4
PH	Wander Esper	28.119	,3
PSC	Augusto Klopffleisch	27.419	,3
PCdoB	Adeloir Ribas Rossi	27.356	,3
PSB	Walmor Marcellino	21.051	,3
PDC	Gomercindo Souza	16.311	,2
PHC	Mozarte de Quadros	16.298	,2
Branco		2.055.516	25,0
Nulos		431.561	5,2
TOTAL		8.227.794	100,0

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, Caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"  
 \*Foram disputadas duas cadeiras  
 (1)A sublegenda Affonso Camargo/Eneas Faria totalizou 2.179.658 (26,5%) tendo sido eleito o primeiro

TABELA 12 - ELEICAO PARA CAMARA FEDERAL, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, EM  
 NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, NO PARANA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	VOTO	
	Abs.	%
PMDB/PND	2.091.862	50,8
PFL	470.641	11,4
PDT	163.708	4,0
PT	110.777	2,7
PDS	87.879	2,1
PTB	55.203	1,3
PDC	22.522	,5
PCB/PSB	18.756	,5
PL	16.205	,4
PMK	8.503	,2
PSC	6.064	,2
PH	4.232	,1
P.J	24.402	,1
Branco	710.555	17,3
Nulos	344.428	8,4
TOTAL	4.113.897	100,0

FONTE: PARANA, Tribunal Regional Eleitoral, Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorias de 1986"

TABELA 13 - ELEICOES PARA GOVERNO DO ESTADO, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, E CANDIDATO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, NO PARANA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	CANDIDATO	VOTO	
		Abs.	%
PMDB/PND	Alvaro Fernandes Dias	2.347.795	57,1
PDT/PFL/PMB/PJ	Jose Alencar Furtado	797.292	19,4
PT	Emmanuel Jose Appel	51.187	1,2
PSC	Alberto Garcez Duarte Filho	49.545	1,2
PH	Banerjo Branco	35.245	,9
PDC	Carlos Alberto Pereira	21.460	,5
PMc	Teolino Mendonca da Paixao	18.570	,4
Branco		608.021	14,8
Nulos		184.782	4,5
TOTAL		4.113.897	100,0

FORTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"

TABELA 14 - ELEICAO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, SEGUNDO PARTIDO/COLIGACAO, EM NUMERO ABSOLUTO E RELATIVO, NO PARANA - 1986

PARTIDO/COLIGACAO	VOTO	
	Abs.	%
PMDB/PHD	1.961.799	47,7
PFL	417.657	10,2
PDT	281.406	6,8
PTB	109.974	2,7
PDS	91.985	2,2
PT	87.338	2,1
PSC	66.179	1,6
PL	35.664	,9
PCB/PSB	23.987	,6
PDC	20.698	,5
PMK	9.355	,2
PH	4.298	,1
PJ	3.547	,1
Branco	704.925	17,1
Nulos	295.085	7,2
TOTAL	4.113.897	100,0

FONTE: PARANA. Tribunal Regional Eleitoral. Subsecretaria de Jurisprudencia, Registro e Legislacao, caixa de arquivo "Resultados Eleitorais de 1986"



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1 LIVROS

- 1 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil; 1964-84. Petrópolis, Vozes, 1984.
- 2 ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. O segundo governo Vargas - 1951-1954; democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- 3 ARENDT, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa, Dom Quixote, 1978.
- 4 \_\_\_\_\_. Entre o passado e o futuro. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- 5 \_\_\_\_\_. A condição humana. Rio de Janeiro, Forense Universitária; Rio de Janeiro, Salamandra; São Paulo, EDUSP, 1981.
- 6 BARBERO, Jesus Martín. Comunicación masiva; discurso y poder. Quito, Epoca, 1978.
- 7 BARBOSA, Maria Lucia Victor. A pobreza do voto e o voto da pobreza; a ética da malandragem. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- 8 BARTHES, Roland. O grau zero da escrita. Lisboa, Edições 70, s.d.
- 9 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o udenismo; ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-65. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- 10 \_\_\_\_\_. O PTB e o trabalhismo; partido e sindicato em São Paulo, 1945-64. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- 11 BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- 12 CARDOZO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel, 1973.
- 13 \_\_\_\_ e LAMOUNIER, Bolívar. Os partidos e as eleições no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 14 CHACON, Vainireh. História dos partidos brasileiros; discurso e práxis de seus programas. Brasília, UNB, 1985.
- 15 CHAUI, Marilena. Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas. 3 ed. São Paulo, Moderna, 1982.
- 16 COVRE, Maria de Lourdes M. A fala dos homens; análise do pensamento tecnocrático, 1964-1981. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 17 DEBRET, Guita Grin. Ideologia e populismo. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- 18 DEBRUN, Michel. A "conciliação" e outras estratégias. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 19 FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982.
- 20 \_\_\_\_\_. Que tipo de república? São Paulo, Brasiliense, 1986.
- 21 FIGUEIRÊDO, Ney Lima. Direto ao poder; estratégias de marketing político. Campinas, Cartgraf, 1985.
- 22 FLEISCHER, David V., org. Os partidos políticos no Brasil. Brasília, UNB, 1981.

- 23 FOLHA de São Paulo. Seminário de jornalismo. São Paulo, 1986.
- 24 FOUCAULT, Michel. El orden del discurso. 3 ed. Barcelona, Tusquetes, 1980.
- 25 ----- Microfísica do poder. 3 ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- 26 ----- As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- 27 GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologia políticas. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 28 HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural na esfera política; investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- 29 HIPOLITO, Lucia. De raposas e reformistas; o PSD e a experiência democrática brasileira, 1946-64. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- 30 HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence, org. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- 31 IPARDES - Fundação Edison Vieira. O Paraná reinventado; política e governo. Curitiba, 1987. /versão preliminar/.
- 32 ----- Resultados eleitorais; Paraná, 1945-82. Curitiba, 1989.
- 33 LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos; um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- 34 LAKOUNIER, Bolivar, org. A ciência política nos anos 80. Brasília, UNB, 1982.
- 35 -----, org. Voto de desconfiança; eleições e mudanças políticas no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 36 ----- e MENEGUELO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática; o caso brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 37 LENHARD, Alcir. Sacralização da política. Campinas, Papyrus, 1986.
- 38 LEFORT, Claude. A invenção democrática; os limites da dominação totalitária. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 39 LIMA, Marcelo O Coutinho de. Marketing político; para não desperdiçar recursos. São Paulo, Ícone, 1988.
- 40 MARANHÃO, Jorge. A arte da publicidade; estética crítica e kitsch. Campinas, Papyrus, 1988.
- 41 MARCONDES FILHO, Ciro, org. Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil. São Paulo, Sommus, 1981.
- 42 MELO, José Marques de, coord. Populismo e comunicação. São Paulo, Cortez, 1981.
- 43 OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- 44 ----- e outros. Tecnocracia e ideologia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.
- 45 OLIVEIRA TORRES, João Camillo de. A propaganda política; natureza e limites. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1958.
- 46 ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso. Campinas, Pontes, 1983.
- 47 ----- Discurso e leitura. São Paulo, Cortez; EDUSP, 1988.
- 48 OSAKABE, Haqira. Argumentação e discurso político. São Paulo, Kairós, 1979.
- 49 PINHEIRO, Paulo Sérgio. O estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 50 REIS, Fabio Wanderley, org. Os partidos e o regime; a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo, Símbolo, 1978.

- 51 \_\_\_\_\_ e O'DONNELL, Guilherme, org. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo, Vértice, 1988.
- 52 ROBIN, Régine. História e linguística. São Paulo, Cultrix, 1977.
- 53 ROUANET, Sérgio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- 54 ROUQUIÉ, Alain e outros. Como renascem as democracias. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 55 SADEK, Maria Tereza, org. Eleições 1986. São Paulo, Vértice; Editora Revista dos Tribunais; IOESP, 1987.
- 56 SARTORI, Giovanni. A lógica: lógica e métodos nas ciências sociais. Brasília, UNB, 1981.
- 57 \_\_\_\_\_. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, UNB, 1982.
- 58 SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- 59 WEFFORT, Francisco. Por que democracia. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

## 2 ARTIGOS

- 1 ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. GRANDES cientistas sociais. Theodor W. Adorno. São Paulo, Ática, 1986. p. 92-9.
- 2 \_\_\_\_\_ e HORKHEIMER, Max. Conceito de iluminismo. OS PENSADORES. Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. São Paulo, Abril Cultural, 1975. p. 97-124.
- 3 BRESCIANI, Maria Stella. História: conceito e obra. Ciência e cultura, 30(7):805-12, jun. 1978.
- 4 \_\_\_\_\_. As voltas de um parafuso. Cadernos de pesquisa, 2:7-20, 1978.
- 5 BRITTO, Luiz Navarro de. As eleições legislativas de 1978. R. bras. de estudos políticos, 51:8-35, jun. 1980.
- 6 CARDOSO, Fernando Henrique. O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. Dados, 26(1):9-25, 1983.
- 7 FLEISCHER, David V. A evolução do bipartidarismo brasileiro, 1966-1979. R. bras. de estudos políticos, 51:155-85, jun. 1980.
- 8 LAFOUNIER, Bolivar. Perspectivas da consolidação democrática. R. bras. de ciências sociais, 14(2):43-64, jun. 1987.
- 9 LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Realinhamento político e desestabilização do sistema partidário: Brasil, 1945-1962. Dados, 25(3):365-77, 1982.
- 10 MACIEL, Adhemar Ferreira. As eleições municipais de 1988. R. inf. legisl., 25(99):257-62, jul./set. 1988.
- 11 MARTINS, Carlos Estevan. Governabilidade e controles. R. adm. púb., 25(1):5-20, jan. 1989.
- 12 \_\_\_\_\_. A democratização da vida partidária. R. de cultura e política, 8:229-54, jun. 1988.
- 13 MARTINS, Wilson. Paraná: uma incógnita. R. bras. de estudos políticos, 8:229-54, abr. 1960.
- 14 MENDONÇA, Otávio. Partidos políticos brasileiros. R. de ciência política, 24(1):18-29, jan./abr. 1981.
- 15 MONTANARI, Marcelo. Domínio-saber e sistema dos partidos: a propósito de Foucault e dos "novos filósofos". Encontros com civilização brasileira, 22:73-87, 1980.

- 16 PAZ, Francisco Moraes e outros. Eleições e partidos; práticas políticas no Paraná, 1946-86. História: questões e debates, 17(11). /no prelo/
- 17 OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o "welfare state" keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. Dados, 24(1):29-51, 1983.
- 18 OLIVEIRA, Francisco. Eleições, mais que simplesmente ... Novos estudos CEBRAP, 23:3-6, mar. 1989.
- 19 OSAKABE, Haquira. A argumentação no discurso político. Cadernos de literatura e ensaio, 5:70-84, 1977.
- 20 SANTOS, José Nicolau dos. Comportamento eleitoral no Paraná nas eleições de 1962. R. bras. de estudos políticos, 16:227-50, jan. 1964.
- 21 VIEIRA, R.A. Amoral. A contradição público "versus" privado e a construção da realidade pelos meios de comunicação de massa. Comunicação e política, 2(1-2):53-62, jun./set. 1983.

### 3 PERIÓDICOS

- 1 Correio Braziliense, Brasília, 08.06 a 22.11.88.
- 2 Correio de Notícias, Curitiba, 05.06 a 16.12.88.
- 3 Folha de Londrina, Londrina, 04.06 a 31.12.88.
- 4 Folha de São Paulo, São Paulo, 05.06 a 22.11.88.
- 5 Gazeta Mercantil, São Paulo, 07.06 a 29.11.88.
- 6 Gazeta do Povo, Curitiba, 06.06 a 31.12.88.
- 7 Indústria e Comércio, Curitiba, 04.06 a 31.12.88.
- 8 Isto é Senhor, 01.06 a 07.12.89.
- 10 Jornal do Estado, Curitiba, 04.06 a 31.12.88.
- 11 O Estado do Paraná, Curitiba, 04.06 a 30.12.88.
- 12 O Globo, Rio de Janeiro, 15.07 a 14.12.88.
- 13 Veja, 29.06 a 21.12.88.